

UNIVERSIDADE ABERTA



Para preencher o défice de esperança ...um discurso de afetos

Análise retórico-discursiva e contrastiva dos discursos do Presidente da República Marcelo
Rebello de Sousa e dos seus antecessores

Mestrado em Língua Portuguesa – Investigação e Ensino

Sílvia Maria Jesus Soares

2019

UNIVERSIDADE ABERTA



Para preencher o défice de esperança ...um discurso de afetos

Análise retórico-discursiva e contrastiva dos discursos do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa e dos seus antecessores

Sílvia Maria Jesus Soares

Mestrado em Língua Portuguesa – Investigação e Ensino

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel Roboredo Seara

2019

Resumo em português

O Presidente da República Portuguesa, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, tomou posse a 9 de março de 2016 e rapidamente recebeu o cognome de “Presidente dos afetos”. É do conhecimento público que este epíteto vem da sua espontaneidade, da forma simples como se dirige aos cidadãos, nomeadamente em situações mais informais. Estas características, que são próprias da sua personalidade, já as havia demonstrado nas suas atividades como professor universitário, como líder partidário, como deputado e, sobretudo, como comentador semanal de um canal de televisão.

Considerando que os discursos de comemoração nacional são uma oportunidade estratégica de construção da mensagem política do Presidente, esta investigação visa analisar que estratégias discursivas são utilizadas pelo Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa para criar um *ethos* de cumplicidade com o povo português, analisando também o que o aproxima e o que o distancia dos seus antecessores.

Além do conceito de discurso e de discurso político, merecem especial atenção os conceitos de retórica, de argumentação e de *ethos*, tendo sempre em perspetiva o papel das emoções no discurso e os mecanismos discursivos usados na sua construção.

O *corpus* de análise, constituído por seis discursos referentes às comemorações do dia 10 de Junho, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, é aqui analisado numa perspetiva retórico-discursiva e comparativa, tendo por base as linhas teórico-metodológicas apresentadas na parte teórica. Esta análise centra-se na estrutura dos discursos, referindo os *topoi* que têm em comum. Em termos de análise retórico-discursiva, procuraram-se evidências linguísticas da forma como se constrói um *ethos* de cumplicidade com o povo português, nomeadamente os atos ilocutórios utilizados, deícticos predominantes e modalidade, tendo sempre presente que o domínio da modalização abarca todo o domínio lexical.

Palavras-chave: *retórico-discursiva, ethos, discurso político, Presidente da República, afetos*

Abstract

The President of the Portuguese Republic, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, took office on March 9th, 2016 and quickly received the name of “President of Affections”. It is well known that this epithet comes from his spontaneity, the simple way he addresses to citizens, particularly in more informal situations. These characteristics, which are characteristic of his personality, had been already shown in his activities as a university professor, as a party leader, as a congressman and, above all, as a weekly commentator on a television channel.

Seeing that national commemoration speeches are a strategic opportunity to construct the President's political message, this research aims to analyse which discursive strategies are used by the President of the Republic Marcelo Rebelo de Sousa to create an *ethos* of complicity with the portuguese people, also showing what brings him closer and what distances from its predecessors.

Besides the concept of discourse and political discourse, the concepts of rhetoric, argumentation and *ethos* deserve special attention, always considering the role of emotions in discourse and the discursive mechanisms used in their construction.

The *corpus* of analysis, consisting of six discourses referring to the commemorations of 10th June, Portugal Day, Camões and the Portuguese Communities, is analysed here from a rhetorical-discursive and comparative perspective, based on the theoretical-methodological lines presented in theoretical part. This analysis focuses on the structure of discourses, referring to the *topoi* they have in common. In terms of rhetorical-discursive analysis, we sought linguistic evidence of how to build an *ethos* of complicity with the portuguese people, namely the illocutory acts used, predominant deitic and modality, bearing in mind that the domain of modalization encompasses the entire lexical domain.

Keyword: *rhetoric-discursive, ethos, political discourse, President of the Republic, affects*

Aos meus pais, pelo seu apoio incondicional.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Isabel Roboredo Seara, pelo incentivo, pelo apoio incondicional, inclusivamente no empréstimo de bibliografia que facilitou bastante a concretização deste trabalho, pela exigência e, principalmente, pela sua compreensão infinita. Dos nossos inúmeros encontros, além de todo o conhecimento que me transmitiu, ficará na minha memória a sua imensa generosidade. A professora recordou-me que os afetos são essenciais na relação professor/aluno, exemplo que procurarei seguir na minha vida profissional.

Às minhas colegas de mestrado, principalmente, à minha amiga Sónia Melo e à minha irmã Ana Soares, pelos momentos de partilha e aprendizagem e por me terem mostrado que nem sempre este trabalho é um trabalho solitário.

Ao Rui Oliveira, por me ter acompanhado neste caminho.

Aos meus pais, pelo seu exemplo de vida e pelo seu apoio incondicional.

Índice

Resumo em português.....	ii
Abstract.....	iii
Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Introdução.....	1
Parte I.....	3
1. Enquadramento teórico.....	4
1.1.O discurso político.....	4
1.2. Retórica e argumentação.....	8
1.2.1. Argumentação.....	9
1.2.1.1.Argumentação no discurso político.....	11
1.2.1.2. O <i>ethos</i>	14
1.2.1.3.Figuras de retórica.....	22
1.2.1.4. <i>Topoi</i>	24
1.3. Os desafios da análise do discurso.....	25
1.3.1.Fundamentação teórica para a análise linguística.....	25
1.3.1.1. Contributos da pragmática linguística.....	27
1.3.1.1.1. Os atos ilocutórios.....	27
1.3.1.1.2. Dêixis.....	29
1.3.1.2. A modalidade.....	33
Parte II.....	37
1. <i>Corpus</i> de análise.....	38
1.1. Os presidentes da República eleitos após o 25 de abril.....	39
1.2. A autoridade do Presidente.....	42
2. Metodologia.....	43
Parte III.....	46
1. Os discursos em análise – contextualização social e política.....	47
1.1. 10 de junho, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas.....	48
2.Análise retórico-discursiva.....	50
2.1. Estrutura dos discursos.....	50
2.1.1. Local da celebração.....	51
2.1.2. Exaltação do povo.....	55
2.1.3.História Nacional.....	61
2.1.4.Camões.....	65
2.1.5. Língua Portuguesa.....	67
2.1.6. Unidade do País e do Povo.....	69
3.Considerações finais - A construção de um <i>ethos</i> de cumplicidade.....	89
Bibliografia.....	92
Anexos.....	98
Anexo 1 – Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1977, proferido pelo Presidente da República.....	99

Anexo 2 – Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1986, proferido pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares.....	105
Anexo 3 - Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1996, proferido pelo Presidente da República Dr. Jorge Sampaio.....	107
Anexo 4 - Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 2006, proferido pelo Presidente da República, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva.....	112
Anexo 5 - Discurso comemorativo do 10 de junho de 2016 proferido pelo Presidente da República Professor Marcelo Rebelo de Sousa.....	118
Anexo 6 - Discurso da sessão Solene do dia 10 de Junho de 2016, em Paris, proferido pelo Presidente da República.....	121

Introdução

"As pessoas estavam com um certo défice de esperança, é preciso preencher o défice. Fala-se de défice de tudo, de défice do orçamento, e não se fala do défice de esperança, que existiu durante uns anos em Portugal e é bom que esse défice seja vencido rapidamente."

Marcelo Rebelo de Sousa, 23-04-2016¹

Quinto Presidente da República eleito democraticamente, por sufrágio universal, após o 25 de Abril de 1974, o atual Presidente da República Portuguesa, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, tomou posse a 9 de março de 2016. Rapidamente ficou conhecido como o Presidente dos afetos. Sabemos que, na generalidade, esta opinião vem da sua espontaneidade e da forma simples como se dirige aos cidadãos em situações mais informais, características que são próprias da sua personalidade e que havia já demonstrado nas suas atividades como professor universitário, como líder partidário, como deputado e, sobretudo, como comentador semanal num canal de televisão.

Mas será que é só a espontaneidade a responsável pelo cognome que lhe é atribuído? Será que, em momentos formais, os discursos do Presidente da República não contêm uma carga afetiva? O que os distingue e o que os aproxima dos discursos dos seus antecessores em termos linguísticos?

O título desta dissertação baseia-se não só no cognome do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa – o Presidente dos afetos – mas também nas suas palavras apresentadas em epígrafe. Ao referir “é bom que esse défice [dos afetos] seja vencido rapidamente”, o Presidente sugere que a sua atuação se distinguirá da dos seus antecessores, o que contribui para criar uma maior proximidade com o povo português.

Assim, com este estudo pretende-se verificar que estratégias linguísticas são utilizadas pelo atual Presidente da República para criar um *ethos* de cumplicidade com o povo português.

¹ Marcelo Rebelo de Sousa, em Beja, durante uma deslocação à Ovibeja, 23-04-2016

Pretende-se também analisar o que o aproxima e o que o distancia dos seus antecessores, no que se refere às estratégias discursivas utilizadas.

Para tal, na parte I do trabalho, far-se-á um enquadramento teórico, essencialmente sobre o discurso político e a forma como vem sendo objeto de estudo ao longo dos tempos. Neste sentido, abordar-se-á igualmente a importância da retórica e da argumentação para a construção do discurso, assim como o papel das emoções no discurso e a forma como se constroem.

Na parte II, será apresentado o *corpus* de análise, constituído por seis discursos dos Presidentes da República eleitos, por sufrágio universal, após o 25 de abril. Será ainda apresentada uma pequena resenha histórica do dia da celebração, 10 de junho, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, e apresentada uma pequena biografia de cada um dos oradores, destacando o seu papel na vida política portuguesa, essencialmente o cargo de Presidente da República. Expor-se-á ainda, na parte II, a metodologia seguida ao longo do trabalho e que conduzirá a análise.

Por fim, a parte III, será inteiramente dedicada à análise retórico-discursiva e comparativa dos discursos, tendo por base as linhas teórico-metodológicas apresentadas anteriormente. Esta análise centrar-se-á na estrutura dos discursos, referindo os *topoi* que têm em comum. Fundamental na concretização deste trabalho, será a análise de evidências da forma como, em termos linguísticos, se constrói um *ethos* de cumplicidade com o povo português.

Parte I

1. Enquadramento teórico

Le discours politique, n'est pas le tout du politique, mais il n'est pas de politique sans discours politique.

(Charaudeau, 2005a: 29)

Nesta primeira parte do trabalho procurar-se-á apresentar, de forma sucinta, os conceitos essenciais que servirão de suporte teórico a este trabalho. Torna-se pertinente que se inicie esta abordagem pela definição de discurso, mais concretamente, pelo conceito de discurso político.

1.1.O discurso político

Para os linguistas o discurso é frequentemente definido como o uso da língua, e alguns adicionam-lhe uma dimensão comunicacional, referindo que o discurso é o que está para além da palavra, do grupo de palavras e da frase, levando a que a comunicação seja bem-sucedida.

Dominique Mainguenu (2014) refere que o discurso é uma organização que está para além da frase, mobilizando estruturas de outra ordem, é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo. É interativo, porque implica dois ou mais indivíduos, sendo a manifestação mais evidente desta interatividade a troca oral, onde os enunciadores coordenam os seus enunciados. Todo discurso é contextualizado e está a cargo de um sujeito, é regido por normas e integra-se num interdiscurso², sem o qual não faz sentido. O discurso constrói socialmente o sentido. O autor salienta ainda que, em linguística, é preciso distinguir três oposições: discurso/frase, discurso/texto e discurso/língua.

“Le discours politique n’a pas une bonne réputation”. É desta forma que Christian Le Bart introduz a obra *Le discours politique* (1998), referindo que este discurso sempre foi estigmatizado, fosse pelo seu caráter de mentira fosse pelo seu peso formal.

² “pour interpreter le moindre enoncé, il faut mettre em relation, consciemment ou nom, avec toutes sortes d’autres sur lesquels il s’appuie de multiples manières”. (Maingueneau, 2014: 22)

Com origem na antiguidade clássica, o discurso político torna-se imprescindível pela necessidade de administração da cidade ou das coisas públicas para o bem comum. A política torna-se, assim, a arte de governar e exerce-se servindo-se da palavra.

A primeira dificuldade para quem pretende tornar o discurso político num objeto científico, ou seja, num objeto de análise, reside na sua grande plasticidade. Há uma variável fundamental, que se destaca: o regime político. O lugar dado ao discurso político não é o mesmo nem da mesma natureza em sistemas políticos distintos, ou seja, numa democracia representativa ou num regime autoritário e totalitário.

Les clivages politiques constituent sans doute une variable plus pertinente pour rendre compte de l'éclatement du discours. Les croyances, les idéologies qui fondent une position politique s'objectivent dans un langage. Chaque organisation politique tente ainsi de souder ses troupes et de se distinguer des organisations concurrentes par un vocabulaire, une syntaxe, un univers d'argumentation et de métaphores, qui font d'abord sens pour ses membres. Mots-drapeaux; mots-totems, symboles de condensation: le discours fabrique et signifie une commune vision du monde.

(...) Les variations discursives constituent donc un excellent révélateur des divergences entre familles politiques. Les différences de vocabulaire peuvent aussi servir à accentuer symboliquement ses divergences, chaque organisation ayant intérêt à faire entendre la différence.

(Le Bart, 1998: 31)

Por outro lado, o discurso político também tem o objetivo de agradar e, por isso, o locutor está sempre condicionado pelo cargo que ocupa. Um político que exerça funções no poder falará de uma forma diferente de um político que desempenhe funções na oposição.

Les locuteurs sont aussi contraints par les rôles qu'ils occupent. On ne parle pas de la même façon selon qu'on est maire en exercice ou conseiller municipal de l'opposition. Certes, tous les acteurs politiques sont soumis à cette contrainte très générique qui consiste à « plaire ».

(Le Bart, 1998: 35)

No entanto, uma grande condicionante do discurso político é a legitimidade. Para usar a palavra, num determinado contexto, é necessário que o orador tenha legitimidade para o fazer. Esta legitimidade pode ser dada por uma instituição e pelo papel que o orador desempenha nessa instituição.

La quête de légitimité est un constant des acteurs politiques, pour eux-mêmes en tant que prétendants à l'exercice du pouvoir (et à la prise de la parole), mais aussi plus largement pour l'ensemble des institutions et structures qui rendent possible l'activité politique (état, régime, mode de scrutin, décisions...). C'est pourtant toujours soit qu'il s'agit de légitimer, au travers d'un rôle, d'une institution, d'une décision. (...)

Lorsqu'ils parlent d'eux-mêmes, les hommes politiques puisent dans des registres de légitimation divers, depuis la légitimation du rôle qu'ils endossent (maire, député, ministre) jusqu'à celle de leur « personne ».

(Le Bart, 1998: 77-78)

Le Bart conclui que a característica mais marcante do discurso político é a sua rigidez, o que o torna previsível. O universo de possibilidades discursivas é tão fechado que as surpresas são raras, o que explica, em parte, o descredito dos cidadãos em relação à vida política e aos políticos.

O autor distingue dois níveis de análise do discurso político: o discurso como estrutura, que tem em conta o sistema social em que é produzido, o conteúdo político e os seus efeitos na ordem social, e o discurso como estratégia, que tem em conta as táticas e estratégias de produção, as singularidades do conteúdo (léxico e estilo) e a influência nos recetores.

O locutor desenvolve táticas ou estratégias, devendo insistir na importância do saber fazer que permite transformar uma figura imposta em figura livre, de dar peso a um discurso ou de o arrastar para a insignificância e para o esquecimento. Neste sentido, não é absurdo atribuir a responsabilidade do discurso ao seu locutor, uma vez que as estratégias políticas podem ser estratégias individuais. É preciso estudar a forma como os discursos se afrontam, respondem ou se apagam, visto que os discursos não têm todos o mesmo peso e a relação de força que os une exprime a relação de força entre organizações políticas, instituições, entre papéis e entre ideologias.

O linguista francês Patrick Charaudeau tem dedicado parte dos seus estudos ao discurso político. Na obra *O discurso político. As Máscaras do poder* (2005a), o autor refere que o discurso político é uma prática social que permite que ideias e opiniões circulem num espaço público onde se confrontam vários atores e, por isso, devem seguir certas regras de comunicação. O discurso político é impulsionado pelo desejo e pela necessidade de influenciar o outro. A autoridade política e o cidadão são, portanto, colocados numa relação de poder face-a-face que os levam a usar, em nome da soberania democrática, estratégias discursivas de persuasão. Desta forma, todo o enunciado pode ter um sentido político, desde que a situação o justifique. Não é o discurso que é político, mas sim a situação de comunicação que o torna político.

La politique relève de l'action et le langage est ce qui motive l'action, l'oriente et lui donne du sens. La politique s'inscrit constitutivement dans des rapports d'influence sociale, et de langage, par le phénomène de circulation des discours, est ce qui permet que se constituent des espaces de discussion, de persuasion et de séduction dans lesquels s'élaborent la pensée et l'action politiques.

(Charaudeau, 2005a: 29)

O mesmo autor defende ainda que é na identidade social do sujeito político que se pratica a sua legitimidade. A legitimidade pode advir de diversas fontes e ter campos de aplicação diversos, pode ainda ser usurpada ou adquirida pela força. A legitimidade social é importante, porque é ela que dá a toda a instância da palavra uma autoridade para falar. A legitimidade, não sendo exclusiva do domínio político, depende das normas institucionais que regem cada domínio social. Compreende-se então que, no domínio político, a legitimidade, conferida por um sujeito coletivo, depende sempre da maneira como é atribuída.

Assim, a posição de soberania é uma questão de representação. Quando se representa uma instituição, fala-se ou age-se em nome de uma entidade que delegou, ainda que provisoriamente, o poder de falar em seu nome. Ainda que não sendo essa entidade, o orador confunde-se com ela.

Charaudeau (2005a) aponta diversos tipos de legitimidade: legitimidade por filiação, que se baseia na ideia de “dever ser”, retirando a legitimidade de uma herança; a legitimidade por formação, que se baseia no prestígio de instituições por onde passamos; a legitimidade por mandato, que tem a sua origem na tomada de poder que é conferida pelo povo. É o povo que tem o direito de governar para o seu próprio bem. Esta legitimidade popular pode, num momento ou outro, transformar-se em legitimidade representativa.

Segundo Ana Cristina Braz (2017) existem duas concepções de discurso político, uma concepção mais larga e uma concepção mais estreita. A concepção mais larga engloba todo o discurso que apresenta uma dimensão política, visa fazer adotar um ponto de vista e que põe em evidência as dimensões argumentativa e persuasiva. A concepção mais estreita de discurso, na qual se insere este estudo, refere-se aos discursos produzidos por políticos, em locais institucionais, no exercício das suas funções. Assim, conclui a autora que o discurso político é, fundamentalmente, argumentativo e persuasivo.

1.2. Retórica e argumentação

Falar de discurso político implica que se fale de retórica e de argumentação, uma vez que não podemos descurar a relação que estas duas disciplinas têm com o discurso, nomeadamente quando se refere ao campo da política.

O nascimento da retórica constitui um acontecimento central na história do pensamento humano e da vida política. É o produto de uma transformação muito profunda do pensamento, da linguagem e da conceção do mundo. Na base do pensamento retórico está a ideia central de que, através do discurso, o homem pode agir sobre a sociedade. (Danblon, 2005). Este exercício está concebido como um exercício simultaneamente emocional e intelectual, cujo objetivo é conseguir a adesão do auditório.

Definida pelos teóricos desde a antiguidade clássica, a retórica é a ciência teórica e aplicada do exercício público da palavra, pronunciada em frente a um auditório. Através do seu discurso, o orador esforça-se para impor as suas representações, as suas formulações e para orientar uma ação. As definições clássicas colocam a tónica nos aspetos estruturais e funcionais destas disciplinas.

Ao longo dos anos, a retórica teve uma conotação pejorativa, pois já na Grécia antiga os homens eloquentes usavam a retórica, não só para transmitirem a verdade, mas sobretudo para persuadir o público. Geralmente, quando se fala de retórica, associa-se a uma utilização exagerada de figuras de linguagem e à manipulação.

No entanto, a retórica dos nossos dias retoma o sentido da retórica de Aristóteles: a capacidade de persuadir o outro, pondo em evidência os pontos fortes, e sublinhando a importância do *ethos*, do *logos* e do *pathos*, as três provas inerentes ao discurso através das quais Aristóteles destaca não só o carácter do falante, mas também a disposição do auditório.

Perelman, considerado o pai da retórica contemporânea, escreveu, em conjunto com Olbrechts - Tyteca, o *Traité de L'argumentation*. Estes autores não fazem a distinção entre retórica e argumentação por considerarem que os dois conceitos não podem ser dissociados.

Charaudeau e Mainguenu, no *Dictionnaire d'analyse du discours* (2002), apontam cinco etapas no processo de retórica: a invenção (etapa cognitiva na qual se procuram argumentos);

a disposição (a partir da qual se organiza o discurso); a elocução (em que o discurso ganha forma através de palavras e frases); a memorização e, por fim, a ação, o momento da performance, e que junta o corpo, a gesto e a voz. No final do processo, obtemos o produto final, isto é, o discurso no momento em que é enunciado. Este divide-se em partes: exórdio, narração, argumentação e conclusão, sendo que, segundo estes autores, a argumentação é a parte central, compreendendo uma parte de confirmação e uma parte de refutação da posição do adversário.

O orador procura três tipos de efeitos perlocutórios. O primeiro é agradar, através da imagem que projeta de si mesmo (*ethos*), informar ou convencer, através da sua argumentação (*logos*) e comover o auditório (*pathos*). Neste sentido, Marianne Doury (2016) aponta as três provas pelas quais o ato de retórica deve passar para ser bem sucedido: *ethos* - a prova ética – procura dar de si mesmo uma imagem de aceitabilidade; o *pathos* – prova *pathétique* - que trabalha com as emoções – onde o locutor quer que o auditório esteja numa disposição emocional favorável ao objetivo que ele persegue; o *logos* - lógica – (argumento – conclusão) mobiliza uma prova lógica quando, abandonando o registo afetivo de provas éticas e patéticas, o locutor procura ter uma conclusão admitida pelo auditório, apoiada em razões válidas.

Na mesma obra Marianne Doury (2016:11) fala da função da argumentação referindo que “L’argumentation, c’est un discours qui sert à persuader en proposant des bonnes raisons pour une conclusion”. Esta ideia é partilhada também por M. Victoria Escandell Vidal (1996) que esclarece os dois sentidos do termo “argumentação”, dependendo do âmbito. Assim, por um lado, numa perspetiva retórica, a argumentação é o conjunto de estratégias que organizam o discurso persuasivo, numa perspetiva lógica, uma argumentação é um tipo de razão. Justifica-se desta forma uma abordagem mais aprofundada do conceito de argumentação, mais concretamente da argumentação no discurso político, o que faremos no ponto seguinte.

1.2.1. Argumentação

A argumentação esteve sempre ligada a três disciplinas: a lógica, a retórica e a dialética.

Plantin (2004) salienta que, do ponto de vista da organização clássica das disciplinas, a argumentação está ligada à retórica, vista como “a arte de bem falar”, e à lógica, vista como

“arte de pensar”. A partir do século XX, com as obras de Chaïm Perelman e de Stephen Toulmin, a argumentação começou a ser encarada como um domínio disciplinar próprio.

L'argumentation a une histoire longue depuis la Grèce et Rome, mais elle a aussi une histoire courte, qu'il semble possible de décrire en l'organisant autour de deux moments, la fin du XIX^e Siècle, où l'argumentation semble reléguée au magasin des antiquités, avec la rhétorique oratoire et la logique miroir de la pensée, et l'après de la seconde guerre mondiale où elle s'affirme comme autonome. Pour l'argumentation, ce retournement de conjoncture se produit autour de 1958, où paraissent *The uses of argument* de Stephen Toulmin et le traité de l'argumentation de Chaïm Perelman et Lucie Olbrechts-Tyteca.

(Plantin, 2004 :160)

Ducrot (2004) entende por argumentação a atividade verbal com vista a fazer crer alguma coisa a alguém, sendo esta atividade um dos objetos de estudo da retórica. O autor salienta que este conceito exclui a atividade que tem como objetivo levar alguém a fazer alguma coisa, mas sim fazer acreditar em alguma coisa.

A maior parte das expressões, quer sejam ou não empregues com um ponto de vista persuasivo, comporta no seu sentido argumentações. Esta afirmação vai ao encontro do que defende Robrieux, para quem argumentar é “fazer progredir o pensamento partindo do conhecido para fazer admitir o desconhecido”. (Robrieux, 2007:30). Este autor defende ainda que o discurso é sempre subjetivo, e não sendo sempre manipulador, é sempre retórico, tendo como objetivo persuadir. A eficácia do discurso é difícil de medir, porque os destinatários são vários.

Grize (2004) considera a argumentação como a produção de um discurso organizado de forma a intervir na opinião, atitude e comportamento de alguém, salientando, no entanto, que uma argumentação não persuade por si, mas conduz o destinatário a persuadir-se a si mesmo.

Charaudeau (2005a) define argumentação como um modo de organização do discurso, uma atitude mental que consiste em descrever o “porquê” e o “como” dos fenómenos do mundo e que é acompanhada por uma série de restrições discursivas quanto à ordem das operações linguísticas.

L'argumentation ainsi définie est une activité cognitive générale tournée vers l'interlocuteur, et qui met en œuvre une organisation discursive ayant pour but d'imposer à celui-ci un cadre de questionnement, une prise de position et des arguments de preuve, afin que celui-ci ne trouve aucune contre-argumentation et finisse par partager l'opinion du sujet argumentant. Cela

différencie encore davantage l'argumentation de la description et de la narration : la première cherche à *imposer* à l'autre sa vision du pourquoi et du comment du monde, les deux autres ne font que *proposer* une vision sur les qualités des êtres et leurs actions.

(Charaudeau, 2005a: 33)

A argumentação pode ser entendida como uma noção genérica e “ce sont les enjeux communicationnels qui la spécifient en argumentation explicative, démonstrative ou persuasive” (Charaudeau, 2005: 35). Isto significa que a argumentação só pode ser definida tendo em conta os contextos comunicacionais. Estas noções de argumentação explicativa, demonstrativa e persuasiva são bem visíveis no discurso político, onde várias estratégias se conjugam para conquistar ou manter o poder.

Rappelons que le politique est un domaine où se jouent des rapports de force symboliques pour la conquête et la gestion d'un pouvoir qui ne peut s'exercer que dès lors qu'il se fonde sur une légitimité acquise et attribuée. Mais cela ne suffit pas, car le sujet politique qui est en quête de légitimité doit aussi se montrer crédible et persuader le plus grand nombre d'individus qu'ils doivent partager certaines valeurs. Ce qui place l'instance politique dans une double perspective de constitution d'une pensée politique qui devra représenter un système de valeurs idéalisé, et de gestion des opinions à des fins d'établissement d'un consensus. De plus, ce travail de régulation des opinions s'exerce dans deux directions : vis-à-vis des élites et vis-à-vis des masses.

(Charaudeau, 2005a: 35,36)

1.2.1.1. Argumentação no discurso político

Charaudeau (2005a) aponta algumas características argumentativas do discurso político. A primeira característica apontada pelo autor é a condição de simplicidade, essencial para se dirigir às massas³, implicando que se ponham em evidência os valores possíveis de ser partilhados e compreendidos pelo maior número de pessoas possível. Assim, o político deve procurar qual é o denominador comum do grupo a quem se dirige.

A segunda característica apontada pelo autor relaciona-se com os tipos de raciocínio empregues com mais frequência.

Étant donné l'enjeu de persuasion, il ne s'agit pas tant pour l'homme politique de développer un raisonnement logique à visée explicative ou démonstrative que de montrer la force de la raison; il ne s'agit pas tant de vérité que de véracité; il s'agit de dire, non pas ce qui est vrai, mais ce que je crois vrai et que vous devez croire vrai. S'impose alors à l'homme politique une condition de simplification argumentative qui l'amène à proposer un raisonnement causal

³ O autor define “massas” como um conjunto heterogéneo de indivíduos, do ponto de vista da instrução, da capacidade de se informar ou da experiência de vida coletiva.

simple en s'appuyant sur des croyances fortes supposées partagées par le plus grand nombre, et de les renforcer en les mettant en scène de façon inéluctable .

(Charaudeau, 2005a: 38)

A terceira característica refere-se à escolha dos valores que o homem político apresenta ao seu público. À partida, esta escolha não apresentaria problemas de maior, pois bastaria escolher aqueles que correspondessem às suas próprias convicções, no entanto estas escolhas podem ter um certo número de obstáculos, começando pela pluralidade de valores. Sabemos que quem quer aceder ou manter-se no poder tem necessidade de conseguir o consenso da opinião pública e é raro que este consenso seja homogéneo. Além disso, os valores podem-se ir alterando ao longo da história. O autor salienta o valor da honestidade e da sinceridade que os políticos devem transmitir e que exige que haja conformidade entre palavras e atos, responsabilidade no papel do governo e fidelidade aos compromissos assumidos.

A quarta característica refere-se ao que dá força ao ato de persuasão, os argumentos de prova. Em primeiro lugar, o autor destaca o argumento do pressuposto da evidência, que consiste em recordar ao auditório qual é a força de argumentos partilhada, o que se deve ou não aceitar.

Seguidamente, Charaudeau (2005a) aponta os argumentos que reenviam para o *ethos* do orador, já que este deve servir de suporte à identificação com o auditório: *ethos* de lucidez, *ethos* de compromisso e *ethos* de autoridade. Este último assenta na sua autoridade e legitimidade. Por fim, é necessário convocar argumentos que se destinam a representar a vida política, recorrendo ao universo dos afetos, um universo que não está completamente afastado do domínio da razão, onde circulam sentimentos de afeto capazes de tocar o público de forma positiva ou negativa.

Le discours politique – mais il n'est pas le seul – procède à cette mise en scène en suivant le scénario classique des contes populaires et des récits d'aventure: une situation initiale décrivant un mal, détermination de la cause de ce mal, réparation de ce mal par l'intervention d'un héros naturel ou surnaturel. Le discours politique, qui cherche à faire adhérer le public à un projet ou à une action, ou à le dissuader de suivre un projet adverse, insiste plus particulièrement sur le *désordre social* dont est victime le citoyen, sur la *source du mal* qui s'incarne dans un adversaire et sur la *solution salvatrice* qui s'incarne dans l'homme politique qui tient le discours.

(Charaudeau, 2005a: 42,43)

Assim, de acordo com o que refere Charaudeau, o homem político apresenta-se como o salvador da desordem social, propondo medidas que podem reparar o mal existente. Claro que o defensor destas medidas deve aparecer como credível, persuasivo, tentando construir uma imagem de salvador, com o objetivo de que o público veja nele o remédio para todos os males. Isto demonstra até que ponto a construção do *ethos* é importante no discurso político.

Posteriormente, Charaudeau (2005a) aponta os processos postos ao serviço das características acima apresentadas, que não sendo exclusivos do discurso político, são neste usados com muita frequência. Em primeiro lugar, o autor refere o processo de singularização, que consiste em evitar a multiplicação das ideias e que vem, frequentemente, acompanhado do processo de essencialização. Este último consiste em tornar uma ideia condensada, reduzida à sua essência, para que seja natural e independente de qualquer outra. Normalmente, estas ideias são nominalizadas e o autor apresenta o exemplo do termo “imigração”⁴, usado por J.M. Le Pen⁵, e que condensa em si a ideia que os imigrantes invadem a França, trazendo a ruína para o país e constituindo uma ameaça.

O linguista refere ainda os processos de analogia, cuja comparação com outros factos cria um impacto forte. Esta analogia pode ser com factos ocorridos, com factos do passado que têm um papel de referência, ou ainda com grandes homens da história. Todos estes processos servem para dar ao discurso político uma certa racionalidade, ainda que o seu efeito seja de afeto.

Le discours politique est truffé de procédés de ce genre dans l’espoir d’un impact sur le public.
Emploi de *mots* qui, nés dans un certain contexte, s’en sont dégagés et sont réemployés de

⁴ Os exemplos que o autor apresenta de J.M. Le Pen foram retirados da obra de M. Souchard et al : *Le pen: Les Mots: Analyse d’un discours D’extreme droite*, Le Monde éditions, Paris, 1997.

⁵ Jean-Marie Le Pen (Trinité-sur-Mer, 20 de Junho de 1928) é um político francês. Presidiu, até janeiro de 2011, a Frente Nacional, partido nacionalista francês e o mais à direita no espectro político de França. Foi substituído na liderança do partido pela sua filha, Marine Le Pen, candidata do partido à Presidência do país em 2012 e 2017. Le Pen é conhecido por defender políticas radicais visando diminuir a violência e o desemprego em França, entre elas o regresso da pena de morte, maior restrição à entrada de imigrantes, além de uma maior autonomia política e legislativa de França em relação às diretivas emanadas da União Europeia.(...) Foi cinco vezes candidato à presidência francesa e, em 2002, passou à segunda volta das eleições presidenciais, tendo perdido para Jacques Chirac.

In https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Marie_Le_Pen [acedido em 01/06/2019]

façon absolue, sans que l'on ne sache plus qui les a employés, quels acteurs ils concernent, ni à propos de quoi ils ont été employés : « immigration », « solidarité », « précarité », « race », « sécurité » (et son contraire « insécurité »), « mondialisation » (et son contraire « anti-mondialisation »), ainsi que tous les termes en -isme.

(Charaudeau, 2005a: 45)

Mais do que demonstrar, o discurso político procura incentivar o pensamento e a ação. A encenação do discurso político varia entre a ordem da razão e a ordem da paixão, associando *logos*, *ethos* e *pathos* para tentar levar o cidadão a aderir a valores ou ideias. Para o político, é uma questão de estratégia na escolha e apresentação de valores. Assim, é possível distinguir no discurso político os traços que se destinam a apresentar uma certa imagem de si mesmo (*ethos*) e aqueles que se destinam a atingir o público através de encenação (*pathos*).

Simultaneamente, verifica-se que não podemos considerar um raciocínio mau ou falso, em absoluto, pois o julgamento sobre a validade de um argumento deve ser feito no contexto de uma situação de comunicação e da questão que a caracteriza. E, mais uma vez, esse julgamento depende da escolha de valores feita pelo sujeito argumentante ou do impacto que o ato de persuasão pode ter na audiência, algo que além de não poder ser medido com rigor, não pode ser previsível.

Considerando os objetivos deste trabalho, diretamente ligados com a imagem que o Presidente da República constrói de si mesmo, centremo-nos então no conceito de *ethos*.

1.2.1.2. O *ethos*

A noção de *ethos* vem da retórica de Aristóteles que a entendia como a imagem que o orador dava de si mesmo através da sua maneira de falar. Este filósofo referia que persuadimos pelo carácter, quando o discurso é digno de fé, porque as pessoas honestas inspiram-nos rapidamente maior confiança, sobre todas as questões em geral e sobre aquelas em que não temos certeza. No entanto, esta confiança deve vir do efeito do discurso e não de uma ideia pré-concebida do carácter do orador. (Doury, 2016:127)

Segundo H. Lausberg, citado por Charaudeau (2002) o orador deve mostrar-se emocionado, de acordo com o estado emocional que pretende mostrar. É como se construísse um modelo de emoção, capaz de criar empatia. Este trabalho emocional apoia-se no trabalho do *ethos*, que de qualquer forma prepara o terreno. O discurso deve mobilizar todos os recursos (exclamações, interjeições, interrogações, que de alguma forma autenticam a emoção do

orador. (Charaudeau, 2002: 424)

Ruth Amossy (2008), numa perspectiva que liga a retórica e a análise do discurso, mostra como o *ethos*, a apresentação de si, se elabora tanto no plano da racionalidade como no plano do afeto, sendo necessário precisar a natureza da racionalidade e do afeto que intervêm na relação do orador com o auditório. A autora defende que é com a dose certa de razão e de emoção que se constrói a eficácia do *ethos* na relação argumentativa, o que permite a negociação das diferenças entre interlocutores.

Verifica-se então que as diferentes definições insistem que o *ethos* é um efeito do discurso e não uma ideia pré-concebida, favorável ou desfavorável, que o auditório tem em relação ao orador. O efeito da imagem do orador constitui parte do discurso e dependerá em grande parte do conhecimento prévio que o auditório pode ter do orador e da sua capacidade de reforçar, modificar e ou inverter, segundo o caso.

Na verdade, a prova ética não consiste em atribuir a si mesmo um sem número de qualidades suscetíveis de aceitabilidade, mas sim em sugerir, pela sua maneira de se exprimir, que se tem essas qualidades. O *ethos* não se constrói por comentários explícitos, mas sim por demonstrações, ou seja, não se deve dizer, por exemplo, “eu sou competente”, mas demonstrar essa competência, comprovando-a através do recurso a termos técnicos.

Assim, o *ethos* resulta da enunciação, embora, frequentemente, entre em interação com as representações do locutor que são anteriores à enunciação, aquilo a que Amossy (1999) chama *ethos* pré-discursivo. Segundo esta autora o locutor pode reforçar este *ethos*, ou pode procurar modificá-lo durante a enunciação.

O *ethos* deve ainda englobar outras especificidades, tais como o tom de voz, a fluência, os gestos, as expressões faciais, o olhar, a postura, o “ornamento”, até à escolha das palavras e dos argumentos. Ruth Amossy, (1999) refere que o *ethos* que o locutor constrói de si no discurso inclui sempre a imagem que o interlocutor poderá fazer dele, tendo como base a sua inserção numa representação coletiva, num estereótipo. Nesta linha, a re-elaboração do *ethos* pré-discursivo ocupa um lugar de interesse, especialmente no caso de figuras públicas. Segundo a autora, a utilização da primeira pessoa do singular permite não só a manifestação

da subjetividade no discurso, mas também a de uma imagem de si, na medida em que esta imagem emerge das marcas linguísticas, da inscrição do sujeito no seu enunciado.

O termo *ethos* pode muitas vezes remeter para o caráter do orador, tal como refere Marianne Doury, (2016): “Le terme *ethos*, généralement traduit par caractère, renvoie à la problématique des moeurs oratoires, qui traite des effets produit sur l’auditoire par l’image que l’orateur construit lui même à travers son discours. (Doury, 2016:127)

Marianne Doury (2016:132) refere também a importância do testemunho na construção do *ethos*, salientando que o testemunho é uma produção verbal emitido a fim de fundamentar certos factos litigiosos; assenta no conhecimento pessoal que o locutor pode ter destes factos. Ao lado do *ethos*, o *pathos* explora a imagem do orador com fins persuasivos, tendo a seu cargo a dimensão emocional do discurso retórico. Esta ideia assenta no pressuposto de Aristóteles de que a emoção procura desencadear a ação e não apenas uma adesão, puramente intelectual, a uma ideia. Sente-se uma emoção para a desencadear no auditório e, por isso, um dos preceitos preconizados pela autora é “para comover, mostre as suas emoções”⁶. Este preceito levanta a questão recorrente da sinceridade do orador, ou seja, será que ele sente realmente aquilo que manifesta ou utiliza-a apenas com fins estratégicos? O problema não é saber se as emoções são sinceras, mas sim que efeitos podem ter na função persuasiva.

A emoção pode ser legível através dos gestos, da entoação, das variações do tom ou pode ser expressa verbalmente, quer se fale diretamente das emoções ou quer se utilize recursos expressivos para as sugerir. Assim, a emoção é entendida como a convergência de diferentes indícios verbais que, isoladamente, não transportam necessariamente uma emoção, mas que todos, em conjunto, constituem o indício “*pathétique*” do discurso: léxico emocional, interjeições, palavras afetuosas, figuras de estilo. Em síntese, para comover, deve mostrar-se que o assunto de que se fala é comovente.

A noção de *ethos* foi também explorada por Dominique Maingueneau (1999)⁷ e na perspetiva deste autor, todo o discurso oral ou escrito supõe um *ethos*: um intérprete constrói, baseando-

⁶ Tradução nossa.

⁷ Maingueneau, D. (1999) *Ethos, scénographie, incorporation in AMOUSSY, R. (1999) Images de Soi dans le Discours, La Construction de l’Ethos*, Paris, Delachaux et Niestlé, pp75-100

se em estereótipos uma certa representação de quem fala, em que a palavra é parte de um comportamento global que inclui a maneira de se movimentar, de se vestir e de se relacionar com os outros. O destinatário atribui ao falante um carácter, um conjunto de traços psicológicos e uma corporalidade baseados em estereótipos valorizados ou desvalorizados na coletividade em causa.

Patrick Charaudeau (2005a) reafirma que o *ethos* é uma questão forte e antiga. O autor questiona-se se esta questão da imagem de si é uma questão que diz somente respeito ao indivíduo ou se pode dizer respeito a um grupo de indivíduos. Tentando encontrar uma resposta, o linguista recorda duas posturas que vêm da antiguidade, referindo que para alguns autores da antiguidade, (Isocrate e Cícero) o *ethos* era pré-existente em relação ao discurso, uma vez que pareceremos mais virtuosos, sinceros ou amáveis se formos mesmo virtuosos, sinceros e amáveis. Por outro lado, e seguindo a ideia de Aristóteles, o orador deve mostrar os seus traços de carácter ao auditório, pouco importando a sinceridade para causar boa impressão, sendo que assim o *ethos* aparece como fazendo parte integrante do ato de enunciação. O autor salienta ainda que esta posição de Aristóteles, que situa o *ethos* no ato de linguagem, é seguida por analistas do discurso, como Ducrot e Maingueneau.

Na verdade, o *ethos* enquanto imagem ligada a quem fala, não é exclusivo deste. “L’ethos est affaire d’un croisement de regards: regard de l’autre sur celui qui parle. Regard de celui qui parle sur la façon dont il pense que l’autre le voit.” (Charaudeau, 2005a: 88). Assim, para contruir a imagem do sujeito falante, o ouvinte apoia-se naquilo que ele sabe do locutor e naquilo que retira do ato de linguagem propriamente dito.

O autor salienta que os sentidos veiculados pelas nossas palavras dependem do que dizemos e do que somos. O *ethos* é, portanto, o resultado desta dupla identidade, mas que acaba por se tornar uma só. Todo o sujeito falante pode utilizar as suas máscaras, ocultando o que é através do que diz, enquanto o auditório interpreta que o que diz deve coincidir com aquilo que é.

Charaudeau relembra ainda que a questão da identidade do sujeito passa por representações sociais. O *ethos* é o resultado de uma prática sociolinguística, dependente dos julgamentos que os indivíduos de um determinado grupo social fazem uns dos outros, enquanto agem e falam.

Segundo o autor, não se pode dizer que haja marcas específicas do *ethos*, “celui transparait plus qu’il n’apparaît, à travers diver types de comportements du sujet (...) mais égalemant à travers les contenus de ses propos”. (Charaudeau, 2005a: 90, 91). Isto significa que o *ethos* não pode ser separado do *logos*, uma vez que este também é parte constituinte da imagem: “Séparer les idées de l’ethos est toujours um alibi qui empeche de voir qu’en politique les idées ne valent que par les sujet qui les porte, les exprime et les met en oeuvre.” (Charaudeau, 2005a: 91). Assim, o homem político deve ser simultaneamente credível, para que se possa acreditar na sua capacidade de execução, e um suporte de identificação, para que se adira às suas ideias e à sua pessoa. É com base nesta ideia que o autor divide o *ethos* em dois tipos: os *ethos* de credibilidade e os *ethos* de identificação.

No discurso político a credibilidade é fundamental, pois o objetivo é convencer de que se possui um determinado poder. Esta credibilidade deve baseada em três condições: a condição de sinceridade, que obriga a dizer a verdade, a condição de performance, que obriga a fazer o que se promete, e a condição de eficácia, que deve dar a garantia de que o sujeito tem os meios de aplicar o que promete com resultados positivos. Para responder a estas condições o homem político procura construir três tipos *ethos*: o *ethos* de seriedade, o *ethos* de virtude e o *ethos* de competência.” (Charaudeau, 2005a: 92)

O *ethos* de seriedade depende das representações de cada grupo social e constrói-se com a ajuda de indícios corporais e mímicos. É necessária uma grande capacidade de controlo de si mesmo face às críticas e sangue frio perante as adversidades. Além disso, é necessária uma grande capacidade de trabalho e uma omnipresença sobre todas as frentes da vida política e social, particularmente junto daqueles que sofrem, não se dedicar a atividades frívolas e não deixar margem para se supor que descursa a família ou que, por exemplo, se é infiel no casamento, se bem que estas premissas variam de acordo com as diferentes culturas. (Charaudeau, 2005a: 92). No entanto, é necessário um limite nesta imagem de seriedade, para que não seja entendida de uma forma negativa, isto, confundida com a austeridade.

O *ethos* de virtude é necessário ao homem político, porque, enquanto representante do povo, tem de dar o exemplo. Deve, por isso, fazer prova da fidelidade e da sinceridade, acrescentado uma imagem de honestidade pessoal. Estas imagens constroem-se com o tempo, sendo que estes atos são por vezes explicitados em entrevistas ou debates. Este ato

de virtude deve ser acompanhado de uma marca de respeito em relação ao cidadão: “L’homme politique se doit d’être transparente, de ne pas user de tromperie, d’être direct” (Charaudeau, 2005a: 95)

Por sua vez, o *ethos* de competência exige que o político tenha simultaneamente o saber e o saber fazer, dominando perfeitamente a área na qual exerce a sua atividade. Deve também provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar os seus objetivos.

No campo da política, a credibilidade é muitas vezes posta em causa, seja por contradições entre o que se diz e o que se faz, seja pelos adversários. Assim, muitas vezes, o político é forçado a produzir um discurso de justificação, visando de alguma forma apagar as críticas de que é alvo. Para se justificar, o político recorre a três estratégias: Primeira - a recusa, que consiste em negar a acusação; segunda - a razão superior, invocando razões de Estado para justificar os seus atos e a terceira – a não-intencionalidade, tentando mostrar que o ato não era uma vontade do seu autor, mas reconhecendo que não era uma ação benéfica. (Charaudeau, 2005a: 96 -104)

O autor reafirma ainda que o *ethos* político é o resultado de uma alquimia complexa (Charaudeau, 2005a:105) implicando traços de carácter pessoal, de corporalidade, de comportamentos. Assim, neste campo, o autor distingue o *ethos* de poder, o *ethos* de carácter, o *ethos* de inteligência, o *ethos* de humanidade, o *ethos* de liderança (uma construção de si para que o outro se identifique, adira e o siga), o *ethos* de solidariedade, (onde mostra que partilha e as opiniões dos membros do seu grupo). Aponta também dois procedimentos discursivos que contribuem para instaurar o *ethos*: os procedimentos expressivos, relacionados com o que caracteriza a oralidade, e os procedimentos enunciativos. Cada locutor tem uma maneira de falar própria, que depende, ao mesmo tempo, de comportamentos e de papéis sociais bem definidos, e tem uma entoação própria que, por sua vez, depende de procedimentos expressivos: o bem-falar, o falar alto, o falar tranquilo e a pronúncia regional⁸.

O autor conclui que a importância do *ethos* na vida política é inegável, tanto para o homem político, que pode perder por causa do seu próprio *ethos*, como para o debate democrático,

⁸ Le bien parler, le parler fort, le parler tranquille, le parler local (Charaudeau, 2005a:130): tradução nossa.

pois o *ethos* pode fazer com que o auditório adira de forma cega às pessoas e não às suas ideias.

“l’ethos est une arme à double tranchant. Pour l’homme politique d’une part, car celui peut perdre à cause de son propre ethos, pour le débat démocratique d’autre part, car la force de l’ethos peut faire que les individus adhèrent par fascination et de façon quase aveugle à des personnes et non point à des idées. Au débat public, lieu d’échange et d’opposition entre des valeurs rationnelles, se substitue une confrontation entre images de personnages politiques.

(Charaudeau, 2005a: 140)

Conclui-se destas palavras do autor que construção de uma imagem de si depende sempre do imaginário social. A ideia que se tem de si, que se tenta transmitir aos outros, e a forma como se relaciona com os outros depende sempre do efeito de socialização.

“Qu’elle soit individuelle ou collective, la construction d’une image de soi est toujours tributaire d’un imaginaire social. Et cela, pour plusieurs raisons évidentes. L’idée que je me fais de ma personne et que je tente de transmettre à autrui, la façon dont je comporte dans mon rapport à l’autre, est nécessairement l’effet d’une socialisation”

(Amossy, 1999:44)

Pelo que foi dito anteriormente, depreende-se que o *ethos*, no discurso político, está de alguma forma ligado ao carisma, à credibilidade e que conferem condições para a liderança.

Com o objetivo de discutir as noções de *ethos* e carisma no discurso político, Patrick Charaudeau escreveu um artigo intitulado “O carisma como condição para a liderança política”⁹, referindo quem fala no espaço público tem necessidade de ver reconhecido o seu direito de falar, ou seja, de ter legitimidade para usar a palavra.

Segundo o autor *ethos* e carisma são categorias distintas da legitimidade embora ambas dependam das circunstâncias sociais de comunicação.

D’une façon générale, tout sujet qui s’exprime dans l’espace public a besoin, pour être entendu, d’être reconnu dans son droit à parler, car, en public, ne peut prendre la parole qui veut : c’est la question de la légitimité. Mais il a aussi besoin, a minima, d’être crû, et donc de construire de lui-même une certaine image, un certain ethos : c’est la question de la crédibilité. Dès lors se posent trois questions : le charisme a-t-il partie liée avec la légitimité ? Ethos et charisme sont-elles deux notions identiques ou différentes et sont-elles dépendantes ou indépendantes des circonstances socio-historiques ? Je répondrai par avance à ces trois questions en posant que : ethos et charisme sont des catégories distinctes de la légitimité, et ce malgré l’ambiguïté de la

⁹ Tradução nossa. - Patrick (2015) « Le charisme comme condition du leadership politique », Revue Française des Sciences de l’Information et de la Communication, n°7, 2015.

position de Weber ; il faut distinguer ethos et charisme ; ethos et charisme dépendent des circonstances sociales de communication.

(Charaudeau, 2015:3)

Para o autor, o carisma não é avaliável, pois para que haja carisma é necessário que a pessoa esteja ligada a algo mais para além da legitimidade.

A credibilidade é acima de tudo uma questão de imagem, pois não há ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si, sem que o sujeito falante tenha consciência de que a está a construir. No momento em que se fala, mostra-se uma parte do que se é através do que se diz, e embora podendo ser calculado, na maioria das vezes faz-se para além de nós. Não se trata de pensamentos ou de ideologias, mas sim daquilo que sai do comportamento, da maneira de falar e da razão, da relação que se tem com os outros e consigo mesmo e que oferece uma perceção aos outros, o *ethos*.

Há duas questões que o autor coloca a propósito do *ethos*: existe um *ethos* pré-discursivo, isto é, a imagem do sujeito falante é perceptível antes mesmo de ele falar. Para o autor é evidente que o *ethos* resulta da combinação entre a identidade social e a identidade discursiva do sujeito falante.

A segunda questão, que está diretamente ligada à primeira, é se o *ethos* vem de quem fala ou de quem escuta. Segundo o autor, há um cruzamento de olhares: olhar do outro sobre quem fala e olhar de quem fala sobre aquilo que pensa que o outro vê.

O carisma é uma qualidade extraordinária de uma pessoa que é dotada de características sobrenaturais ou sobre humanas, por isso o carisma liga-se a pessoas excecionais que exercem um certo fascínio sobre os outros.

No entanto, no domínio político, o carisma tem outras especificidades, pois o discurso político deve ter valor simbólico e ser pragmático, levando o povo a rever-se num ideal de viver bem em conjunto, o que leva o autor a concluir que o processo carismático resulta de um jogo de espelhos entre uma pessoa e um público.

Partindo deste enquadramento teórico, considera-se, neste trabalho, que o *ethos* a analisar é textual, isto é, aquele que é perceptível através das escolhas linguísticas mobilizadas, aquele

que se refere à imagem que o locutor produz, durante as suas intervenções, ainda que condicionado por fatores externos ao discurso.

1.2.1.3.Figuras de retórica

As figuras de retórica, a que Robrieux (2007) chama figuras de discurso, são essenciais na argumentação, essencialmente no discurso político, pois através delas o orador pode corporizar as diferentes imagens que pretende transmitir ao auditório.

Robrieux (2007:45), inspirado nos tratados clássicos, divide as figuras de discurso em seis grupos: **as figuras de sentido**, onde se incluem a comparação e a metáfora, a metonímia e a sinédoque, **as figuras de palavras**, que incluem os jogos lexicais e os jogos de sonoridade, destacando-se a assonância e a aliteração; **as figuras de pensamento**, onde se incluem a ironia e processos desconcertantes, as figuras de intensidade e as figuras de enunciação dialética, e, por fim, **as figuras de construção**, onde se incluem as simetrias e as repetições e acumulações, atais como a anáfora o pleonasma e a gradação.

Tendo por base esta divisão, destacaremos aqui apenas as figuras de discurso que consideramos pertinentes para a análise do *corpus* textual a realizar na terceira parte.

Começamos então pelas figuras de sentido destacando a metáfora, que assenta numa relação de analogia ou semelhança entre dois elementos, sem recurso a nenhum termo que introduza a comparação, tal como explicita Robrieux:

Du Grec Métaphora, transfert, ce trope opere un transfert de sens entre mots ou groupe de mots, fondé sur un rapport d’analogie plus au moins explicite. À la différence de la comparaison la métaphore repose sur des formes syntaxiques plus complexes.étant donné l’absence de lien comparatif explicite.

Robrieux (2007: 49)

A Sinédoque consiste na referência ao significado de uma palavra através de outra que com ela mantém uma relação de inclusão: a parte pelo todo ou o todo pela parte, O Género pela espécie ou a espécie pelo género ou a matéria pelo objeto. “La rethorique classique définit em effet ce trope comme allant tantôt du plus vers le moins, tantôt du moins vers le plus”. Robrieux (2007: 57)

Entende-se por metonímia a referência a uma realidade através de uma palavra que remete para uma outra com a qual mantém determinadas relações. A metonímia pode assumir diferentes modalidades: a causa pelo efeito, o efeito pela causa, o concreto pelo abstrato, o abstrato pelo concreto, o instrumento pela pessoa que o utiliza, o autor pela obra.

A Perífrase consiste na substituição de uma palavra ou conceito breve por uma expressão mais longa, tal como explicita Robrieux: “Du grec *péri*, autour et *phrasis*, expression on appelle ainsi une formulation qui contourne un terme ou une idée en utilisant plus de mots que nécessaire.” (Robrieux, 2007: 60).

No que se refere às figuras de palavras, nomeadamente aos jogos de sonoridade, há a Assonância, que consiste na repetição do mesmo som vocálico, e a aliteração que se verifica quando ocorre, no mesmo enunciado, a repetição de uma consoante ou de fonemas consonânticos vizinhos.

Nas figuras de construção, destaca-se a anáfora que assenta na repetição de uma ou mais palavras no início de versos ou de frases sucessivas, para intensificar a ideia expressa.

Por fim, ainda nas figuras de construção, há a considerar a enumeração consiste na exposição sucessiva de vários elementos, geralmente da mesma classe gramatical, segundo uma determinada linha lógica, de modo a intensificar uma ideia.

Marianne Doury (2016) considera que as figuras de discurso são elementos essenciais à argumentação, devendo mesmo ser considerados elementos essenciais na construção do discurso argumentativo:

Les figures du discours participent pleinement de l’argumentation, non pas au regard de leur capacité à générer la persuasion, mais en raison de leur contribution sémantique à l’énoncé. On a en effet posé l’importance de la matérialité langagière de l’argumentation; or, les figures participent de la génération du sens du discours argumentatif, et demandent à être considérées comme des moyens langagières de construction de l’argumentation (...)

(Doury, 2016:31)

É com base neste pressuposto de Doury que serão abordadas, ao longo da análise, as figuras de discurso que se considerem ter materialidade linguística para a construção da argumentação.

1.2.1.4. *Topoi*

Considerando que o *Corpus* textual, objeto de estudo neste trabalho, é constituído por discursos comemorativos da mesma data, torna-se pertinente verificar se a argumentação destes discursos assenta nas mesmas temáticas, isto é, nos mesmos *Topoi*.

Tendo recebido vários sentidos ao longo dos tempos, a noção de topos (no plural *topoi*) remonta à antiguidade, sendo um termo caro à retórica. De acordo com o *Dictionnaire d'analyse du Discours* (2002: 576) é um termo grego, cujo correspondente latino é *locus communis*, traduzido por lugar-comum.

Os *topoi* representam categorias e relações que podem funcionar como modelos a partir dos quais podemos abordar os assuntos. Assim, os *topoi* funcionam como os fios condutores na produção do discurso, sendo que a um conjunto mais ou menos sistematizado de *topoi* se dá o nome de *tópica*.

On constate que, dans tous les cas, les définitions des Topoi, vont d'un pôle formel jusqu'à un pôle substantiel. Ils ont toujours caractérisés par leur plausibilité inhérente, qui se communique aux discours dans lesquels ils entrent, que les topoi soient cités, qu'il y soit fait allusion, ou qu'ils constituent le schéma donnant sa cohérence au discours.

(Plantin, 2002:580)

Seara (2006) refere que os *topoi* são elementos que permitem organizar progressivamente a reflexão, sendo que é possível distinguir três aceções do conceito de *topos*:

A mais tradicional, desde a retórica aristotélica, é uma forma argumentativa estereotipada; a segunda, utilizada por Rastier, é um axioma normativo socializado. A terceira designa uma estrutura temática, estereotipada, daí ser pertinente o seu estudo em géneros discursivos singulares.

(Seara, 2006:330)

Segundo Plantin (2016:573) na obra *Dictionnaire de l'argumentation*, são os *topoi* que dão coerência ao discurso, sendo que a palavra *topos* é utilizada para designar um tipo de argumento (um elemento de um tópico inferencial), um elemento de um tópico substancial; ou um dado substancial (tema, matéria, argumento).

A noção de *topoi* que adotamos neste trabalho é a terceira apresentada por Seara e que se relaciona com a estrutura temática, apresentada nos estudos literários.

1.3. Os desafios da análise do discurso

Atualmente, em Portugal, a análise do discurso não difere do que se passa internacionalmente. No entanto, no caso do discurso político, a sua análise não pode ser dissociada da história da democracia portuguesa, sendo por isso compreensível que estes estudos tenham ganho maior relevo, entre as diferentes disciplinas sociais, após a revolução de 25 de abril de 1974.

L'intérêt scientifique porté actuellement à l'analyse du discours, au Portugal, se manifeste dans un cadre qui, d'une manière générale, ne diffère pas du cadre international. Toutefois, l'analyse du discours, et du discours politique en particulier, accompagne l'histoire de la démocratie portugaise. C'est avec la Révolution d'avril 1974 que le discours politique a gagné une centralité sociale indéniable, suscitant l'intérêt de chercheurs des différents domaines des sciences humaines et sociales et ouvrant la voie à un processus d'affirmation progressive de l'analyse du discours politique en tant que domaine de recherche pluridisciplinaire.

(Bacot, 2013:3)

Em Portugal, são de destacar os estudos efetuados por Maria Aldina Marques, relacionados com o discurso político, nomeadamente no que se refere à Construção do *ethos*. A autora tem realizado diversos trabalhos sobre os discursos presidenciais, no âmbito do projeto "O Discurso do Presidente. Cem anos de discursos presidenciais em Portugal". Os discursos políticos, mais concretamente os discursos de comemoração, são também o objeto de estudo do presente trabalho e segundo Maria Aldina Marques (2014a: 310), "Os discursos de comemoração parecem ser (...) uma oportunidade para o exercício do poder político presidencial." A autora refere ainda que discursos de celebração "constituem um momento privilegiado para o Presidente da República traçar objetivos e caminhos para o país, ao nível político, económico, cultural e social, marcados na estrutura discursiva por atos assertivos, injuntivos e explicativos."

1.3.1. Fundamentação teórica para a análise linguística

Sarfati (1997), na obra *Eléments d'analyse du discours*, defende que o domínio das modalidades de enunciação corresponde aos meios pelos quais o locutor implica ou determina a atitude do alocutário, partindo da sua própria enunciação. Este domínio junta todos os meios linguísticos através dos quais o locutor manifesta uma atitude em relação ao que diz.

A propriedade avaliativa apresenta-se em certos lexemas, nomeadamente substantivos, adjetivos e advérbios. Os substantivos subjetivos são os que melhor ilustram este fenómeno,

que podemos considerar como resultado de uma interferência constante mais ou menos apertada, entre a denotação e a conotação. Os adjetivos subjetivos, com valor axiológico ou portadores de uma determinada carga afetiva, os verbos, em particular os que poem o locutor como fonte de avaliação, e que se podem organizar em três grandes categorias modais: modalidade expressiva, epistêmica e deôntica. Os advérbios deônticos cobrem todas as formas de expressão que regulam a relação do locutor com o outro (permissão, obrigação, interdição).

O autor defende que o estudo da modalização abarca todo o domínio lexical, referindo que a relação subjetividade/avaliação retoma grande parte das interrogações da retórica clássica.

L'étude des moyens linguistiques de la modalisation recouvre, on le voit, presque l'ensemble du domaine lexical. À proprement parler, la relation subjectivité/évaluation, abordée en termes linguistiques, reprend à sa compte une grande part des interrogations de l'ancienne rhétorique sur les échelles de valeur implicites au discours (Vrai /faux, certain/incertain, bien/ mal, utile/inutile).

(Sarfati, 1997 :26)

Por sua vez, Charaudeau e Mainguenu, na obra *Dictionnaire d'analyse du discours (2002)* que coordenam, referem que um discurso argumentativo deve obedecer às normas de coerência, eficácia, veracidade e retidão ética. Ter em conta normas mais fortes do que a simples coerência, torna possível criticar um discurso argumentativo.

Na análise do discurso deve também ser considerado o processo de modalização, que vai além da identificação das modalidades utilizadas. Muitas vezes implícita no discurso, indica a atitude de quem fala, aos olhos do seu interlocutor, de si mesmo e do seu próprio enunciado.

La prise en compte de la modalisation, au-delà de l'identification de telles ou telles modalités, est cruciale pour l'analyse du discours, qui, para définition a affaire à des énonciations par lesquelles les locuteurs, d'un même mouvement, instituent une certaine relation à d'autres sujets parlants et à leur propre parole. La modalisation peut être explicité par des marques particulières ou demeurer dans l'implicite du discours, mais elle est toujours présente, indiquant l'attitude du sujet parlant à l'égard de son interlocuteur, de lui même et de son propre énoncé.

(Charaudeau, 2002: 383)

Segundo H. Lausgber, citado por Charaudeau (2002:424) o orador deve mostrar-se emocionado, de acordo com o estado emocional que pretende mostrar. É como se construísse um modelo de emoção, capaz de criar empatia. Este trabalho emocional apoia-se no trabalho do *ethos*, que de qualquer forma prepara o terreno. O discurso deve mobilizar todos os recursos (exclamações, interjeições, interrogações) que, de alguma forma, autenticam a emoção do orador).

Tendo em conta os pressupostos acima apresentados, considera-se então pertinente uma abordagem teórica ao nível da pragmática linguística, destacando os atos ilocutórios, e a dêixis. Considerando as perspetivas de Charaudeau (2002) e Safarti (1997), incluiremos também um ponto sobre modalidade.

1.3.1.1. Contributos da pragmática linguística

Segundo José Pinto de Lima, (2006) a pragmática é “a disciplina que trata os aspetos da linguagem que têm a ver com a ação e a prática” (Lima, 2006:13), podendo ainda dizer-se que é a disciplina que “estuda a linguagem humana do ponto de vista da comunicação” (Lima, 2006:13), ou seja, o modo como as palavras são usadas pelos utentes da língua para atingir os seus fins comunicativos.

Carlos A. M. Gouveia (1996) defende que no uso que o falante faz da linguagem deve obedecer às escolhas e restrições de interpretação facultadas pela situação particular em que se encontra. É com base neste princípio que o autor explicita que o objeto de estudo da pragmática são os princípios reguladores da atividade verbal. “A pragmática encara as línguas como instrumentos de ação e de comportamento, também eles regidos por regras, dando simultaneamente conta da relação existente entre as línguas enquanto sistemas formais e a sua atualização em situações de uso.” (Gouveia, 1996: 383-384)

Os objetos centrais da comunicação que podemos definir como pragmáticos incluem fatores linguísticos e não linguísticos, nomeadamente “o que é dito, o modo como é dito e a intenção com que é dito, o posicionamento físico, os papéis sociais, as identidades, as atitudes, os comportamentos e as crenças dos participantes, bem como as relações que entre eles se estabelecem.” (Gouveia, 1996: 384)

1.3.1.1.1. Os atos ilocutórios

“Ao comunicarem entre si, as pessoas trocam frases de uma língua. Observamos atos de enunciação em que são trocadas palavras que fazem sentido” (Lima, 2006: 28) No entanto, nos atos de enunciação, os falantes fazem mais do que falar, praticam mais do que um ato.

Assim, existem dois níveis de ação: um é o ato de enunciação e o outro é o dos atos como perguntar, pedir ou prometer. O mais básico é o nível da enunciação e só a partir destes é que se podem ter atos de segundo nível, os atos ilocutórios. “É, portanto, graças ao

conhecimento semântico que os falantes têm da sua língua e a alguns conhecimentos pragmáticos sobre o contexto da comunicação que os falantes podem praticar e compreender os atos ilocutórios.” (Lima, 2006: 32). Lima salienta ainda que um ato ilocutório só pode ser praticado usando meios linguísticos, ou seja, palavras de uma língua, sendo normalmente praticado “através da enunciação de verbos performativos na 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo, ou de outras expressões performativas.” (Lima, 2006:33).

Ao publicar, em 1962, a obra *How to do Things With Words*, Austin apresenta pela primeira vez o conceito de ato ilocutório. Numa primeira fase, o autor começa por distinguir enunciados constativos (proposições que podem ser verdadeiras ou falsas) de enunciados performativos (ações, bem ou mal sucedidas, que levam à felicidade). Posteriormente, Austin supera esta dicotomia, aparecendo então a Teoria Geral dos Atos de Linguagem, na baseada na generalização da natureza acional de toda a linguagem, defendendo que os atos devem ser avaliados em termos de condições de felicidade e apresentando três novos conceitos: ato locutório, ilocutório e perlocutório. É com base nestes princípios que Austin cria uma tipologia dos atos de fala estruturada em cinco grandes classes: veriditivos, exercitativos, promissivos, comportamentativos e expositivos. (Palrilha, 2009: 5-22)

Em 1969, John Searle, filósofo americano, que também defende uma teoria acional da linguagem, revê a teoria de Austin, apresentando como principais críticas o facto das fronteiras entre as diferentes classes dos atos de fala lhe parecerem pouco definidas.

A realização de atos ilocutórios implica a interação verbal entre um locutor e um alocutário, obedecendo a convenções de natureza social e institucional, e determinada por relações de poder ou pelo estatuto e familiaridade entre os interlocutores. Searle (1975) valoriza a intenção do falante na realização do ato ilocutório, relacionando-a diretamente com a escolha dos recursos linguísticos mais adequados à sua intenção.

Gouveia (1996) baseia-se na inventariação de John Searle, (1975) e distingue cinco categorias de atos ilocutórios: os assertivos, que têm por objetivo envolver o locutor na existência de um determinado estados de coisas, na veracidade da proposição expressa; os diretivos, que consistem numa tentativa por parte do locutor, de levar o interlocutor à realização de algo; os compromissivos, cujo objetivo é levar o locutor a adquirir uma determinada conduta futura; os expressivos, que têm por objetivo exprimir um estado

psicológico específico, numa situação de sinceridade (agradecer, felicitar, recusar) e os declarativos, cujo objetivo ilocutório é promover à existência o conteúdo do enunciado. Se o ato declarativo for bem sucedido, “brings about the correspondence between the propositional content and reality, successful performance guarantees that the propositional content corresponds to the world” (Searle 1979: 16).

Gouveia (1996) refere ainda que Searle (1975) introduziu o conceito de ato de fala indireto, ou seja, quando o locutor quer dizer mais do que aquilo que efetivamente diz.

O ato ilocutório causa um efeito no interlocutor podendo levá-lo a praticar outro ato, aquilo a que Lima (2006) chama ato perlocutório. Os efeitos perlocutórios surgem através da compreensão do que é dito pelo falante, sendo que um “ato perlocutório muito comum é o ato de convencer”. Através de um ato ilocutório pode-se praticar mais do que um efeito perlocutório, existindo para cada ato ilocutório um efeito ilocutório. Assim, é frequentes os atos diretivos recorrerem às formas indiretas, em que o locutor faz um pedido sob a forma de pergunta ou de sugestão, tornado o pedido mais delicado.

Estudar os atos ilocutórios implica, de acordo com o que foi concebido por Searle, e que seguiremos neste trabalho, uma análise dos recursos linguísticos que os realizam. Será então seguida a tipologia apresentada por Gouveia, baseada na inventariação do filósofo americano Searle.

1.3.1.1.2. Dêixis

A pragmática ocupa-se do estudo da língua, não enquanto estrutura formal, mas enquanto usada pelos falantes em contextos de comunicação. Logo, as palavras só podem ser entendidas tendo em conta o contexto em que estão enunciadas. A dêixis pode assim ser entendida, de acordo com Gouveia (1996), como o elo entre a produção linguística dos falantes e os contextos situacionais em que ocorre.

Maria Helena de Araújo Carreira, no texto «Reflexões sobre dêixis social na perspetiva do ensino/aprendizagem do português como língua estrangeira» (1995), refere que a etimologia da palavra “dêixis” (do grego *deiknumini*, *deiklon*) reenvia para a noção de mostração (que designa, que indica), e que engloba necessariamente dois parâmetros: o locutor e a distância. Para exemplificar a veracidade deste preceito, Lima (2006: 85) dá o exemplo da frase, “Eu

estou aqui agora”, reiterando que esta frase veicula uma informação verdadeira sempre que é enunciada, independentemente do falante que a utiliza, do local em que se encontra ou do momento em que fala. A pessoa a quem se refere a palavra “eu” varia consoante o contexto, ou seja, consoante quem a profere. O mesmo se passa com as palavras “aqui” e “agora”, que também variam conforme o contexto de enunciação. A estas expressões, cuja compreensão depende do contexto, chamam-se expressões deícticas ou deícticos. Ao contrário dos nomes próprios, as expressões deícticas não têm referentes fixos ou determinados.

Na frase apresentada por Lima figura também um outro elemento deíctico, o tempo verbal, apresentado na forma verbal “estou”. Na verdade, se compararmos “estou” com “estive” ou “estarei”, verificamos que os três tempos verbais remetem para momentos diferentes, que dependem sempre do contexto em que ocorre a enunciação.

O enunciado, apresentado pelo autor, é exemplificativo no sentido em que apresenta as três categorias fundamentais da dêixis: a dêixis pessoal, a dêixis local (ou designada por alguns autores por espacial) e a dêixis temporal. A estas três categorias Gouveia (1996) e Lima (2006) acrescentam ainda a dêixis discursiva e a dêixis social.

A dêixis pessoal “diz respeito à identificação dos participantes, bem como dos seus papéis, enquanto participantes, no contexto de enunciação” (Gouveia, 1996: 413). Esta caracteriza-se especialmente pelo uso dos pronomes pessoais que designam o falante (eu) e o destinatário (tu), ou seja, a 1ª e 2ª pessoas. A estas acrescenta-se a 3ª pessoa, que designa alguém que não participa na comunicação.

O autor destaca ainda a assimetria que existe entre a 1ª pessoa do singular e a 1ª pessoa do plural. “Nós” designa “o falante e mais um ou vários indivíduos, presentes ou não no contexto, identificáveis por indicações fornecidas previamente na conversação (deste conjunto pode fazer parte o ouvinte ou não)” (Lima, 2006: 87). Menciona também a diferença entre o “nós inclusivo” (em que o falante se inclui) e o “nós exclusivo” (referente apenas ao destinatário). Salienta-se ainda o caso da ambiguidade na utilização da 3ª pessoa, pois admite-se que estas formas tanto podem marcar a 2ª como a 3ª pessoa, consoante ocorram com você/vocês ou ele/eles.

De referir que os pronomes pessoais podem tomar várias formas, consoante desempenhem

a função de sujeito (eu, tu, ele...) de objeto direto e indireto (me, te, o,...). Integram-se também na dêixis pessoal os pronomes possessivos (meu, minha, teu, tua,...), pois contribuem para a referência de entidades possuídas pelas pessoas designáveis pelos pronomes pessoais.

A dêixis local ou espacial refere-se “à localização de uma entidade em relação ao contexto em que a enunciação toma lugar.” (Lima, 2006:88). É definida pelos advérbios *aqui-at-ali* e *cá, lá* e *acolá*. *Aqui* e *ali* são normalmente usados quando os locais a que se referem estão dentro do campo de visão do falante, ao contrário de *cá* e *lá* que se usam quando o local ou não é visível ou a sua visibilidade é reduzida.

Os pronomes demonstrativos, *este(a) -esse(a) -aquele(a)*, e *isto-isso-aquilo* são também outros elementos fundamentais na dêixis espacial, uma vez que auxiliam a referência à localização de objetos em relação ao falante. Partindo do corpo do falante e da sua percepção e orientação, as expressões *à frente, atrás, ao lado de, à direita, à esquerda* também constituem um sistema de referência.

A dêixis temporal decorre da localização temporal e são “todas as expressões que permitem a referência a momentos ou períodos de tempo em relação ao momento do contexto de enunciação.” (Lima, 2006:90). Também neste caso existem algumas ambiguidades que confirmam que todos os elementos ou indícios devem ser analisados de acordo com o contexto. O autor dá o exemplo do advérbio *agora*, que tanto se pode referir a um momento breve como a um momento muito extenso, exemplificando com as frases “Não o vêes? Ele *agora* está a entrar no banco” e “Nessa altura isso não era possível, mas *agora* temos os computadores”, onde se pode verificar que, no segunda enunciado, “*agora*” tem o significado de tempo atual, com limites vagos. Esta ambiguidade é também visível no advérbio *hoje*, que tanto se pode referir ao dia em que toma lugar a enunciação como a um período de tempo mais alargado, como quando usamos a expressão *hoje em dia*.

O autor nota ainda que a categoria gramatical do tempo verbal é uma categoria deíctica. As formas flexionadas dos verbos marcam, entre outras, as categorias de pessoa e de tempo. O tempo, como categoria deíctica, toma como referência o momento da enunciação de forma a que “as formas *estive/estou/estarei* indicam respetivamente um tempo passado, um tempo presente e um tempo futuro em relação ao momento da enunciação.” (Lima, 2006:91).

A dêixis discursiva relaciona-se com todas as expressões que aparecem num enunciado escrito ou oral e que servem de referência a outras expressões ou fragmentos do discurso que ocorrem nesse enunciado. Estas expressões podem também fazer referência a um enunciado a um texto que não é da autoria do falante, mas sim do interlocutor.

A dêixis social está relacionada com a estruturação do discurso tendo em conta as relações que existem entre o locutor e alocutário, e conseqüentemente aos papéis que assumem na situação de comunicação. Assim, tal como refere Lima, a dêixis social também se relaciona com pessoas, mas mais particularmente com a proximidade ou a distância entre os participantes na iteração verbal. Pode também estar relacionada com a escala de papéis sociais ou hierarquia. Esta ideia pode ser ilustrada pela utilização de *tu*, *você* ou *o(a) senhor(a)*, em que como sabemos, *tu* implica proximidade entre os falantes, enquanto *você* implica maior distância, embora, em certas situações de falantes do português europeu, seja visto como menos delicado. O tratamento *o(a) senhor(a)*, no português europeu, além de ser uma forma de tratamento de distância é a mais usual das formas de delicadeza. São formas literalmente de 3ª pessoa, mas são usadas para a referência ao interlocutor. É também comum em português tratar o interlocutor por um título académico ou profissional (*Sr.*, *Professor*, *Sr. Deputado*, etc). Tal como é defendido por Seara, a escola das formas de tratamento depende das circunstâncias sociais:

Les locuteurs d'une langue possèdent aussi le choix en ce qui concerne les variantes dans le système d'adresse; tant qu'il existe des variantes, les locuteurs peuvent choisir parmi ces variantes, toutes grammaticalement correctes dans le contexte, et ce choix reflète non seulement le contexte social mais aussi les circonstances sociales et linguistiques du locuteur.

(Seara, 2017: 114)

Concluindo, tal como referem Charaudeau e Maingueneau, no *Dictionnaire d'Analyse du discours* (2002), não nos podemos contentar em relacionar a dêixis com um acontecimento puramente empírico, é preciso considerar a situação que é pertinente para o género do discurso a que diz respeito: a situação de comunicação num debate televisivo será diferente da de um programa de informação ou de um sermão. A isto junta-se a situação a partir da qual se constrói o discurso, ou seja, a linguagem nunca poderá ser desligada do seu contexto, tal como é defendido por Fonseca:

A *deixis*, pressupondo coordenadas enunciativas e recriando-as no discurso, é o dispositivo gerador da possibilidade de referência linguística, da construção de "mundos" (no sentido de

esquemas configurativos do conhecimento da realidade). O funcionamento dos deícticos atesta

essa obrigatória incorporação do real (da situação real de enunciação) que é mais habitualmente designada como dependência contextual da linguagem.

(Fonseca, 1994: 103)

Neste trabalho, pretende-se então verificar em que medida a dêixis (pessoal, social e espacial) contribui para criar a proximidade do locutor com o auditório, pois, tal como refere Marques (2017), nos discursos de comemoração nacional espera-se que a voz coletiva construída pelo orador se identifique com o povo.

Les présidents choisissent de parler au nom du collectif. D'ailleurs, dès qu'il s'agit d'un discours de commémoration nationale, on s'attend à que cette voix collective s'identifie au peuple portugais. Mais il faut quand même considérer les choix énonciatifs d'occurrence pour en dégager ces particularités et leurs effets discursifs.

(Marques, 2017: 72)

1.3.1.2. A modalidade

A modalidade é a expressão da intenção da atitude do falante, relativamente à maneira como ocorrem as ações verbais no discurso. Assim, essa atitude pode ser vista como um facto, uma possibilidade ou um desejo, algo positivo ou negativo. Desta forma, a modalidade é inerente ao ato de dizer, sendo por isso um elemento indispensável para a descodificação do discurso.

A modalidade tem vindo a ser objeto de diferentes estudos na linguística contemporânea, pelo que a sua definição não é estática. De acordo com Charaudeau e Maingueneau, no *Dictionnaire d'Analyse du discours* (2002), o termo modalidade tem aceções diferentes, conforme seja utilizado no âmbito dos estudos de lógica, semiótica ou linguística. Em linguística os estudos iniciaram-se com Bally (1932), que distinguiu duas dimensões no enunciado: o *modus* (atitude do sujeito) e o *dictum* (conteúdo proposicional). Os autores referem também os estudos de Culioli, (1968) para quem a modalidade pode ter quatro sentidos: 1) afirmativo ou negativo; 2) certeza, probabilidade ou necessidade, 3) apreciativa e 4) pragmática, que implica uma relação entre sujeitos.

Merecem ainda destaque, na obra acima referida, os estudos de Meunier (1974) que distinguem modalidades de enunciação, que caracterizam a comunicação estabelecida com

o interlocutor, e modalidades de enunciado, que podem ser lógicas, apreciativas ou avaliativas e se referem exclusivamente ao enunciado.

Por fim, Charaudeau e Maingueneau (2002) concluem que, para o estudo da modalidade, é necessário ter em conta diversos fenómenos linguísticos: advérbios e locuções adverbiais, interjeições, adjetivos, verbos (quere, dever...), entoação, tempos e modos verbais.

Em Portugal, é imprescindível referir o nome de Henriqueta Costa Campos quando se referem os estudos sobre modalidade. Esta autora define modalidade como “categoria gramatical que representa as diferentes atitudes do locutor em relação a um conteúdo proposicional e ao seu Interlocutor” (Campos, 2004: 265).

O valor modal ou modalidade de um enunciado resulta da localização da relação predicativa em relação ao sujeito da enunciação. “Por outras palavras, o valor modal de um enunciado exprime diferentes tipos - e para cada tipo diferentes graus - de relação entre o enunciador e a relação predicativa subjacente a esse enunciado, afetada de valores das restantes categorias gramaticais.” (Campos, 1991: 338).

Campos constrói com Xavier, em 1991, uma tipologia que identifica os seguintes tipos de modalidade:

Modalidade epistémica: “o enunciador exprime o seu grau de conhecimento relativamente ao acontecimento construído” (Campos, 1991: 339);

Modalidade apreciativa: os enunciados marcam a “construção de um juízo de valor, de uma apreciação. Sobre uma relação predicativa já constituída ou validada” (Campos, 1991: 341);

Modalidade intersujeitos: “é construída uma relação entre o sujeito enunciador e o sujeito do enunciado”. Este é pressionado ou autorizado pelo enunciador a realizar o evento ou a atividade expressos no predicado. (Campos, 1991: 342).

Em 2004, com base na teoria de Bally, Campos propõe uma revisão da tipologia acima apresentada, mantendo no entanto a divisão tripartida. Assim, a autora apresenta 3 valores para a modalidade:

- a) **Valor epistémico:** assenta na ideia de verdade/veracidade do que é dito pelo falante. Este valor subdivide-se em valor de certeza ou valor de possibilidade, de acordo com o conhecimento que o enunciador possui no momento da enunciação;
- b) **Valor deôntico:** esta modalidade é voltada para o futuro e busca a realização dum estado de coisas segundo os vetores da interdição, da permissão ou da obrigatoriedade. Representa-se linguisticamente através de atos ilocutórios diretivos, diretos ou indiretos;
- c) **Valor apreciativo:** o enunciador faz uma avaliação subjetiva relativamente ao enunciado.

Nos estudos de modalidade, Henriqueta Costa Campos dá ainda grande relevância ao subsistema modal português, nomeadamente à utilização dos verbos modais “poder” e “dever”, referindo que “no seu uso epistémico são sempre um traço de enunciação. Marcam uma operação predicativa pela qual o enunciador-locutor assume uma relação predicativa que assim passa a ser um enunciado” (Campos,1998: 96). Em determinadas ocorrências, estes verbos podem ter o mesmo tipo de valor, embora possa assumir diferentes graus (Campos, 1998:312).Assim, o verbo modal “dever” pode ter valor epistémico, ou valor não epistémico: deôntico ou de previsão. Já o verbo modal “poder” pode ter valor epistémico ou valor não epistémico: possibilidade, permissão ou capacidade. É também referido o verbo semi-modal “ter de”, que em determinados contextos pode substituir o verbo “dever”.

Para a autora a “modalidade não incide sobre um enunciado já construído mas é, pelo contrário, uma das categorias constitutivas da significação do enunciado. (Campos, 1998:315).

Igualmente incontornável nos estudos da modalidade em português é Fátima Oliveira (2003), cujos estudos se debruçam também no comportamento dos verbos modais “poder” e “dever”, concretamente nas suas propriedades semânticas. Assim, considerando que estes verbos se revestem de alguma ambiguidade, a autora dá especial relevo ao contexto de modo a determinar, de forma mais concreta, os significados destes verbos modais. A autora propõe uma tipologia de modalidade, com base nesta variação atitudinal, que se apresenta sob quatro formas: modalidade interna ao participante, externa ao participante, deôntica e epistémica.

Concordando com a tipologia apresentada por Campos, o Dicionário Terminológico define modalidade como:

Categoria gramatical que exprime a atitude do locutor face a um enunciado ou aos participantes do discurso. A modalidade permite expressar apreciações sobre o conteúdo de um enunciado (i) ou representar valores de probabilidade ou certeza (modalidade epistémica) (ii), ou de permissão ou obrigação (valor deôntico) (iii). A modalidade pode ser expressa de muitas formas diferentes: através da entoação, da variação no modo verbal, através de advérbios, de verbos modais (auxiliares como “dever”, “poder”... ou principais com valor modal como “crer”, “pensar”, “obrigar”,...), etc.

<http://dt.dge.mec.pt> [consultado em 27-06-2019]

Neste trabalho a tipologia adotada será a proposta no dicionário terminológico, sendo que a análise assentará sempre na materialidade linguística, nomeadamente na utilização dos verbos com valor modal.

Parte II

1. Corpus de análise

O corpus de análise deste trabalho é constituído por seis discursos comemorativos do dia 10 de junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. O trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa e contrastiva entre os discursos formais do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa e os discursos dos quatro presidentes, seus antecessores, eleitos democraticamente, por sufrágio universal, após a revolução de 25 de abril: General Ramalho Eanes (eleito em 1976 e reeleito em 1980), Mário Soares (eleito em 1986 e reeleito em 1991), Jorge Sampaio (em 1996 e reeleito em 2001) e Cavaco Silva (eleito em 2006 e reeleito em 2011).

Como se pode verificar acima, cada um dos antecessores do professor Marcelo Rebelo de Sousa teve dois mandatos, pelo que, visando uma maior equidade, será escolhido um discurso do primeiro ano de mandato de cada um dos presidentes, nomeadamente um discurso comemorativo com grande importância política e social, como é o caso do discurso do dia 10 de junho.

Saliente-se que as comemorações do dia 10 de junho de 2016 foram um pouco diferentes do que vinha sendo hábito até então, tendo o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa optado por comemorar o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas junto da comunidade portuguesa emigrante em Paris. No entanto, antes da partida para a capital francesa, o Presidente fez o habitual discurso às Forças Militares em parada, desta vez no Terreiro do Paço, em Lisboa.

Os discursos analisados apresentam-se em anexo, ordenados por ordem cronológica. Todos os discursos estão disponíveis na internet, no sítio da Presidência da República (www.presidentia.pt), à exceção do discurso do Presidente Mário Soares (1986), que se encontra transcrito, na obra *Intervenções*. Assim, os quatro primeiros discursos que compõem o *corpus* estão disponíveis apenas em suporte escrito, enquanto os discursos do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa estão disponíveis em vídeo pelo que foram transcritos e, no caso do discurso de Paris, foi traduzida a primeira parte proferida em francês.

1.1. Os presidentes da República eleitos após o 25 de abril¹⁰

General Ramalho Eanes (RE) (eleito em 1976 e reeleito em 1980), foi o 16.º presidente da República, mas o primeiro democraticamente eleito após a revolução de 1974. Eleito com 41 anos de idade, foi o mais jovem Presidente de sempre. Os seus dois mandatos foram marcados pela sua postura austera.

Iniciou o primeiro mandato denominando-se o “presidente de todos os portugueses”, epíteto que iria também ser adotado pelos seus sucessores.

O seu primeiro mandato foi marcado pela questão militar, juntando aos poderes de comandante-chefe das Forças Armadas, enquanto Presidente da República, os de CEMGFA (chefe do Estado-Maior das Forças Armadas), e ainda os de, por inerência, presidir ao Conselho da Revolução. Teve um papel decisivo assegurando que as eleições livres fossem respeitadas, restabelecendo a hierarquia e a disciplina e impondo o regresso aos quartéis.

A nível externo, uma das componentes fundamentais das suas iniciativas foi a relação com os países da NATO.

Já ao nível de política interna, teve uma atuação bem mais difícil e marcada pela controvérsia. Ramalho Eanes via a Presidência como um poder arbitral, que podia e devia criticar publicamente o Governo e os diversos partidos, tentando assim corrigir a sua atuação. Esta atitude não foi bem vista pelos líderes partidários, sendo considerada um desafio à sua autoridade.

Mário Soares (MS) (eleito em 1986 e reeleito em 1991), nasceu em Lisboa em 1927, onde faleceu a 7 de janeiro de 2017. Advogado de profissão, esteve ligado desde cedo ao partido socialista português, sendo um dos seus fundadores. Desempenhou diversos cargos ligados à vida política: ministro dos Negócios Estrangeiros (I-II Governos Provisórios); ministro sem pasta (III-IV Governos Provisório, 1974-1975); primeiro-ministro (I e II Governos Constitucionais, 1976-1978 e IX Governo Constitucional, 1983-1985); presidente da Fundação Mário Soares e conselheiro de Estado (1996). Em 1986, venceu as eleições

¹⁰ Partimos de informações retiradas do sítio da presidência da República (<http://www.presidencia.pt>) para proceder à necessária contextualização histórica dos mandatos presidenciais.

presidenciais à 2ª volta, derrotando Freitas do Amaral. Ficou conhecido nestas eleições o slogan “Soares é fixe”.

Reeleito em 1991, foi Presidente da República de 9 de Março de 1986 a 9 de Março de 1996. Os seus mandatos foram marcados pela coabitação, ou seja, um governo de PSD e um Presidente do PS.

Jorge Sampaio (JS) (eleito em 1996 e reeleito em 2001) Jorge Fernando Branco de Sampaio - nasceu em Lisboa, em 18 de Setembro de 1939. Devido à carreira do pai, passou parte da sua infância nos EUA e na Inglaterra.

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e foi na Universidade que iniciou uma persistente ação política de oposição à ditadura, envolvendo-se na atividade académica, onde desempenhou cargos de relevância. Foi um dos protagonistas da crise académica do princípio dos anos 60 “a qual esteve na origem de um longo e generalizado movimento de contestação estudantil, que durou até ao 25 de Abril de 1974, e que abalou profundamente o Regime.”

Enquanto advogado, passou por todos os ramos do direito e teve um papel de relevo na defesa de presos políticos, no Tribunal Plenário de Lisboa.

Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, foi um dos principais impulsionadores da criação do Movimento de Esquerda Socialista (MES) e, em 1978, adere ao partido Socialista. Em 1979, é eleito deputado à Assembleia da República, pelo círculo de Lisboa, e passa a integrar o Secretariado Nacional do PS. No ano de 1989, é eleito Secretário-Geral do Partido Socialista, cargo que exerce até 1991, e é designado, pela Assembleia da República, como membro do Conselho de Estado.

Concorreu à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, cargo para o qual foi, então, eleito em 1989 e reeleito em 1993, tendo a sua presidência ficado marcada por “uma visão estratégica, com recurso a novas conceções e métodos de planeamento, gestão, integração e desenvolvimento urbanístico”.

Apresentou a sua candidatura às eleições presidenciais em 1995, recebendo o apoio de inúmeras personalidades relevantes da vida social e política portuguesas.

Em 14 de Janeiro de 1996, é eleito à primeira volta. Cumpriu o seu primeiro mandato exercendo uma magistratura de iniciativa, na linha do seu compromisso eleitoral e voltou a ser eleito à primeira volta, em 14 de Janeiro de 2001, para um novo mandato, que terminou em 2006.

Aníbal Cavaco Silva (CS) (eleito em 2006 e reeleito em 2011), foi o 19.º Presidente da República, tendo sido eleito por sufrágio universal, à primeira volta, em 2006, e reeleito em 2011, com base numa candidatura pessoal e independente. Iniciou os seus mandatos comprometendo-se a ser imparcial e independente em relação aos partidos políticos e a fortalecer os vínculos que unem os portugueses enquanto cidadãos.

Anteriormente, Aníbal Cavaco Silva tinha sido primeiro-ministro entre 1985 e 1995, tendo conquistado duas maiorias absolutas consecutivas em eleições legislativas. Neste cargo foi um protagonista no processo da construção europeia, tendo tido um papel fundamental na adesão de Portugal ao sistema monetário europeu.

Terminou as funções como Presidente da República em 2016.

Marcelo Rebelo de Sousa (MRS) (eleito em 2016) tornou-se conhecido do grande público como comentador televisivo. Nasceu em Lisboa e licenciou-se em Direito. Posteriormente, doutorou-se em Ciências Jurídico-Políticas e em 1992 tornou-se Professor Catedrático de nomeação definitiva, por unanimidade, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Neste âmbito, presidiu aos Conselhos Científico e Pedagógico e ao Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Desempenhou diversos cargos políticos, entre os quais Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Ministro dos Assuntos Parlamentares, membro do Conselho de Estado (2000-2001 e 2006-16), Presidente da Assembleia Municipal de Cascais, vereador e líder da oposição na Câmara Municipal de Lisboa e Presidente da Assembleia Municipal de Celorico de Basto.

Foi um dos fundadores do Partido Popular Democrático, depois Partido Social Democrata, tendo assumido a sua liderança de 1996 a 1999.

A sua vida esteve também sempre ligada aos meios de comunicação social, tendo estado na fundação dos jornais “Expresso” e “Semanário”, onde exerceu funções de direção e gestão.

Fez análise política, com carácter regular, desde os anos 60, primeiro na imprensa escrita e, posteriormente, na rádio e televisão. Aliás, o que o tornou conhecido do grande público, foi um programa semanal de análise política, aos domingos, na estação de televisão pública RTP, depois de ter anteriormente um programa semelhante no Jornal da noite de domingo no canal privado TVI, onde foi apresentado como "o analista político mais sábio e perspicaz dos tempos atuais". Os seus comentários cobriam tudo, da política ao desporto, incluindo as suas famosas apresentações e comentários sobre os livros recentemente publicados. Frequentemente controversos, alguns dos comentários foram vistos como ataques pessoais e políticos. Protagonizou momentos de humor com os jornalistas, o que, de certa forma, contribuiu também para a empatia que criou com os portugueses. De palavra fácil e acessível, mesmo quando os assuntos eram mais sérios e de difícil entendimento para os mais leigos, conseguiu chegar a todos os quadrantes da sociedade.

A sua campanha eleitoral foi marcada principalmente pela proximidade com o eleitorado, conseguindo ser eleito à primeira volta, com uma equipa e um orçamento bastante reduzidos em relação aos outros candidatos.

1.2. A autoridade do Presidente

La problématique de l'autorité engage l'analyse de discours dans une réflexion sur les plans épistémiques (sur les conditions d'acceptabilité non vériconditionnelles des énoncés), de l'influence sociale (sur le pouvoir dans le discours), et interpersonnel (sur les manifestations et effets sur l'interaction des positions hautes/basses des interactants).

(Charaudeau, 2002:84,85)

De acordo com a Constituição Portuguesa, o Presidente da República “representa a República Portuguesa”, cabendo-lhe também a tarefa de garantir a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas.

O Presidente da República é o Chefe de Estado e o Comandante Supremo das Forças Armadas. No fundo, e de acordo com o que está explícito na Constituição Portuguesa, o Presidente da República tem o dever de “defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa”.

Os poderes formais reconhecidos pela Constituição são-lhe conferidos através da eleição direta pelos portugueses, estando por isso democraticamente legitimados.

No quotidiano do país, o Presidente da República tem o dever de fiscalizar a atividade política e legislativa dos outros órgãos de soberania, não tendo o poder de legislar, mas sim de promulgar as leis.

Portugal é uma República Constitucional semipresidencialista, com quatro órgãos de soberania: o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais. O Presidente da República, eleito por sufrágio universal, é o Chefe de Estado, e tal como se depreende do que foi referido acima, tem como funções supervisionar a atuação do Governo, nomear o Primeiro-Ministro e os membros do Governo e promulgar ou vetar leis e decretos-lei. A liderança do governo cabe ao Primeiro-Ministro, normalmente o líder do partido com maior votação nas eleições legislativas.

De referir que em Portugal, o poder tem vindo a alternar entre os dois maiores partidos políticos, o PS e o PPD/PSD, havendo frequentemente situações de coabitação, ou seja, Primeiro-ministro e Presidente da República são de partidos diferentes.

Concluindo, no sistema político Português o poder do Presidente da República é mais de moderar do que propriamente de governar, podendo, no entanto, fazer um uso político dos seus poderes, nomeadamente a dissolução da Assembleia da República.

2. Metodologia

O objetivo do estudo é a realização de uma análise dos discursos, numa perspetiva comparativa e contrastiva, tendo por base os princípios enunciados por Charaudeau no artigo *À quoi sert d'analyse le discours politique* (2002a), focando essencialmente os seguintes aspetos: a estrutura dos discursos, os *topoi* dominantes e comuns (Charaudeau e Mainguenu, 2002), a construção da relação do locutor com o auditório, nomeadamente a no que se refere à modalidade (Campos, 1998), *déixis* (Gouveia, 1996) e (Lima, 2006) e aos atos ilocutórios predominantes, tendo como referente a tipologia concebida por Searle (1981) e adotada por Gouveia (1996).

Estes discursos, objeto desta investigação, foram selecionados entre os discursos de celebração. Inicialmente foram escolhidas duas datas, o dia 25 de abril e o dia 10 de junho,

sendo que a intenção era analisar um total de 10 discursos (5 referentes a cada data). No entanto, considerando a extensão do trabalho, optou-se apenas por analisar os discursos comemorativos do dia 10 de junho. No que se refere ao Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, serão analisados dois discursos, devido à particularidade das comemorações de 2016, que tal como foi referido anteriormente, decorreram primeiro em Portugal e depois em Paris.

Após a seleção dos discursos, disponibilizados *online*, mas em diferentes formatos, foi necessária a sua transcrição. No caso dos discursos do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa (2016), além da sua transcrição, foi necessária a tradução, uma vez que o discurso proferido em Paris foi feito em língua francesa. Assim, apresenta-se o discurso em francês e a sua tradução.

Posteriormente, definido o *corpus* de análise, foi feita uma leitura “flutuante”, que de acordo com Bardin, consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões ou orientações. (Bardin, 2000: 90). Esta primeira leitura é essencial para a formulação de hipóteses e para a definição dos objetivos.

Após esta primeira leitura, formularam-se várias questões.

- Será que estes discursos comemorativos seguem um modelo comum?
- Sendo o mesmo objeto de comemoração, será que os discursos obedecem aos mesmos *topoi*?
- O que aproxima e o que distancia o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa dos seus antecessores, no que se refere às estratégias discursivas utilizadas?
- Que estratégias linguísticas são utilizadas pelo Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa para criar um *ethos* de cumplicidade com o povo português?

Com base no quadro teórico da análise que, como anteriormente expusemos, convoca, numa perspetiva interdisciplinar, conceitos fundamentais do campo da análise dos discursos, nomeadamente os conceitos de discurso político, da retórica, *topoi*, *ethos* e da pragmática (atos ilocutórios e modalidade e *dêixis*), procederemos seguidamente à análise retórico-

discursiva e contrastiva, baseada nas ferramentas teóricas que foram expostas e que constituirá a parte seguinte deste trabalho.

Parte III

1. Os discursos em análise – contextualização social e política

Segundo Le Bart, «La conjoncture politique pèse également sur la production des discours.» (Le Bart, 1998:40), isto é, a conjuntura política é determinante na produção do discurso, e, como já vimos, os Presidentes da República, eleitos por sufrágio universal, desempenharam estes cargos enfrentando condições políticas diversas que, de alguma forma, condicionaram o seu desempenho e, conseqüentemente, os seus discursos e a forma como se dirigiam aos cidadãos.

Assim, como verificaremos adiante, em 1977, os desafios apresentados por Ramalho Eanes, primeiro Presidente eleito após a revolução de abril, prendem-se com a reconstrução de Portugal e com a instabilidade política, económica e social que se vivia na jovem democracia.

Em 1986, Mário Soares tenta distanciar-se do passado¹¹ e apresenta desafios relacionados com a adesão à União Europeia. O Presidente apela à necessidade de mudança para alcançar os desafios do futuro.

Jorge Sampaio, em 1996, tem como principal desafio a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), sendo, portanto natural a relevância dada à língua portuguesa. No seu discurso, Jorge Sampaio faz ainda referência aos conflitos de Timor Leste, salientando a responsabilidade que Portugal tem para com este país.

Cavaco Silva, em 2006, apresenta como tema central a economia portuguesa e o ritmo de crescimento da União Europeia, uma vez que, à época, Portugal apresentava um ritmo de crescimento económico inferior ao resto da comunidade.

Dez anos depois, em 2016, Portugal tinha saído da intervenção da Troika há 2 anos e estava em recuperação económica moderada. O terrorismo internacional marca também a atualidade, o que se nota, principalmente, no discurso proferido em Paris.

¹¹ Em 1977, no discurso comemorativo do 25 de abril, Ramalho Eanes criticou o governo de Mário Soares: “O desencanto que se apoderou de muitos é fruto de três anos de hesitações e erros: que é feito da fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país?” (Ramalho Eanes, 25 de abril de 1977). O socialista, que ocupou o cargo de Presidente da República depois do General, ficou de tal forma incomodado com as críticas de Eanes que prometeu nunca usar os discursos comemorativos do 25 de abril ou do 10 de junho para criticar o Governo em funções.

Cf. LUÍS, F. (2017). *Presidentes que mudaram Portugal, A vida, as histórias e as polémicas*, Lisboa: Edições desassossego (pp 44,45).

1.1. 10 de junho, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas.

Um dos mais importantes feriados nacionais é o dia 10 de junho. Nesta data, celebra-se em Portugal o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

A escolha desta data para dia de Portugal deve-se ao facto de se assinalar o dia da morte do poeta Luís Vaz de Camões, em 1580, autor d' *Os Lusíadas*, considerada a maior obra épica portuguesa. A primeira referência ao dia 10 de junho, “Dia de Festa Nacional e de Grande Gala” data de 27 de abril de 1880, num decreto das Cortes Reais em que o rei D. Luís I aceitou a que se assinalassem os 300 anos da data apontada pelos historiadores como a data provável do falecimento de Luís de Camões.

Em 1919, depois da queda da Monarquia e a implantação da República, na primeira lista de feriados nacionais elaborada pelo Governo, não consta o 10 de Junho, mas o decreto 17.171, de 29 de agosto de 1919, consagrava-o como feriado.

De 1933 até à Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, durante a ditadura do Estado Novo, o dia 10 de junho era celebrado como o "Dia de Camões, de Portugal e da Raça", este último epíteto criado por Salazar, em 1944. Após a revolução do 25 de abril de 1974, que marcou o fim do regime ditatorial, a celebração do dia passou a prestar homenagem a Portugal, a Camões e às Comunidades Portuguesas, tendo as primeiras celebrações posteriores a esta data ocorrido na cidade da Guarda, com grande impacto na comunicação social, tal como é relatado por um dos oradores, o escritor Vergílio Ferreira no seu diário¹²:

Está o governo em peso e outras notabilidades a assistir. Levo o meu texto no bolso, estou desejoso de o despejar. Não pertença ao mundo público. Leio enfim o texto, palmas frias, não me fiz ao aplauso intervalar elevando a tempo a voz em berro, e suspendendo-me para a ovação. Da mesa da presidência, só o Presidente da República veio ter comigo e me apeteu a mão dizendo-me: “maravilhoso”. Depois foi a vez do Jorge de Sena. E o Jorge de Sena fez a sua cena, berrou, gesticulou invetivou. Foi aclamado em delírio. A mesa da Presidência veio toda em peso palmear-lhe as costas. Fiquei logo subalternizado. Por fim, falou o Ramalho Eanes. Breve, discreto, anódino. Público sempre ruidoso durante os discursos.

(Ferreira, 1981: 58)

Três dias depois, o escritor, que viveu a juventude na cidade da Guarda, escreve: “Toda a imprensa falou das cerimónias da Guarda. O Jorge de Sena em primeiro plano, com retrato

¹² Vergílio Ferreira (1981), *Conta-corrente 2, 1977-1979*, Lisboa, Bertrand. pp 58-59.

e tudo. Eu secundarizado” (Ferreira, 1981:58), o que demonstra o impacto que os discursos tiveram na sociedade.

Apesar de já ser assinalado pelos portugueses, o Dia de Portugal surge fixado como 10 de junho num decreto-lei de 04 de janeiro de 1952.¹³

Normalmente, as celebrações daquele que é também considerado o dia da Língua Portuguesa decorrem, todos os anos, em cidades diferentes e nelas participam o Presidente da República e altas individualidades do Estado. As celebrações integram as mais diversas atividades, como desfiles, demonstrações militares e entregas de medalhas de mérito. Um dos momentos altos das celebrações é o discurso do Presidente da República, proferido numa sessão solene, e onde são condecoradas personalidades que se distinguiram pelo seu trabalho em nome da nação. Além deste discurso, normalmente, o Presidente da República faz igualmente um discurso às forças militares em parada.¹⁴

A partir de 2016, o Presidente da República iniciou as comemorações fora do país, junto das comunidades portuguesas. Normalmente, escolhe uma cidade portuguesa, onde faz o discurso às forças militares, seguindo depois para uma cidade onde se encontra com as comunidades portuguesas.

Este é, pois, um momento de celebração. O discurso de celebração tem como finalidade recordar, enaltecer, congratular o povo e honrar as memórias passadas, visando, simultaneamente, fomentar a existência coletiva.

¹³ Decreto-Lei n.º 39-B/78 <https://dre.pt/> (acedido em 20-07-2019)

¹⁴ <http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=164759>

2. Análise retórico-discursiva

2.1. Estrutura dos discursos

“A grande arma de um Presidente é a palavra. A palavra clara, a palavra transparente, a palavra democrática”

(Manuel Alegre, Manifesto eleitoral)

Se compararmos os quatro discursos dos Presidentes antecessores de Marcelo Rebelo de Sousa, verificamos que estes obedecem a uma estrutura muito semelhante. Esta semelhança é também notória ao nível do conteúdo, tal como se pode verificar no quadro que a seguir se apresenta. Este quadro permite também verificar que, em termos de estrutura, os dois discursos do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa não divergem dos dos seus antecessores.

Após a saudação inaugural¹⁵, os discursos iniciam-se com a justificação da comemoração do dia. Segue-se uma evocação de Camões, associando-o à época dos descobrimentos, caracterizada como a nossa época mais gloriosa. Nos seis discursos, são ainda destacadas as características que distinguem os portugueses dos outros povos, salientando-se frequentemente a sua vocação marítima, a sua coragem e o seu espírito aventureiro. Os Presidentes da República procuram, assim, fazer referência aos valores inerentes ao passado comum ao auditório, exortando-o a prosseguir nessa conduta de luta que permitiu ultrapassar as vicissitudes.

¹⁵ Nos discursos de Mário Soares (1986), Jorge Sampaio (1996), acedidos em formato escrito, não consta a saudação inicial, pelo que não foi assinalada neste quadro.

Quadro 1 - Estrutura prototípica dos discursos de celebração.

Estrutura prototípica dos discursos de celebração						
	RE 1977	MS 1986	JS 1996	CS 2006	MRS 2106 (Lisboa)	MRS 2016 (Paris)
1. Saudação inicial – expressão apelativa conjuntiva.	X			X	X	
2. Indicação espacial	X	X	X	X	X	X
2.1. Justificação da escolha do local da celebração.	X	X	X	X	X	X
3. Corpo do discurso						
3.1 Exaltação do povo- diáspora	X	X	X	X	X	X
3.2. História de Portugal	X	X	X	X	X	X
3.3. Camões	X	X	X	X	X	X
3.4. Língua portuguesa		X	X	X		X
4. Retoma da indicação do espaço.			X		X	X
5. Exortação – futuro, confiança, promoção social.	X	X	X	X	X	X

Verificamos, através do quadro acima, que todos os discursos analisados se estruturam em torno dos mesmos *topoi* ou argumentos: o local da celebração, a exaltação do povo, a história nacional, Camões, a Língua Portuguesa e a unidade País/ povo. Verifica-se que a ordem pela qual estes *topoi* são apresentados nem sempre é a mesma, assim como também é diferente a relevância dada a cada um ou a forma como é abordado.

Procederemos à análise dos discursos referidos tendo por base seis categorias que configuram, como acima enunciámos, os *topoi* destes discursos de comemoração.

2.1.1. Local da celebração

Tal como referimos anteriormente, o dia 10 de junho é celebrado em cidades diferentes, normalmente locais escolhidos pela sua simbologia ou importância na História de Portugal. A referência, mais ou menos demorada, ao local da celebração está patente em todos os discursos. O lugar é, pois, um local de celebração, de homenagem e um lugar histórico, podendo assumir estas três dimensões nos diferentes discursos.

No discurso de **Ramalho Eanes** (10 de junho 1977), a primeira referência ao lugar aparece ao explicar a razão pela qual se celebra esta data na Guarda, sempre em sintonia com o sentido de homenagem:

Não é por acaso que as celebrações das comunidades portuguesas, que em todas as partes do mundo hoje se realizam, têm o seu ponto central nesta histórica cidade da Guarda. Os erros de conceção política, a falta de visão sobre os destinos do mundo moderno e a conseqüente insuficiência do ritmo de desenvolvimento no nosso país, lançaram nos caminhos da emigração, nas últimas décadas, mais de um milhão dos nossos compatriotas, (...)

Grande parte dos que se exilaram da sua própria terra saíram deste e doutros distritos do interior (...)

A escolha desta cidade para sede das comemorações nacionais é por isso uma homenagem a todos quantos persistem em manter raízes e investir esperanças na terra que os viu nascer.

Ramalho Eanes (Guarda, 10 de junho 1977)

Constata-se que nesta explicação coexistem as razões da escolha do local para a celebração, assim como já uma homenagem às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, oriundas de locais do interior, menos desenvolvidos.

Por sua vez, **Mário Soares** (10 de junho de 1986) privilegia também a componente histórica na breve referência que faz ao local escolhido para as celebrações, antepondo o adjetivo “histórica” e enaltece o lugar ao escolher os adjetivos valorativos “artístico e incomparável”:

Nesta histórica cidade de Évora, património artístico incomparável, que não nos pertence só a nós portugueses, mas à humanidade (...)

Mário Soares (Évora, 10 de junho de 1986)

Uma década depois, **Jorge Sampaio** (10 de junho de 1996) refere-se a Lagos como um local de ilustres memórias, ligado a um dos momentos áureos da história de Portugal, os descobrimentos portugueses:

Celebramos o 10 de Junho em Lagos, cidade de tão ilustres e antigas memórias ligadas à aventura dos descobrimentos portugueses, que estamos a comemorar até ao fim do século.

Jorge Sampaio, (Lagos, 10 de junho de 1996)

A referência ao local é retomada no final do discurso, utilizando o deíctico “aqui” e uma nova referência ao mar e aos descobrimentos portugueses. Note-se a utilização da expressão “ao mar que nos fez grandes” associada a “confiança no futuro”:

Neste dia de tão grande significado, aqui, em Lagos, junto ao mar que nos fez grandes, reafirmemos, com confiança no futuro, a nossa vontade de engrandecermos Portugal e de servirmos o povo português.

Jorge Sampaio (10 de junho de 1996)

Já **Cavaco Silva**, a 10 de junho de 2006, começa por justificar a escolha da cidade do Porto para as celebrações do 10 de junho do seu primeiro mandato, defendendo que é nesta cidade que se encontra o que melhor define a portugalidade:

Não é preciso explicar o motivo pelo qual foi escolhido o Porto como cidade anfitriã das primeiras comemorações do 10 de Junho do meu mandato presidencial. Daqui houve nome Portugal. E daqui sempre houve o que de melhor existe na portugalidade: uma vontade granítica de triunfar, uma frontalidade orgulhosa e leal, a indomável ambição de ser maior. Aqui, nesta cidade do Porto, na alma livre das suas gentes de trabalho e de palavra, residem os valores mais perenes do País que hoje celebramos.

Cavaco Silva (10 de junho de 2006)

De registar a utilização dos adjetivos valorativos para classificar a portugalidade que está associada a esta cidade: “granítica”, “orgulhosa e leal” e “indomável”. O locutor aproveita também para elogiar os habitantes desta cidade como gente que se mantém firme na sua palavra e nos seus valores. Cavaco Silva não volta a fazer qualquer referência ao local até ao final do discurso.

O discurso de **Marcelo Rebelo de Sousa**, proferido no Terreiro do Paço, a 10 de junho 2016, teve a particularidade de iniciar uma nova era nas comemorações do Dia de Portugal. Tal como já foi referido anteriormente, Marcelo lança um novo modelo em que as celebrações começam numa cidade portuguesa e se estendem para fora das fronteiras de Portugal, junto das comunidades portuguesas. Isso aparece referido no primeiro discurso do dia, ainda em Lisboa.

A primeira referência ao local é feita utilizando o deíctico “Aqui” para se referir à Praça do Comércio:

Aqui estamos, pois, com as nossas forças armadas, garantes da nossa independência e da nossa constituição democrática e social. (...)

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

O Presidente anuncia que as comemorações se seguirão num local diferente, conseguindo, no entanto, estabelecer uma ponte entre os dois locais de celebração: o povo. Seja em Paris seja em Lisboa, é o povo que é celebrado, é o povo que é condecorado.

Celebramos também o dia das comunidades. Hoje mesmo estaremos com os nossos compatriotas em França, para lhes darmos sinal da nossa gratidão pela pátria que todos os dias engrandecem (...)

(...) é esse povo que hoje, aqui e em França, queremos celebrar.

Aqui em Lisboa, seguro de estar a interpretar a vontade popular, condecoro militares cujos pundonor e percurso no passado ou no presente são exemplo para todos nós.

Mais tarde em Paris condecorarei, (...)

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

Constata-se também que, neste excerto, são feitas referências diretas ao local, quer através do nome: “Lisboa”, “Paris”, “França” quer através do deíctico “aqui”, mas também referências indiretas, através do vocábulo “pátria”, o que o identifica como um local de pertença, conferindo-lhe alma, tornando-o pessoal.

O discurso termina com mais uma referência ao espaço - “Este espaço, neste espaço, neste exato espaço.” - onde decorre a celebração, como um espaço de memória trágica (como é o caso do terramoto de 1755) e de exaltações, com especial relevo dado, mais uma vez, à época mais gloriosa da História de Portugal, os descobrimentos portugueses. Repare-se na expressividade do deíctico espacial “aqui”, repetido quatro vezes, para referenciar o início do nosso universalismo português, a perda da independência, a destruição provocada pelo terramoto e a reconstrução.

O local é ainda referido como “A praça que aqui existia e foi destruída” e a sua transformação “nesta nova praça”, classificada como uma das mais belas da Europa.

Este espaço onde nos encontramos concentra em si os factos mais significantes da história de Portugal desde antes do tempo das descobertas.

Podemos dizer que devemos aos acontecimentos ocorridos neste espaço o que somos hoje e o que fomos sendo desde o século XV. Aqui se misturaram gentes, culturas e produtos vindo por terra ou trazidos por naus e caravelas dos lugares mais longínquos que fomos descobrindo. O nosso cosmopolitismo, para não dizer o nosso universalismo, começou aqui. E foi aqui que a nossa independência foi perdida e foi recuperada por mais do uma vez a nossa independência foi perdida e foi recuperada e por isso a liberdade lhe está associada.

E neste exato espaço, a praça que aqui existia, os palácios que a contornavam, casario e ruelas, tudo desapareceu com o terramoto. Mas foi aqui também que demos prova de que somos capazes. Novamente a partir do nada, planeamos, reconstruímos, reerguemo-nos, Lisboa renasceu e a esta nova praça tornou-se uma das mais belas da Europa. Mostrámos ao mundo de então de que fibra somos feitos e do que somos capazes”.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

Verifica-se que a força e a importância da referência dada ao espaço decorrem também da construção anafórica presente no primeiro e terceiro parágrafos do excerto acima. O local é um lugar de memórias felizes e infelizes, estas últimas associadas a perdas das quais

conseguimos recuperar, como se comprova através da descrição, invulgar neste tipo de discurso, com que se inicia o terceiro parágrafo - “(...) a praça que aqui existia, os palácios que a contornavam, casario e ruelas, tudo desapareceu com o terramoto”. A enumeração destaca o que ali existia antes do terramoto para, posteriormente, através do pronome “tudo”, realçar a destruição que assolou o local que foi preciso reconstruir. Assim, o espaço é um lugar de gratidão, porque é o epicentro de tudo. A argumentação é construída com base nestas premissas: somos de “fibra”, “somos capazes”, num crescendo patriótico que vai da destruição para a construção, do nada para a glória: planeámos, reconstruímos, reerguemo-nos”.

Note-se ainda que esta intervenção termina com mais uma referência ao local como símbolo maior do nosso imaginário coletivo de onde se parte rumo ao futuro “Desta mesma praça”:

Hoje, em 10 de junho de 2016, desta mesma praça, que é símbolo maior do nosso imaginário coletivo, partimos, uma vez mais, rumo ao futuro. Somos portugueses, como sempre, triunfaremos.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

Já no discurso proferido em Paris, a referência ao lugar aparece logo no início do discurso, quando o Presidente Marcelo agradece a forma como foi recebido: “Em nome de Portugal, agradeço calorosamente por estar aqui.” Aproveita ainda esta referência para recordar a estreita ligação que existe entre Portugal e França, recordando os portugueses que vivem em Paris há muitos anos. Justifica, assim, a escolha da capital francesa para estas comemorações:

Ao escolher Paris para a celebração deste dia, uma opção que foi imediatamente acolhida pelas autoridades francesas, quisemos também enfatizar que a capital da França é, numa certa perspetiva, a capital de Portugal, tendo em conta a importância desta comunidade portuguesa que reside e trabalha em Paris e está totalmente integrada na sociedade que a acolheu.

Marcelo Rebelo de Sousa (Paris, 10 de junho de 2016)

O local, nos dois discursos de Marcelo Rebelo de Sousa, apresenta assim as três dimensões de que falámos atrás: um lugar histórico, um local de celebração e um local de exaltação.

2.1.2. Exaltação do povo

A exaltação do povo é comum a todos os discursos. No entanto, esta exaltação é feita de modo distinto pelos vários Presidentes, sendo de realçar que é frequente a exaltação dos

emigrantes, a diáspora, justificada pela celebração do dia das Comunidades Portuguesas. Eles são um exemplo de coragem e perseverança pois, mesmo longe, mantêm os laços e ajudam a construir o país.

No discurso de **Ramalho Eanes**, este argumento é dominante e surge em vários parágrafos, que nem sequer surgem sequencialmente, ou seja, o orador expõe e regressa a esse *topos* várias vezes. É interessante notar que neste discurso do General é usada a expressão “exilado”, termo que não é utilizado pelos restantes oradores: “Grande parte dos que se exilaram” e “verdadeiros exilados”. É, portanto, impossível dissociar este discurso do contexto histórico – Ramalho Eanes foi o primeiro Presidente da República eleito, por sufrágio universal, após o 25 de abril.

(...) celebramos em Camões os valores perenes da nossa identidade e da nossa vocação universal; nas comunidades portuguesas que pelo mundo labutam, consagramos o esforço, o sacrifício e a capacidade de criar o nosso povo.

Ramalho Eanes (Guarda, 10 de junho de 1977)

Ainda no discurso de Ramalho Eanes há uma nova referência aos emigrantes portugueses, que mesmo trabalhando noutros países, contribuem para o sucesso da sua pátria: “os portugueses que mourejam o seu dia noutros países e que patrioticamente têm posto as suas poupanças ao serviço da recuperação económica de Portugal”. De salientar a utilização da forma verbal “mourejam”¹⁶, em vez de “trabalhar sem descanso” que o presidente usa como cidadão de Alcains, uma terra rural do interior em que é comum o uso deste verbo. Desta forma, o Presidente não só enaltece a força e perseverança dos emigrantes portugueses, como também se identifica com os mais desfavorecidos das terras do interior do país.

O orador volta a elogiar este grupo ao afirmar: “portugueses que passaram a fronteira venceram em meses decénios de estagnação técnico-histórico”, exaltando não só os que saíram do país e privilegiando estes portugueses espalhados pelo mundo, mas também aproveitando para se referir ao atraso em que Portugal se encontrava antes da Revolução de 25 de abril. Note-se que a exaltação do povo, neste e nos outros discursos analisados, é indissociável da ideia de sofrimento, de labuta, de esforço e de tenacidade.

¹⁶ Trabalhar sem descanso; fazer pela vida. = MOIREJAR; "Mourejar", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/Mourejar> [consultado em 23-03-2019].

Mário Soares, a 10 de Junho de 1986, utiliza um verso d’*Os Lusíadas* de Camões para enaltecer os portugueses e o seu espírito universal, referindo-se particularmente às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo:

Ao homenagearmos Luís de Camões, honramos todos aqueles que por obras valorosas se foram da lei da morte libertando, em qualquer tempo, e são os traços do rosto em que nos reconhecemos Portugueses universais. Universais porque em todo o lado onde bate um coração português há o testemunho vivo do nosso modo de ser e de estar no Mundo. As comunidades portuguesas, que hoje solidariamente lembramos, longe da terra, estão irmanadas connosco no mesmo abraço que a todos une. Pátria pelo mundo repartida, neste dia de Portugal, de Camões e das comunidades.

Mário Soares (Évora, 10 de junho de 1986)

De notar o recurso à expressão “figée”:¹⁷ “Pátria pelo mundo repartida”. O orador recorre aqui à perífrase para referir aqueles que, provavelmente, poderiam passar mais despercebidos ao longo do discurso, mas que são também objeto de celebração neste dia.

Salienta-se que, ao longo do discurso, Mário Soares não volta a fazer qualquer referência ao povo português.

A 10 de junho de 1996, **Jorge Sampaio** volta a elogiar as Comunidades Portuguesas, logo no início do seu discurso, referindo-se “às comunidades portuguesas e de lusodescendentes dispersas pelos cinco continentes.” Enaltece o valor das comunidades, referindo que estão presentes no nosso afeto, mesmo que longe, e que prestigiam o nome de Portugal.

Por seu turno, em 2006, **Cavaco Silva** começa por se referir às comunidades portuguesas no âmbito do dia que se celebra. Mais à frente, no seu discurso, o Presidente da República refere-se às comunidades como um exemplo a seguir.

(...) Se olharmos à nossa volta, encontraremos bons exemplos de como uma forte cultura cívica é um recurso insubstituível que, só por si, pode determinar a diferença no sucesso e no desenvolvimento dos países. Olhemos, a este propósito, a Diáspora portuguesa. As comunidades da Diáspora construíram no estrangeiro o Portugal que aqui não encontraram. Os emigrantes portugueses são o exemplo vivo do inconformismo e da necessidade de adaptação que nos deve estimular em tempo de incertezas e encruzilhadas.

Cavaco Silva (Porto, 10 de junho de 2006)

¹⁷ Expressão “figée” – No nosso entender, tem aqui o sentido de frase feita, isto porque se trata de uma expressão que não pode ser modificada e cujo sentido é figurado.

Neste excerto do discurso está também subentendida uma crítica aos restantes portugueses que não têm o mesmo espírito lutador e que, de alguma forma, se conformam, enquanto os emigrantes portugueses são o “exemplo vivo do inconformismo”.

Em 2016, é natural a relevância dada às comunidades portuguesas, considerando que parte das comemorações se realizarão em Paris, junto da comunidade lusa aí residente. **Marcelo Rebelo de Sousa** faz a sua primeira referência a propósito da celebração, num tom bastante elogioso, referindo o orgulho de ser português.

Celebramos também o dia das comunidades. Hoje mesmo estaremos com os nossos compatriotas em França, para lhes darmos sinal da nossa **gratidão**¹⁸ pela pátria que todos os dias engrandecem. Em França e por todo o mundo, com o orgulho vivido de serem portugueses ou luso-descendentes.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

A segunda referência às comunidades portuguesas é feita a propósito das condecorações que irá fazer em Paris. De realçar o uso do vocábulo “Gratidão” (no excerto anterior) e das formas verbais “honram” e “orgulham” para caracterizar o que devem ser os nossos sentimentos em relação aos portugueses espalhados pelo mundo.

Mais tarde em Paris condecorarei, em nome de todos nós, alguns portugueses que durante os recentes atentados não hesitaram, por um instante, em dar abrigo e salvar quem fugia da destruição e da morte. Também eles são um exemplo de solidariedade e de humanismo, que devem ser realçados, mostrando assim que estamos atentos e gratos a todos esses portugueses que, ainda que longe, nos honram e nos orgulham, fazendo-nos vibrar por pertencermos à pátria que somos.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

No entanto, Marcelo Rebelo de Sousa vai mais longe na exaltação que faz ao povo português, começando por dizer que “Portugal é o seu Povo” e enaltecendo as suas características através da construção negativa e paralelística: “ele não vacila, não trai, não se conforma, não desiste”. O Presidente reafirma ainda que o povo teve um papel determinante na construção da identidade nacional, sendo sempre crucial em momentos de crise.

E Portugal é o seu povo, ele não vacila, não trai, não se conforma, não desiste. A sabedoria, hoje como há nove séculos, reside no povo, e Portugal avançou e cresceu sempre que as elites, interpretando a vontade popular, os seus desígnios, as suas aspirações o guiaram em comunhão plena. Assim, ao longos séculos, se foi construindo e consolidando a identidade nacional. E

¹⁸ Destaque nosso.

nos momentos de crise, quando a pátria é posta à prova, é sempre o povo quem assume o papel determinante.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

A palavra “povo” repete-se doze vezes ao longo do discurso, sete das quais constituem uma enumeração de momentos decisivos da História de Portugal em que o povo teve um papel preponderante (que analisaremos no ponto seguinte), “o povo, sempre o povo a lutar por Portugal”.

Após a enumeração de momentos gloriosos do passado, o Presidente refere-se ao papel do povo - “Esse mesmo povo” - na sociedade portuguesa, atribuindo-lhe responsabilidades “na educação, na cultura e na ciência e na reconfiguração de Portugal como país de economia europeia.” “É esse povo que hoje aqui e em França queremos celebrar”, antecipando a celebração que mais tarde iria acontecer em França.

Também eles são um exemplo de solidariedade e de humanismo, que devem ser realçados, mostrando assim que estamos atentos e gratos a todos esses portugueses que, ainda que longe, nos honram e nos orgulham, fazendo-nos vibrar por pertencermos à pátria que somos.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

No segundo discurso deste dia, na Câmara de Paris, é natural a relevância dada às comunidades portuguesas, assim como o enaltecimento das suas características mais marcantes. E, neste sentido, o Presidente começa por justificar a comemoração em Paris:

Hoje é a primeira vez, o Primeiro-Ministro salientou-o, que as cerimónias do Dia de Portugal, que é ao mesmo tempo de Camões, o grande poeta português, e das comunidades portuguesas – sois vós, sois vós -¹⁹ ocorrem fora do território português. Desta forma, quisemos destacar o notável papel das nossas comunidades na afirmação de Portugal em diferentes regiões do mundo.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

De salientar a coloquialidade quando se dirige diretamente aos portugueses presentes “sois vós, sois vós”, criando desta forma uma grande proximidade com a comunidade portuguesa presente.

¹⁹ O discurso foi transcrito do sítio da Presidência da República. (<http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=109046>) Após esta interpelação direta, no vídeo, ouvem-se aplausos dos presentes. De referir que "sois vós, sois vós" é a tradução do original francês "c'est vous, c'est vous". Optámos pela 2ª pessoa do plural por se tratar de um discurso mais formal.

“Portugal está presente em Paris através de seu povo”. Esta frase sintetiza toda a mensagem do Presidente da República relativamente aos portugueses em França, mas o Marcelo Rebelo de Sousa vai mais longe, especificando, seguidamente, o papel dos portugueses no momento dos atentados em França, mostrando como estes, até longe da sua pátria, mantêm a coragem e a persistência, numa atitude solidária com o povo irmão: “A resposta dos quatro portugueses foi marcante, porque uniu coragem com sentido humanitário. Ela não respondeu à violência com mais violência. Ela não seguiu o caminho do radicalismo ou da xenofobia.” Mais uma vez, utilizando a construção negativa, nota-se a exaltação das qualidades dos portugueses.

Todos os envolvidos nesta celebração são nomeados, começando pela indicação do nome dos homenageados que irão ser condecorados nesse dia, as vítimas dos atentados e enumeração dos “enfermeiros” e “jornalistas” luso-descendentes que estiveram “ao lado do povo francês” na noite trágica dos atentados.

Por fim, Marcelo Rebelo de Sousa, dirige-se aos portugueses, em português, num discurso marcado pela emotividade e aproximação ao povo, aos que foram obrigados a partir para longe e que o presidente considera “dos melhores de todos nós”, reiterando esta ideia no final do discurso “Vós sois dos melhores de todos nós” e por isso “o Presidente da República em nome de todas as portuguesas e de todos os portugueses, vos agradece o vosso exemplo”. Note-se que com esta afirmação (“dos melhores de todos nós”), ao utilizar a contração da preposição “de” com o artigo definido “os”, o presidente enaltece os presentes, mas não desvaloriza os ausentes, incluindo-se neste grupo “dos melhores” através da utilização dos deíticos “todos nós”.

Concluindo, no *corpus* analisado, a exaltação do povo é feita através de elogios, com verbos positivos e adjetivos valorativos, dando o exemplo das comunidades portuguesas e referindo a importância da memória e de honrar os antepassados. Há ainda gratidão expressa às comunidades, numa clara exaltação, dando-os como exemplo para originar a ação.

2.1.3.História Nacional

A História pode ser referida no geral ou pode ser particularizada, referindo momentos específicos e marcantes da história do país, sejam eles momentos de dor e sofrimento ou momentos gloriosos.

No primeiro discurso em análise, o de **Ramalho Eanes**, a 10 de junho de 1977, a História é tratada de uma forma muito especial, devido ao momento que se vive. Eanes faz referências à História recente do país, à descolonização, ao momento presente, com exilados políticos e desalojados. Sublinha a condenação do regime que governou até 1974, fazendo, portanto, a História muito recente da democracia. Dá conta do momento atual de 1977, mostrando-se muito prudente enquanto Chefe de Estado, referindo que “O balanço deste período havemos de fazê-lo quando o tempo propiciar a serenidade e o rigor que o crepitar das paixões não consente”, ou seja, tem a plena noção de que ainda se vivenciam fortes emoções e esta metáfora do “crepitar das chamas” encerra a cor vermelha das emoções e do sangue das pulsões.

O primeiro Presidente eleito após o 25 de abril refere-se a uma “herança, repositório do esforço e sacrifício” e “também dos erros e das gerações que nos legaram a pátria que somos”. Numa alusão ao passado recente da independência das colónias e da descolonização, Ramalho Eanes refere que “sobejam-nos razões para nos revermos nessa herança sem preconceitos e sem complexos”. É ainda especial a menção aos laços com os povos de África, em vários momentos: “deixámos nas mãos dos povos com quem convivemos instrumentos de progresso. Mantemos a capacidade e o interesse em ter com eles a relação fraterna que constituiu o traço mais marcante de estar no mundo.”

Neste momento, era preciso apaziguar as memórias dos conflitos em África, o que torna esta referência particularmente interessante e única nos discursos analisados. Ramalho Eanes está a fazer a história muito recente, socorrendo-se das nossas tradições, e das características do seu povo.

No final do discurso, numa clara exaltação aos portugueses para que recordem a sua “vocação histórica”, Eanes recorda que o futuro depende do “Projeto universalista que foi dos nossos antepassados e que há de continuar a ser nosso, no quadro de relações que em

quinhentos sonhámos estabelecer com o mundo”. Há aqui uma alusão à época áurea da História de Portugal, os Descobrimentos Portugueses, numa tentativa de mobilização para a construção de um novo futuro.

Por sua vez, **Mário Soares**, a 10 de junho de 1986, destaca o 25 de abril, como o acontecimento da História de Portugal, que permitiu “o reencontro com a tradição democrática”. Mais à frente há outra referência geral à História de Portugal, também numa alusão aos Descobrimentos portugueses e ao papel de Portugal no mundo: “temos uma cultura multiseular que levou a Europa ao vasto Mundo e que, nos últimos anos se vem afirmando”. Esta alusão pode ser entendida como ponto de partida para uma exaltação aos portugueses: é preciso continuar a lutar.

Mário Soares conclui o seu discurso com mais uma referência à história, “saibamos estar à altura da nossa história”, estando aqui subentendido que os portugueses têm a obrigação de honrar o seu passado.

Jorge Sampaio, a 10 de junho de 1996, em Lagos, faz várias alusões aos Descobrimentos portugueses, seja a propósito da obra *Os Lusíadas* de Camões, seja a propósito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (que iria ser constituída em julho desse mesmo ano) seja pelo papel de Portugal na Europa e no mundo: “Todos esses povos são nossos irmãos pela história”,

Talvez isso aconteça porque Camões viveu num tempo de crise que, como o nosso, estava submetido às pressões contraditórias de uma era que findava e de outra que nascia. Como hoje, tinha sido abalada a imagem que os homens possuíam da sua condição e do seu destino. O nascimento da ciência experimental moderna e a descoberta de «novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos; e o que mais é, novo céu e novas estrelas», como disse de forma tão bela Pedro Nunes, teve fundas repercussões no pensamento e na vida. Portugal esteve na origem do movimento de consciência e da atitude de progresso que é o melhor da cultura europeia.

Jorge Sampaio (Lagos, 10 de junho de 1996)

No excerto acima, verifica-se também o paralelismo entre a época de Camões e a época atual, um momento de crise, que foi ultrapassado no passado e se deseja que seja ultrapassado no presente: “A memória das glórias do passado nunca pode ser refúgio para as desilusões ou a insatisfação do presente.” Através da distanciação histórica, o Presidente procura levar os portugueses à ação, como se verifica mais adiante no seu discurso: “Os

Portugueses deram historicamente provas desses atributos, com desassombro e perspicácia para vencer dificuldades, curiosidade pelo novo e adaptabilidade ao diferente e ao mutável.”

Jorge Sampaio refere ainda que é a história que nos ensina e é dela, que devemos retirar lições. Sempre num discurso marcado pela positividade, refere-se a aspetos da História mais recente:

A experiência dos vinte e dois anos vividos em democracia dá-nos esta lição: quando alcançámos consensos, duradouros, que não foram postos em causa, conseguimos reforçar as instituições, aprofundar as reformas, prestigiar a política e consolidar o próprio regime democrático. Importa ter presente essa lição.

Jorge Sampaio (Lagos, 10 de junho de 1996)

Uma década depois, **Cavaco Silva**, a 10 de junho de 2006, no Porto, faz apenas alusões à História de Portugal, sem referir nenhum acontecimento em concreto. Mais uma vez, o passado aparece como motivação para o futuro, um passado glorioso que temos a obrigação de honrar.

Temos de assinalar o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas com uma perspetiva do passado e uma visão para o futuro. Recebemos a herança de um passado ilustre. Mas temos de estar conscientes de que a melhor forma de evocar a História é enfrentando os desafios que o País tem hoje pela frente.

Cavaco Silva (Porto, 10 de junho de 2006)

Mais à frente, há também uma menção aos Descobrimentos portugueses, feita de uma forma distinta dos outros discursos que analisámos. Desta vez, a referência à época gloriosa da História de Portugal, serve de paralelismo com a União Europeia e com os dividendos que colhemos de um lado e de outro: “Acreditámos que as riquezas da Índia, do Brasil ou da África ou que os fundos da União Europeia seriam suficientes para trazer o progresso por que ansiávamos.” Está aqui implícita uma crítica à atitude de passividade dos portugueses.

Dez anos após este discurso, o primeiro discurso de **Marcelo Rebelo de Sousa** é marcado por várias referências a momentos gloriosos da História nacional: “Nos momentos de crise, quando a pátria é posta à prova, é sempre o povo, quem assume o papel determinante”. O discurso prossegue com o resumo histórico, enumerando factos marcantes da História de Portugal em que o povo foi o agente de mudança:

Foi o povo, o povo armado, os soldados de Portugal, e o povo não armado, quem nos deu a possibilidade de aqui estarmos hoje a celebrar Portugal. Foi o seu sangue que mais correu desde a conquista do território, com Afonso Henriques, e ao longo de toda a sua História.

Foi o povo, a arraia-miúda, quem valeu ao Mestre de Avis.

Foi o povo quem não se vergou durante 60 anos até chegar o primeiro de dezembro de 1640.

Foi o povo, soldados e não soldados, quem também fez frente às invasões do princípio século XIX.

Foi o povo quem, na instauração da República, sonhou, lutou e persistiu na busca de um país melhor. Foram os soldados de Portugal que resgataram com o povo, para nós a honra e deram sentido à palavra Liberdade.

Foi o povo quem, nos momentos de crise, soube compreender os sacrifícios e privações em favor de um futuro mais digno e mais justo. O povo, sempre o povo, a lutar por Portugal.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

Repare-se como são enumerados, por ordem cronológica, desde a conquista do território por D. Afonso Henriques, a Batalha de Aljubarrota, a Restauração da Independência, as Invasões Francesas, a Instauração da República e a Revolução de 25 de abril. Associadas a estes acontecimentos são nomeadas figuras grandiosas da História de Portugal que funcionam como *leaders*, como guias, aqueles que guiaram o povo para o sucesso: D. Afonso Henriques, o Mestre de Avis e os “soldados de Portugal”.

Note-se, na segunda referência, a caracterização do povo como “arraia-miúda”, termo utilizado por Fernão Lopes precisamente na crónica de D. João I, para se referir à personagem coletiva, que constitui o escudo defensor do Mestre de Avis.

Relacionadas com o espaço onde é proferido o discurso, aparecem mais referências à História de Portugal: “este espaço onde nos encontramos concentra em si os factos mais significantes da História de Portugal desde o tempo das descobertas”. Mais uma vez, a referência aos Descobrimentos portugueses, sempre presente nos discursos dos seus antecessores, a que acrescenta a referência à perda da Independência e à Restauração, assim como ao terramoto de 1755.

Podemos dizer que devemos aos acontecimentos ocorridos neste espaço o que somos hoje e o que fomos sendo desde o século XV. Aqui se misturaram gentes, culturas e produtos vindos por terra ou trazidos por naus e caravelas dos lugares mais longínquos que fomos descobrindo. O nosso cosmopolitismo, para não dizer o nosso universalismo, começou aqui. E foi aqui que a nossa independência foi perdida e foi recuperada por mais do uma vez a nossa independência foi perdida e foi recuperada e por isso a liberdade lhe está associada.

E neste exato espaço, a praça que aqui existia, os palácios que a contornavam, casario e ruelas, tudo desapareceu com o terramoto. Mas foi aqui também que demos prova de que somos capazes. Novamente a partir do nada, planeamos, reconstruímos, reerguemo-nos, Lisboa renasceu e a esta nova praça tornou-se uma das mais belas da Europa.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

Mais tarde, em Paris, as referências à História acabam por estar naturalmente ligadas à relação entre Portugal e França, evidentemente marcada pela emigração “no começo daqueles anos 60, durante os anos 60 e dos anos 70”.

Destaca-se ainda a menção a um acontecimento da História recente do país que o acolhe, os atentados terroristas de 13 de novembro do ano anterior, justificando assim a condecoração de quatro portugueses pela sua solidariedade com o povo francês no auxílio às vítimas do atentado.

Concluindo, as referências a momentos gloriosos da História de Portugal perpassam todos os discursos, sendo comum a referência ou simples alusão ao momento mais glorioso da História de Portugal, a época dos Descobrimentos portugueses. Saliente-se, no entanto, que nos discursos de Ramalho Eanes e Jorge Sampaio as referências são sempre elogiosas e motivadoras, em Mário Soares são referências mais vagas, enquanto Cavaco Silva a refere apenas para salientar que nos tentámos aproveitar dessa época para colher dividendos. Marcelo Rebelo de Sousa não se serve apenas dos Descobrimentos, mas também de outros factos concretos, associados a pessoas concretas, para mostrar como os portugueses são corajosos e capazes de ultrapassar todas as dificuldades.

De acordo com Charaudeau, (2005) a referência a factos ocorridos, a factos do passado que têm um papel de referência, ou ainda com grandes homens da história, servem para dar ao discurso político uma certa racionalidade, ainda que o seu efeito seja de afeto.

2.1.4. Camões

No dia 10 de junho, celebra-se o dia de Camões, sendo, portanto, natural que aquele que é por muitos considerado o nosso maior Poeta seja referido em todos os discursos presidenciais desta celebração. Embora tratado de forma diferente, Camões é sempre elevado a um lugar único, cimeiro.

No discurso de **Ramalho Eanes**, dá-se primazia à referência a Camões dizendo que “A sua vida e a sua obra são a síntese admirável das vicissitudes, da grandeza, do génio com que nos afirmámos como nação”. Camões é também aqui referido como “o exemplo da aventura e do desprendimento com que nos lançámos na tarefa de abrir, aos povos da terra, os

caminhos do seu mútuo conhecimento.” O autor d’*Os Lusíadas* é, portanto, um exemplo do que é ser português, tal como é referido pelo General mais adiante: “Celebramos em Camões os valores perenes da nossa identidade e da nossa vocação universal”.

Em 1986, **Mário Soares** cita duas vezes Camões, a primeira a propósito da celebração (“celebramos Portugal na evocação de Camões”) e, seguidamente, para citar parte de um verso d’*Os Lusíadas*, justificando assim que celebrar Camões é celebrar todos os portugueses que conseguiram grandes feitos: “Ao homenagearmos Luís de Camões, honramos todos aqueles que *por obras valorosas se foram da lei da morte libertando*,²⁰ em qualquer tempo, e são os traços do rosto em que nos reconhecemos Portugueses universais.”.

Em 1996, **Jorge Sampaio** inicia o seu discurso referindo que “festejamos o dia de Portugal sob a evocação de Camões”. Mais adiante, e a propósito da atribuição do prémio Camões a Eduardo Lourenço, volta a referir o poeta como símbolo da pátria e *Os Lusíadas* como a “referência maior da nossa biografia coletiva”, obra que é hoje possível ler com uma “atualidade renovada”.

Pátria que fez da viagem, da procura, da descoberta, do encontro de culturas e de civilizações a substância da sua identidade, Camões simboliza-a e simboliza-nos. O seu Poema constitui a referência maior da nossa biografia coletiva. Em cada época, tem sido possível lê-lo com atualidade renovada. No nosso tempo, essa leitura surpreende-nos, mais do que nunca, pela força intacta e pela validade da sua mensagem.

Talvez isso aconteça porque Camões viveu num tempo de crise que, como o nosso, estava submetido às pressões contraditórias de uma era que findava e de outra que nascia.

Jorge Sampaio (Lagos, 10 de junho de 1996)

O Presidente continua no mesmo *topos* aludindo a dois versos do poema “Mudam-se os tempos mudam-se as vontades”, referindo logo, a seguir, as lições que poderemos retirar d’*Os Lusíadas*, que não é apenas “uma epopeia glorificadora”, mas também “um manual de sinais e de advertências para os perigos e consequências dos erros humanos”, que nos permitem lembrar os “grandes exemplos do passado e neles colher o ânimo para olharmos o futuro”. Com Camões, segundo o Presidente, devemos aprender “a lúcida coragem de pensar o novo e o diferente”. É a aprendizagem a partir dos erros.

²⁰ Nos versos originais “E aqueles que por obras valorosas, / se vão da lei da morte libertando; Camões, *Os Lusíadas*, Canto I, estância 2, (vv. 5 e 6)

Ao longo do discurso são citados versos, de forma explícita, parafraseada ou simplesmente aludida. A obra *Os Lusíadas* é referida várias vezes, assim como a sua simbologia patriótica. *Os Lusíadas* é, assim, uma metonímia de Portugal, pois representa a essência do que é ser português e explica a sua génese.

Em 2006, **Cavaco Silva**, no início do seu discurso, refere Camões como o “poeta maior” e, mais adiante, refere a sua obra como tradução de um “misto de orgulho pelo passado e de preocupação pelo amanhã que deve presidir às opções que temos continuamente de fazer.” Mais uma vez o Poeta e a sua obra são o ponto de partida para a exaltação, para combater a “falta de ambição!”.

A 10 de junho de 2016, **Marcelo Rebelo de Sousa** refere-se a Camões como o “poeta máximo das nossas epopeias passadas, exemplo maior de português de sempre e para sempre”. Repare-se na repetição do advérbio “sempre”, primeiro associado à preposição “de”, sugerindo que Camões está entre os melhores portugueses de todos os tempos, depois associado à preposição “para”, sugerindo a intemporalidade da sua grandeza e do seu exemplo que persistirá no futuro.

Nos discursos analisados, Camões é visto como um exemplo de coragem, empenho e determinação. Funciona assim como um modelo que deve ser seguido pelos portugueses, sendo um ponto de partida para momentos de exaltação em que o orador fornece orientações para o futuro.

2.1.5. Língua Portuguesa

A língua portuguesa é um dos *topoi* comuns ao *corpus* analisado, embora algumas vezes não seja referida de forma explícita.

No discurso de **Ramalho Eanes**, proferido a 10 de junho de 1977, não há qualquer referência explícita à língua portuguesa.

Mário Soares, a 10 de junho de 1986, faz duas alusões à língua portuguesa, a primeira das quais associada a Camões: “Celebramos Portugal na evocação de Camões. Este singular destino que une uma pátria ao seu maior poeta faz-nos pensar na cultura que nos identifica e na língua que nos exprime”. Mais adiante refere-se a “uma comunidade linguística que

conta com cerca de 150 milhões de seres humanos” e refere a previsão de que essa comunidade “se eleve acima dos 200 milhões”, o que trará ao país benefícios e responsabilidades. De notar, neste excerto, a imprecisão, não só no número de falantes, mas também nos benefícios e nas responsabilidades que o aumento dos falantes de língua portuguesa trará ao país e que não são explícitos no discurso.

Inversamente, a língua tem grande relevância no discurso de **Jorge Sampaio**, (10 de junho de 1996) até porque, nesse mesmo ano, se fundará a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)²¹. Assim, o orador refere-se “a todos os povos que falam a língua que nos é comum e que a enriquecem com as suas experiências plurais”, enumerando todos os países que farão parte da CPLP e dando especial destaque a Timor Leste “que tem resistido heroicamente à opressão e à violência”. Referindo-se aos países “nossos irmãos pela língua”, salienta o convívio secular, o afeto e o entendimento e reforça que a língua é “o mais perene traço de união”. De salientar que Jorge Sampaio utiliza a expressão anteriormente usada por Mário Soares - “200 milhões de seres humanos” - para se referir ao número de falantes de língua portuguesa.

A língua é também a justificação para a atribuição do prémio Camões a Eduardo Lourenço, pois é a “língua em que o grande ensaísta tem dado voz às mais fundas questões postas pelos homens neste século” e é “nesta língua que Eduardo Lourenço vem sondando, sem descanso, a nossa história, a nossa cultura, a nossa mitologia, com uma inteligência criadora excepcional”.

²¹ “A 17 de Julho de 1996, em Lisboa, realizou-se a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que marcou a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entidade reunindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Seis anos mais tarde, em 20 de Maio de 2002, com a conquista de sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade. Depois de um minucioso processo de adesão, em 2014, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro de pleno direito.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. (...) A Organização tem como objetivos gerais: A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.”

In <https://www.cplp.org/id-2752.aspx> (acedido a 30/06/2019).

Uma década volvida, a 10 de junho de 2006, **Cavaco Silva** refere-se à língua portuguesa como “inestimável património” partilhada por “outros sete estados que a têm por língua oficial”. Note-se, que ao contrário do seu antecessor, não há a nomeação individual dos países de expressão portuguesa, sendo apenas referida a utilização da língua na prática política, jurídica e administrativa, na comunicação técnica e científica, na criação literária e artística”. O discurso é então centrado na utilização que é feita da língua e não nos seus utilizadores.

Por sua vez, em 2016, no discurso proferido em Lisboa, **Marcelo Rebelo de Sousa** não faz qualquer referência à língua portuguesa. Curiosamente, no discurso de Paris, proferido em língua francesa, Marcelo Rebelo de Sousa pede permissão ao Presidente Francês para se dirigir aos portugueses na sua língua materna, pedido este marcado mais uma vez pela simplicidade e coloquialidade, numa clara tentativa de aproximação com o auditório: “Seria engraçado que neste dia de Portugal, não vos dissesse nem uma palavra, queridos compatriotas”. Este enunciado espelha nitidamente a postura do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, transparecendo a bonomia, a ingenuidade e a simplicidade das palavras que lhe são ditadas pelo coração e não impostas pelos escreventes contratados pelo Presidente.

Concluimos que o *topos* “língua” está presente de forma explícita em três dos discursos analisados, sendo no entanto dominante no discurso de Jorge Sampaio, proferido em 1996. Tal explica-se pelo facto do referido discurso anteceder a criação da CPLP e pela atribuição do prémio Camões a Eduardo Lourenço.

2.1.6. Unidade do País e do Povo

Ao longo dos discursos analisados, verifica-se que os oradores têm a preocupação de ir construindo a unidade do país e do povo. Confirma-se assim, em todos os discursos, a preocupação com a construção de uma voz coletiva, através da utilização reiterada da primeira pessoa do plural, o “nós” inclusivo, presente não só nas formas verbais, como também nos pronomes ou determinantes possessivos. Esta voz coletiva é ainda construída através da utilização de “temos de” e “precisamos de” num ato claramente exortativo, de que falaremos mais adiante.

Os discursos analisados fornecem orientações gerais e deliberações para o futuro. Os desafios e estas orientações dependem do contexto político e social em que o discurso é proferido. Assim, em 1977, os desafios apresentados por **Ramalho Eanes** prendem-se com a reconstrução de Portugal e com a instabilidade política, económica e social que se vivia na jovem democracia.

Temos de nos convencer definitivamente que é nos portugueses que assenta a recuperação do país (...)

Para atingir estes objetivos será necessário trabalhar sem hesitações, realizar novos projetos sem esperar proteções artificiais, investir com decisão nas novas oportunidades abertas e desenvolver as nossas especializações naturais.

Esta é uma verdade de que temos andado esquecidos: precisamos de produzir mais!

Precisamos de produzir melhor!

O desafio que enfrentamos não se vencerá sem calejar as mãos dos que trabalham. É um erro supor que as nações se constroem com grandes discursos políticos.

Ramalho Eanes (Guarda, 10 de junho de 1977)

Nos excertos apresentados acima, o orador recorre a máximas e palavras de ordem que conjuga com a modalidade deôntica com valor de obrigação, expressa com o verbo auxiliar ter - “temos de” - e com a expressão “é necessário”, para fazer referência ao que é essencial realizar, para melhorar a situação do país. Simultaneamente, está aqui também presente um sentimento de pertença, ao utilizar-se a primeira pessoa do plural, visível nos deícticos pessoais “nos”, “nossas”, o que torna mais eficaz o apelo ao auditório e permite uma fácil comunhão com o mesmo. A construção anafórica “precisamos de produzir mais. Precisamos de produzir melhor” reitera a ideia de inclusão e de comunhão com o auditório.

No entanto, se atentarmos nas últimas frases transcritas verificamos que o Presidente parece distanciar-se do auditório, referindo que o sucesso se constrói com trabalho e não com discursos políticos. Repare-se na utilização do verbo “calejar” associado ao trabalho manual, ao trabalho do campo. A construção frásica “é um erro” tem uma carga negativa, assemelhando-se a um chavão, que contribui para criar cumplicidade com o auditório. O sucesso depende, portanto, do empenho de todos, tal como é referido no excerto seguinte:

Acréscimo de esforço que terá de refletir-se no aumento da produção e no empenhamento conjugado de todos os trabalhadores sejam dirigentes, quadros ou operários.

Ramalho Eanes (Guarda, 10 de junho de 1977)

Ao longo do discurso, nota-se que o orador opta muitas vezes pelas construções negativas, quer através de frases, quer através do vocabulário: “Insuficiência”; “inconsciente”, “irremediavelmente”, “incapacidade”, “inexperiência”, “intolerância”, “indispensáveis”. Considerando o contexto histórico, estas formulações negativas procuram, acima de tudo, relembrar ao auditório que a situação económica e social do país não é a ideal, reforçando assim o pedido de mais empenho, esforço e dedicação dos portugueses.

O discurso termina com um apelo à unidade e à união, reforçado pela utilização repetida do determinante “todos”.

Não nos faltam razões para nos sentirmos solidários na tarefa de reconstruir Portugal.
Porque o futuro é de todos, Portugal precisa do esforço de todos os portugueses.

Ramalho Eanes (Guarda, 10 de junho de 1977)

Num contexto socio-histórico distinto, em 1986, **Mário Soares** apresenta desafios relacionados com a adesão à União Europeia²². O discurso foi marcado por uma tentativa de distanciamento do passado, fazendo apelos para a vontade de mudança no futuro, tal como é visível no primeiro parágrafo.

Celebrar o Dia de Portugal não deve ser uma exibição retórica de glórias passadas, nem um ato repetitivo de rituais sem alma. Tem de constituir muito mais do que isso: a afirmação consciente do orgulho de ser português e da perenidade da Pátria — do seu passado e da sua história, do seu futuro e da sua esperança. Não perdendo de vista que nos cabe a todos nós, Portugueses desta hora, ser a memória desse passado e a vontade desse futuro.

Mário Soares (Évora, 10 de junho de 1986)

Nota-se ainda uma ausência de força persuasiva, ao utilizar os verbos auxiliares “ter” e “dever” na terceira pessoa do singular, primeiro numa construção negativa – “não deve ser”, e depois numa construção afirmativa “tem de constituir”. No entanto, o Presidente tenta incluir-se no auditório, utilizando o presente do indicativo e os deícticos de primeira pessoa

²² O Tratado de adesão de Portugal à CEE foi assinado em 12 de junho 1985 e o país integrou oficialmente a comunidade em 1 de janeiro de 1986. O processo foi longo e difícil, tendo sido iniciado em março de 1977: Os processos negociais que se arrastaram-se por oito anos e por oito governos. Sobre a mesa das negociações, ntre outras temas, estiveram questões relacionadas com o comércio, a agricultura, as pescas e mesmo a emigração. In <http://ensina.rtp.pt/artigo/processo-entrada-de-portugal-na-cee/>

do plural “nos”, “nós”. Saliente-se ainda o uso singular da expressão “portugueses desta hora” numa clara exortação a todos os Portugueses que o escutam.

Este discurso de Mário Soares segue uma estrutura “passado, presente, passado e continuidade”, onde se destaca claramente a força do presente. Num primeiro parágrafo, ligado ao passado, marcado pela utilização dos verbos no pretérito perfeito, o orador dá destaque ao momento histórico do 25 de abril: “Deu-nos ainda a possibilidade de retomarmos orgulhosamente a nossa dupla condição, portuguesa e europeia. Reconciliou-nos com a nossa própria história, com o que de melhor fomos e somos.”

Segue-se um parágrafo onde o Presidente utiliza a modalidade epistémica, com valor de certeza, e atos assertivos, embora a intenção seja exprimir uma norma. Fá-lo assim de forma indireta:

Está agora nas nossas mãos fazer de Portugal um país moderno e justo, onde dê gosto viver, trabalhar, criar, onde todos caibam sem discriminações e aceitando com naturalidade o que nos diferencia e singulariza, na unidade nacional. A responsabilidade pertence a todos, sem exceção.

Mário Soares, (Évora, 10 de junho de 1986)

Note-se a intenção de apelar à unidade nacional, através da enumeração de verbos e nomes com uma conotação positiva. Esta unidade nacional é reforçada pela utilização do pronome “todos”, reforçado pela expressão “sem exceção”.

O parágrafo seguinte é marcado pela inexatidão, pois o Presidente não explicita os detalhes que apresenta. No entanto, está aqui em evidência a continuidade do passado glorioso para o presente e para o futuro. Subjaz uma crítica, pois nós portugueses não nos damos o devido valor, contrariamente aos outros, aos “responsáveis estrangeiros”, que nos admiram nas diferentes áreas.

Temos uma cultura multissecular que levou a Europa ao vasto Mundo e que, nos últimos anos, se vem afirmando, em todos os domínios, com uma pujança e uma vitalidade de que nem sempre nos damos conta, mas que responsáveis estrangeiros sublinham com interesse e admiração. Na literatura, nas artes plásticas, no cinema, nas ciências, nas modernas tecnologias, no desporto.

Mário Soares (Évora, 10 de junho de 1986)

Mais à frente, o Presidente recorre a uma metáfora para reafirmar a necessidade de romper com o passado. O verbo utilizado, “sacudir”, sendo claramente um verbo de ação, mostra

que esta atitude depende de uma ação dos portugueses e da sua postura em relação ao futuro. Este parágrafo é ainda marcado pela modalidade deôntica com valor de obrigação, contruída com o recurso a verbos modais (“temos o dever de...”, “do que nos cumpre fazer”), e a atos ilocutórios diretivos. Note-se, mais uma vez, a utilização do “nós” inclusivo, numa clara tentativa de criar a unidade com o auditório.

(...) e nesta hora de esperança, é chegado o momento de **sacudir**²³ o desânimo e a descrença, de afastar definitivamente o pessimismo nacional, que há tantas décadas nos acompanha. Portugueses de hoje, temos o dever de encarar o futuro com confiança e determinação, conscientes do que nos cumpre fazer, das imensas potencialidades de Portugal.

Mário Soares (Évora, 10 de junho de 1986)

Esta tentativa de exaltação e de criar a unidade continua no último parágrafo, com a utilização do “nós” inclusivo nas formas verbais e nos determinantes. O Presidente dirige-se especialmente aos jovens e é notória a predominância de atos ilocutórios diretivos, marcados pela utilização de verbos no imperativo:

Demos a palavra às novas gerações e incitemo-las a entregar à Pátria, livremente, a criatividade da sua juventude. Saibamos estar à altura do melhor da nossa história e da nossa cultura. Em solidariedade, ergamos o nome de Portugal no Mundo, com feitos e obras valorosas, ao serviço do homem, da nossa terra e da paz.

Mário Soares (Évora, 10 de junho de 1986)

Nota-se uma certa circularidade no discurso, que fecha com a alusão ao verso de Camões referido no início “com feitos e obras valorosas”.

Em 1996, o principal desafio apresentado por **Jorge Sampaio** prende-se com a criação da CPLP, tal como já referimos anteriormente. Jorge Sampaio é ainda o único presidente que

²³ Destaque nosso.

faz referência aos conflitos de Timor Leste²⁴, apesar destes conflitos²⁵ serem conhecidos há vários anos, referindo que Portugal tem a responsabilidade de defender este povo.

Mais uma vez a unidade país/povo é conseguida através da utilização da primeira pessoa do plural, embora a terceira pessoa do singular também seja frequente.

Ao longo do discurso, o Presidente utiliza várias vezes a modalidade deôntica, ditando normas para o sucesso, ainda que de forma indireta. Predominam, portanto, os atos assertivos e não os diretivos. Desta forma, o orador pretende criar no auditório uma predisposição para a ação.

A nossa época — que é a época da globalização, do espaço, da comunicação, da Internet — exige uma atitude que os Portugueses estão em boas condições de compreender. Exige sentido do universal, consciência da unidade do Mundo e de que tudo está ligado a tudo, capacidade de pressentir o que vai aparecer, coragem de correr riscos.

Os Portugueses deram historicamente provas desses atributos, com desassombro e perspicácia para vencer dificuldades, curiosidade pelo novo e adaptabilidade ao diferente e ao mutável.

Jorge Sampaio (Lagos, 10 de junho de 1996)

O Presidente começa por enumerar as exigências da atualidade, salientado posteriormente que os portugueses já deram provas de ser capazes de cumprir essas exigências. Repare-se

²⁴ O conflito armado em Timor-Leste teve início em 1975, em consequência da invasão da Indonésia, apesar de, desde 1945, o governo indonésio, em obediência ao Direito Internacional, afirmar à ONU e a outras instituições não ter qualquer reivindicação territorial sobre Timor Oriental.

Em 1960 Timor-Leste foi considerado, pelas Nações Unidas, como um território não autónomo sob administração portuguesa e mais tarde foi reconhecido o direito deste território à autodeterminação.

Após a Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal, as colónias portuguesas ficaram independentes, e o mesmo se pensaria acontecer com Timor Oriental.

Em 1975, o desentendimento entre os diferentes partidos políticos recentemente criados agravou-se e começou a guerra civil. A administração portuguesa abandonou Timor e, em 28 de novembro de 1975 e a FRETILIN declarou a independência da República Democrática de Timor-Leste. Dez dias depois a Indonésia invadiu o território. Depois da ocupação do território, organizou-se a resistência maubere, que se instalou nas montanhas de Timor, liderada por Xanana Gusmão.

O mundo tomou conhecimento do que se passava em Timor Leste com a divulgação das imagens do Massacre de Santa Cruz, a 12 de novembro de 1991. Durante uma manifestação a favor da independência de Timor-Leste as forças de segurança indonésia abriram fogo contra civis desarmados, causando a morte de cerca de 250 timorenses. Em novembro do ano seguinte, Xanana Gusmão foi capturado e enviado para uma prisão de alta segurança, na Indonésia. Também o governo português procurou chamar a atenção da Comunidade Internacional para a violação dos Direitos do Homem que se estava a verificar em Timor-Leste.

Em 1998 o poder indonésio admitiu a realização de um referendo em Timor-Leste, a 30 de agosto de 1999, para que o povo pudesse optar entre a integração ou a autonomia.

Luta pela independência de Timor-Leste in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [consult. 2019-06-30 19:08:29]. Disponível na

Internet: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$luta-pela-independencia-de-timor-leste](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$luta-pela-independencia-de-timor-leste).

²⁵ Jorge Sampaio ficará conhecido como um defensor da causa de Timor Leste, responsável pela tomada de consciência dos portugueses dos problemas vividos pelos Timorenses.

na utilização repetida do verbo “exigir”, que transformam a atitude dos portugueses num imperativo nacional.

Repare-se ainda na última frase do excerto transcrito acima, na utilização de nomes com uma carga semântica positiva para caracterizar os portugueses: “perspicácia”, aqui associada ao verbo “vencer”, “curiosidade”, associada ao adjetivo “novo”, e “adaptabilidade” associada aos adjetivos “diferentes” e “mutável”. Esta caracterização é muito virada para a ação futura e não para as glórias passadas.

A memória das glórias do passado nunca pode ser refúgio para as decepções ou a insatisfação do presente. Os povos que assim procedem perdem energia e alma, ficam prisioneiros de si mesmo. Nós queremos, justamente, lembrar os grandes exemplos do passado, de modo a neles colher ânimo para olharmos o futuro. No caso de Camões, retemos a lúcida coragem de pensar o novo e o diferente. É dela que precisamos para enfrentarmos as novas faces de um tempo, cujas características maiores são a complexidade e a imprevisibilidade

Jorge Sampaio (Lagos, 10 de junho de 1996)

Atente-se, no excerto apresentado acima, que o orador recorre a exemplos históricos, neste caso Camões e a sua época, não só para celebrar, mas como exemplos de atuação, dos quais se pode colher ensinamentos, uma vez que, na sua opinião, existe uma semelhança entre a referida época e a atualidade.

Porque sabemos que esses são poderosos trunfos que possuímos e que temos de saber valorizar, devemos também evitar, combatendo-os, aqueles motivos que nos provocaram, no passado, períodos de decadência. Temos de ser sempre mais exigentes na prática quotidiana da democracia, aperfeiçoando as instituições e as relações de tolerância entre os cidadãos que devem participar e fazer ouvir a sua voz. Devemos ser mais exigentes connosco próprios, com o que somos e o que fazemos, com o contributo que damos à comunidade. A nossa história ensina-nos que, nos períodos de progresso, fomos sempre capazes de integrar, sem conflitos, o trabalho e o valor individuais no esforço e na ação coletiva, valorizando-os mutuamente. Temos de ser mais perseverantes no alcançar dos objetivos, mais combativos nos desafios a vencer, mais organizados e firmes na execução dos projetos, mais ambiciosos nos desejos e aspirações. Devemos cultivar o que sabemos ter de bom e corrigir o que não nos satisfaz, devemos afirmar os valores da nossa identidade secular e não ter medo de assumir um novo patriotismo, atento à lição da história, dinâmico e mobilizador, com raízes no passado e voltado para o futuro.

Jorge Sampaio (Lagos, 10 de junho de 1996)

No excerto acima, são visíveis dois tipos de construção que predominam nestes discursos: em primeiro lugar, obrigação de ser e fazer sempre mais - “Temos de ser mais perseverantes no alcançar dos objetivos, mais combativos nos desafios a vencer, mais organizados e firmes na execução dos projetos, mais ambiciosos nos desejos e aspirações.” - e, em segundo lugar, a consciência do poder individual e do poder coletivo - “Devemos cultivar o que sabemos

ter de bom e corrigir o que não nos satisfaz, devemos afirmar os valores da nossa identidade secular e não ter medo de assumir um novo patriotismo”.

Nota-se, neste excerto, a predominância de atos diretivos, através dos quais o Presidente explicita não só o que devemos fazer, mas também o que devemos ser para conseguir alcançar os objetivos e recuperar a glória dos nossos antepassados. Atente-se na predominância de verbos modais “Ter de” e “dever”, aqui como verbos auxiliares da modalização com valor epistémico. Além da utilização do “nós” inclusivo (“ensina-nos”, “fomos”, “temos de”, “devemos”), a unidade é conseguida através da expressão “ação coletiva”.

Assinala-se também que, ao contrário do que acontece com os períodos de esplendor, Jorge Sampaio opta por não referir nem os momentos de decadência, também comuns ao auditório, nem o que levou a que Portugal passasse por esses momentos.

Verificamos, nos excertos anteriores, que predominam os verbos no presente, no pretérito perfeito e no imperativo, no entanto é também utilizado o condicional, numa clara expressão de cortesia “Gostaria que...”, marcada pela força ilocutória que antecipa o ato diretivo:

Gostaria que os Portugueses não encarassem a celebração deste dia como um ritual vazio que se repete ou uma formalidade oficial que se cumpre. Gostaria que todos e cada um de nós fizéssemos uma pausa para pensar nos deveres que temos para com Portugal, qualquer que seja o nosso lugar na sociedade, pois somos todos portugueses. Gostaria que este dia de Portugal fosse sentido pelos Portugueses como o seu dia e o dia de todos. Desejo que estas celebrações contribuam para estreitar os laços que nos unem e nos tornam uma comunidade em movimento, coesa e forte.

Jorge Sampaio (Lagos, 10 de junho de 1996)

Com o objetivo de reforçar, mas simultaneamente suavizar o ato diretivo, o Presidente recorre à antítese e faz um apelo “a cada um...” e a “todos”, desejando, nas suas palavras, “estreitar os laços que nos unem”.

Nós não fomos e não somos uma nação porque estamos juntos ou porque o destino nos juntou. Somos uma nação porque nos quisemos e nos queremos juntos, coesos e solidários, para construir alguma coisa que valha a pena e que, por ela, as gerações futuras guardem memórias de nós, como nós conservamos memória dos que nos antecederam e fizeram Portugal. Somos uma nação, porque temos uma vontade coletiva, confiança em nós próprios, nas nossas capacidades e na nossa ambição de fazer mais e melhor.

Jorge Sampaio (Lagos, 10 de junho de 1996)

O Presidente inicia este parágrafo com uma construção negativa que leva à definição, pelo seu contrário, de nação. À construção negativa, seguem-se atos ilocutórios assertivos, onde se enumera o que é necessário para a construção de uma nação, quer no presente, quer no futuro.

Sabemos que há dificuldades, atrasos, injustiças e problemas graves. Conhecemos a situação de alguns dos nossos concidadãos. Eu não os esqueço. Sabemos que a Europa atravessa um período de definição. Temos consciência de que se exige de nós um grande esforço, que é fundamental para o futuro. Por tudo isso, precisamos de afirmar o que nos une, reforçar o que somos, fazer ouvir a nossa voz, valorizar as pessoas e, em especial, os jovens, não desperdiçar energias e recursos, defender os nossos interesses, assegurar a estabilidade e a paz cívica. Não queremos ficar na defensiva, à espera, queremos participar, ajudar a construir o Portugal, a Europa e o mundo do próximo milénio.

Jorge Sampaio (Lagos, 10 de junho de 1996)

Sublinhe-se que o Presidente não especifica quais são as “dificuldades, atrasos, injustiças e problemas graves.”, pois percebe-se que são do conhecimento de todo o auditório, o que se verifica através da utilização da primeira pessoa do plural: “sabemos”. No entanto, logo adiante, num ato compromissivo, utiliza a primeira pessoa do singular para mostrar como está envolvido na resolução desses problemas: “Eu não os esqueço”. Volta ao “nós” inclusivo para envolver todo o auditório nessa resolução: “queremos participar, ajudar”.

O Presidente Jorge Sampaio volta a utilizar a primeira pessoa do singular (presente na forma verbal “farei”) no encerramento do discurso, mostrando a sua disponibilidade pessoal, reforçando o seu compromisso com os portugueses e a legitimidade que tem como Presidente da República, eleito pelos portugueses, para “mobilizar” todo o auditório.

Como Presidente da República, eleito pelos Portugueses com o compromisso de deles estar próximo e de em seu nome falar, tudo farei para mobilizar o País em defesa dos grandes princípios e em torno dos objetivos que nos unem e fazem avançar.
Neste dia de tão grande significado, aqui, em Lagos, junto ao mar que nos fez grandes, reafirmemos, com confiança no futuro, a nossa vontade de engrandecermos Portugal e de servirmos o povo português.

Jorge Sampaio (Lagos, 10 de junho de 1996)

Num final apoteótico e encorajador, em que mais uma vez parte do passado glorioso “junto ao mar que nos fez grandes” para a construção de um futuro grandioso, volta a utilizar o “nós” inclusivo (nas formas verbais, no pronome “nos” e no determinante possessivo “nossa”), mostrando que a sua missão é de servir o povo português do qual ele é parte

integrante. Ao utilizar a primeira pessoa do plural na forma “servirmos”, o Presidente assume-se não só como o representante dos portugueses, mas também como um dos obreiros da construção do país grandioso. Esta aproximação ao auditório é ainda reforçada pela utilização do deíctico espacial “aqui” para se referir ao local do discurso.

Numa conjuntura socioeconómica diferente, **Cavaco Silva**, em 2006, apresenta como principal desafio o desenvolvimento da economia, uma vez que, Portugal apresentava um ritmo de crescimento económico inferior ao resto da Comunidade Europeia.

O discurso que agora analisamos distingue-se dos discursos dos seus antecessores, pelo facto de apresentar uma maior responsabilização dos portugueses em relação às suas atitudes e comportamentos e, conseqüentemente, em relação ao estado do país.

Um outro fator de distinção é a existência de silêncios, marcados pelo vocativo “portugueses”, que permitem não só dividir o discurso em três partes, como também aumentar a presença do orador junto do auditório, enfatizando os temas que se seguem.

Assim, na primeira parte, o orador convoca Camões e os Descobrimentos, que como já vimos anteriormente, são tópicos comuns aos discursos analisados por serem, consensualmente, vistos como exemplos de coragem e permitirem a reflexão sobre um passado glorioso.

Neste sentido, o Presidente interpela todos os portugueses, “todos e cada um, exortando-os a refletir sobre o que desejam e o que se dispõem a fazer pelo seu país” e questionando-os sobre o papel que lhes está reservado e se têm estado à altura das suas responsabilidades.

Na segunda parte, Cavaco Silva responde às questões colocadas anteriormente e faz um balanço dos problemas que se verificam no país, enumerando-os: o ensino, a saúde, os comportamentos sociais, o estilo de vida, os hábitos de condução, o comportamento económico e a responsabilidade ambiental. Depois de enumerar e descrever estes problemas, o orador pede uma nova atitude dos portugueses para os resolver.

Na última parte, o orador esforça-se por retomar a comunhão com o auditório, exaltando as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo que, mais uma vez, são um exemplo a seguir, mas mostrando também que há uma “esperança” na juventude.

O 10 de Junho é a ocasião mais propícia para Portugal se pensar como futuro. Não comemoremos esta efeméride como um ritual passadista em que se exaltam nacionalismos que perderam sentido no nosso tempo. E também não vejamos no 10 de Junho o mero pretexto para uma comemoração que, de tão repetida, corre o risco de se esvaziar de sentido.

Cavaco Silva (Porto, 10 de junho de 2006)

Este discurso caracteriza-se pela utilização de formulações negativas, tal como se verificou em maior abundância no discurso de 1977, proferido por Ramalho Eanes. Esta característica torna-o um discurso mais autoritário que, como referimos acima, responsabiliza os portugueses pela situação do país.

Ambicionamos um País mais rico e mais justo, uma sociedade que não seja atravessada por tantas assimetrias e desigualdades, um território mais equilibrado no desenvolvimento de todas as suas parcelas. Desejamos um Portugal com recursos humanos mais qualificados, com empresas mais competitivas, com serviços públicos de qualidade.

Precisamos de um sistema de justiça eficiente e acessível, a que os cidadãos possam recorrer com confiança na celeridade e eficácia das decisões. Desejamos, enfim, um Portugal que se reveja no melhor do seu património histórico e cultural e que saiba não só preservá-lo, mas também promovê-lo e torná-lo maior, na riqueza e criatividade das suas manifestações.

Cavaco Silva (Porto, 10 de junho de 2006)

Neste excerto, Cavaco Silva recorre a atos diretivos e à modalidade deôntica com valor de obrigação, para enumerar aquilo que se pretende de Portugal para o futuro. Ao fazer esta enumeração pormenorizada, o orador mostra, de forma indireta, as carências do país, esclarecendo o que são as “parcelas” que se apresentam desiguais. Note-se ainda uma gradação na utilização formas verbais “ambicionamos”, “desejamos” e “precisamos”. Como exemplificam os excertos apresentados, todo o discurso de Cavaco Silva tem um caráter autoritário, pois estrutura-se à volta da modalidade deôntica com valor de obrigação, expressa pelos verbos modais “dever”, “ter de” e “precisamos de”.

Ao longo do discurso, o Presidente recorre a máximas ou frases sentenciosas, tornando-os em atos assertivos - “Ser independente é ser responsável”, “O estado somos nós”. Além da responsabilização dos portugueses, nota-se também um tom de crítica à sua atitude “Não tenho receio de afirmar que a atitude dos portugueses nas estradas é um exemplo do país que não devemos ser” - e à sua falta de ambição.

Mais adiante, o Chefe de Estado exorta os portugueses a não se resignarem face às dificuldades do país, porque "isso seria indigno do nosso passado, um desperdício do nosso presente e o adiar do nosso futuro". Nota-se, neste excerto, a utilização de vocabulário com uma carga semântica negativa: “Indigno”, “desperdício” e “adiar”, o que acentua a responsabilização dos portugueses.

A finalizar o discurso, citando o poeta Jorge de Sena, o Presidente volta a desafiar os portugueses, questionando-os sobre o que esperam do futuro de Portugal.

Neste dia de Camões, desafio os Portugueses a responder com ambição às perguntas com que um outro poeta, Jorge de Sena, nos inquietou:

"Que Portugal se espera em Portugal?
Que gente há-de ainda erguer-se desta gente?"

Cavaco Silva (Porto, 10 de junho de 2006)

O discurso termina com uma exaltação “Portugal será o que fizermos dele”, responsabilizando, assim, mais uma vez, os portugueses pelo futuro de Portugal.

Em perfeito contraste com o seu antecessor, **Marcelo Rebelo de Sousa**, em 2016, faz um discurso marcadamente positivo, recordando a coragem dos portugueses ao longo dos séculos, a sua luta e a sua capacidade de superar as crises, neste caso a mais recente intervenção da Troika²⁶.

A relação com o auditório começa a ser delineada com a saudação inicial. Como sabemos, esta saudação obedece a um protocolo rigoroso, seguido pela maioria dos Presidentes.

Na intervenção na cerimónia militar comemorativa do dia 10 de junho de 2016, no Terreiro do Paço, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa inicia o seu discurso começando por se dirigir aos Militares de Portugal. Esta é uma forma de se dirigir aos militares, sem distinguir

²⁶ Troika é a designação atribuída à equipa composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia. Em 2011, uma missão técnica da Comissão Europeia, BCE e FMI, liderada por Juergen Kroeger (CE), Rasmus Ruffer (BCE) e Poul Thomsen (FMI), chega a Portugal para iniciar negociações sobre o programa de ajuda financeira ao país com José Sócrates como primeiro-ministro.

Um mês depois, a 5 de maio, a troika apresentou o programa de assistência financeira a Portugal, no valor de 78 mil milhões de euros. Três anos depois, o Governo liderado por Passos Coelho decidiu, a 4 de maio de 2014, que Portugal ia sair do programa de resgate financeiro sem recorrer a qualquer programa cauteloso, regressando assim autonomamente aos mercados.

<https://eco.sapo.pt/2019/05/16/cinco-anos-depois-do-resgate-da-troika-como-esta-portugal/>.

as altas patentes, colocando assim todos os militares por igual. Nota-se, portanto, uma tentativa de aproximação.

Seguidamente, dirige-se aos antigos combatentes, uma forma simples e subtil de os homenagear no dia das Forças Armadas, logo no início do discurso. Verifica-se ainda que não segue o protocolo que indica que se deveria dirigir a todas as entidades presentes. Ao contrário, dirige-se a todos os portugueses: “Militares de Portugal, antigos combatentes, Portugueses, (...)”

O presidente começa por explicar o dia que se comemora, utilizando anaforicamente o verbo “celebrar” na primeira pessoa do plural.

Celebramos hoje o dia das forças armadas (...).

Celebramos hoje o dia das comunidades (...).

Celebramos hoje o dia de Camões (...)

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 10 de junho de 2016)

Note-se que o Presidente, em três parágrafos curtos, explica individualmente cada uma das celebrações, começando por dar relevância à celebração junto das comunidades portuguesas, antecipando já a continuação das cerimónias em França. Este pendor pedagógico, que se descortina nas palavras iniciais, vai caracterizar todos os seus discursos, o que advém, em nossa modesta opinião, do seu exercício profissional como professor e como comentador televisivo.

Hoje mesmo estaremos com os nossos compatriotas em França, para lhes darmos sinal da nossa gratidão pela pátria que todos os dias engrandecem. Em França e por todo o mundo, com o orgulho vivido de serem portugueses ou luso-descendentes.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 16 de junho de 2016)

Note-se, logo no segundo parágrafo, a forma como o Presidente refere o contributo de todos os portugueses, mesmo o que vivem fora do país para “engrandecer” a Pátria. Mais adiante continua a utilizar verbos com uma carga semântica positiva: “construindo e consolidando”.

Não é o povo que constrói, mas são as elites que interpretam a vontade do povo, que o guiam numa “comunhão plena”.

Aqui, em Lisboa, seguro de estar a interpretar a vontade popular, condecoro militares cujos pundonor e percurso no passado ou no presente são exemplo para todos nós.

Mais tarde, em Paris condecorarei, em nome de todos nós, alguns portugueses que durante os recentes atentados não hesitaram, por um instante, em dar abrigo e salvar quem fugia da destruição e da morte.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 16 de junho de 2016)

No excerto acima, o Presidente legitima a sua condição de *leader*, de representante de todos os portugueses, “seguro de estar a interpretar a vontade popular” “em nome de todos nós”, numa atitude de reconhecimento, de gratidão e que mostra que está atento a todos os portugueses, não só os que vivem em Portugal, mas mesmo àqueles que “longe, nos honram e nos orgulham, fazendo-nos vibrar por pertencermos à pátria que somos”. Destaca-se a utilização, mais uma vez, de verbos com uma carga semântica positiva: “honrar”, “orgulhar” e “vibrar”, assim como a utilização de vocabulário erudito, de que é exemplo “pundonor” para destacar o brio dos condecorados.

De destacar também a utilização do “nós” inclusivo, quer nas formas verbais quer nos pronomes - “Mostrámos ao mundo de então de que fibra somos feitos e do que somos capazes”. Todo o discurso de Marcelo Rebelo de Sousa é grandioso, é um verdadeiro discurso de exaltação nacional, principalmente devido ao vocabulário utilizado. Exemplo dessa exaltação é a utilização do vocábulo “fibra²⁷” para se referir à essência dos portugueses, sinónimo de valentia, de quem tudo perde e se volta a erguer.

Este discurso de Marcelo Rebelo de Sousa é ainda marcado pela anáfora e pela enumeração “Foi o povo...”, numa clara tentativa de emocionar o auditório, socorrendo-se de exemplos da História em que os portugueses superaram as suas dificuldades, já referidos anteriormente. Note-se que, para esta enumeração, o Presidente escolhe momentos consensualmente grandiosos, conseguindo, assim, através do processo de distanciação histórica, a união do povo.

²⁷ [Figurado] Energia ou capacidade para tomar decisões difíceis ou assumir posições firmes. = FEBRA, RIJEZA "fibra", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/fibra> [consultado em 18-05-2019].

Hoje, em 10 de junho de 2016, desta mesma praça, que é símbolo maior do nosso imaginário coletivo, partimos, uma vez mais, rumo ao futuro. Somos portugueses, como sempre, triunfaremos.

Marcelo Rebelo de Sousa (Lisboa, 16 de junho de 2016)

O Presidente termina o seu primeiro discurso do dia, transmitindo confiança e certeza, recorrendo a um ato marcadamente assertivo - “Hoje, em 10 de junho de 2016, desta mesma praça, que é símbolo maior do nosso imaginário coletivo,” - mas simultaneamente compromissivo - “partimos, uma vez mais, rumo ao futuro. Somos portugueses, como sempre, triunfaremos”. Através da utilização do “nós” inclusivo e da forma verbal no futuro, o Chefe de Estado envolve-se na construção de um futuro grandioso.

No segundo discurso do dia²⁸, em Paris, o Presidente começa por agradecer a presença e o acolhimento do Presidente Francês²⁹ e da Presidente da Câmara de Paris³⁰, num ato de cortesia e de agradecimento. Segue-se um segundo parágrafo, também ele marcadamente positivo, e onde o Presidente reforça as razões da sua presença. O agradecimento é realçado pela utilização do advérbio “calorosamente”.

Note-se que o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa adota um discurso mais coloquial - “a propósito, espero-vos em julho em Portugal” - distanciando-se das fórmulas fixas e estereotipadas e reproduzindo sequências quase dialogais do quotidiano de todos nós, o que contribui para pôr em evidência a amizade que une os dois países.

Hoje é a primeira vez, o Primeiro-Ministro salientou-o, que as cerimónias do Dia de Portugal, que é ao mesmo tempo de Camões, o grande poeta português, e das comunidades portuguesas – sois vós, sois vós - ocorrem fora do território português.

Marcelo Rebelo de Sousa (Paris, 16 de junho de 2016)

Como se verifica neste excerto, a coloquialidade continua a marcar o discurso, pois o Presidente dirige-se diretamente à comunidade emigrante presente na sala “– sois vós, sois vós” - criando uma grande proximidade com o auditório.

²⁸ O discurso encontra-se no sítio da Presidência da República, em suporte vídeo. Foi transcrito e posteriormente traduzido para português, por nós.

²⁹ À data, o Presidente da República Francesa era François Hollande.

³⁰ Em 2016, a Presidente da Câmara de Paris era Anne Hidalgo.

Está também implícita a cortesia, ao retomar o discurso do orador anterior, o Primeiro-Ministro, mostrando não só que esteve atento, mas também que está em sintonia com o Chefe de governo que o acompanha nestas comemorações.

Todo o discurso é marcado por atos assertivos e pela modalidade epistémica com valor de certeza, tal como é visível no excerto que a seguir se transcreve:

Portugal está presente em Paris em diferentes níveis e gostaria de destacar a marca da cultura portuguesa nesta cidade, que se expressa primeiro em exposições de pintura e arquitetura mas, acima de tudo, Portugal está presente em Paris através de seu povo. Preservando a sua identidade e fidelidade às suas origens, Portugueses e Luso franceses são agora uma parte essencial da sociedade francesa, uma sociedade democrática, livre, aberta e plural, marcada pela tolerância e convivência entre os dois. A comunidade portuguesa identifica-se com os valores europeus, que nos caracterizam desde há séculos. Mas nós partilhamos o mesmo caminho nos princípios de liberdade, fraternidade, igualdade, democracia, lealdade à República e o estado de direito, o estado social do direito.

Marcelo Rebelo de Sousa (Paris, 16 de junho de 2016)

Neste excerto é também visível o recurso à adjetivação para caracterizar a sociedade francesa – “uma sociedade democrática, livre, aberta e plural, marcada pela tolerância e convivência entre os dois” - da qual a comunidade portuguesa residente em Paris faz parte. Note-se ainda a utilização dos substantivos “tolerância” e “convivência” (que antecipam o assunto que será tratado mais adiante, os atentados de Paris) e caracterizam as relações entre as duas comunidades.

Sublinhe-se também a referência aos ideais da revolução francesa, “liberdade, igualdade e fraternidade”, presentes na enumeração dos princípios que são comuns ao auditório presente na sala, constituído por franceses e por portugueses. A enumeração serve assim para construir a identidade com o outro:

Mais uma vez, quando Paris foi atingida pelo terrorismo e pela barbárie, os portugueses deixaram as suas marcas, a marca da sua coragem, da sua compaixão pelos outros. Foi com grande honra que na festa de Portugal decidi condecorar quatro portugueses que aqui vivem, em França, em Paris, quatro portugueses que já foram distinguidos por si, Senhora Presidente da Câmara, em reconhecimento pela sua ação heroica, na noite em que Paris foi ferida pelo terrorismo e pela violência radical. A resposta a esse fenómeno, disse o primeiro-ministro e muito bem dito, deve ser firme, enérgica (...).

Marcelo Rebelo de Sousa (Paris, 16 de junho de 2016)

Neste excerto, marcado pela modalidade epistémica com valor de certeza e por atos assertivos, o Presidente anuncia a condecoração dos seus concidadãos, exaltando a “coragem” a “compaixão” e a “ação heroica” dos condecorados. Para caracterizar o acontecimento³¹, o Presidente recorre à metáfora - “Paris foi ferida” - recurso que o qualifica como um momento de sofrimento na história da cidade que agora o acolhe.

O Presidente volta a retomar o discurso do Primeiro-Ministro de Portugal, assim como a ação da Presidente da Câmara de Paris, uma forma bastante coloquial de agradecer as condecorações que já tinham sido feitas aos portugueses, por estes responsáveis políticos.

A resposta dos quatro portugueses foi marcante, porque uniu coragem com sentido humanitário. Ela não respondeu à violência com mais violência. Ela não seguiu o caminho do radicalismo ou da xenofobia. Foi uma resposta espontânea, imediata, do coração, que tem razões que a razão não conhece.

Marcelo Rebelo de Sousa (Paris, 16 de junho de 2016)

Marcelo Rebelo de Sousa continua a enaltecer a coragem dos portugueses e o seu “sentido humanitário”, qualidades que engrandece através de uma construção negativa – “Ela não respondeu à violência com mais violência. Ela não seguiu o caminho do radicalismo ou da xenofobia” a que se segue uma enumeração - “resposta espontânea, imediata, do coração” - e um aforismo³² – “do coração, que tem razões que a razão não conhece”³³.

³¹ O presidente refere-se aos ataques ocorridos “na noite de 13 de novembro de 2015 em Paris e Saint-Denis, na França. Os ataques consistiriam de fuzilamentos em massa, atentados suicidas, explosões e uso de reféns. Ao todo, ocorreram três explosões separadas e seis fuzilamentos em massa, incluindo bombardeios perto do Stade de France no subúrbio ao norte de Saint-Denis. O ataque mais mortal foi no teatro Bataclan, onde os terroristas fuzilaram várias pessoas e fizeram reféns até o início da madrugada de 14 de novembro”.
In https://pt.wikipedia.org/wiki/Ataques_de_novembro_de_2015_em_Paris, consultado em 30/06/2019.

³² Segundo Maria Natividade Pires, no Dicionário de Termos Literários, de Carlos Ceia “A análise linguística dos aforismos pode revelar certas estratégias lexicais, sintáticas e semânticas. Assim, para além do conteúdo, deve-se ter em conta a forma de expressão, normalmente curta e concisa. Tem habitualmente sentido figurado e grande expressividade estilística. A sua função pragmática é fundamental. A forma lacónica, de expressão curta, e a natureza de máximo apuramento dos aforismo propicia uma grande condensação de potencialidades significativas, apresentando assim um código de prescrições sociais para a interpretação da realidade. O recurso frequente a palavras polissémicas, a sinónimos, antónimos, a perguntas retóricas, torna-o um instrumento clássico do poder do discurso. Pode aparecer como afirmação política, filosófica, moral, apresentando um ideal de sabedoria.”, <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/aforismo/>, consultado em 26 de maio de 2019.

³³ Pensamos que esta expressão foi adaptada da frase, "O coração tem razões que própria razão desconhece" do filósofo, físico, matemático e escritor francês Blaise Pascal."

Vai, o senhor presidente mesmo, ajudar-me a condecorar dois dos quatro Portugueses com a insígnia de Dama e Cavaleiro da Ordem da Liberdade

Marcelo Rebelo de Sousa (Paris, 16 de junho de 2016)

Destaca-se, no excerto acima, a coloquialidade e a espontaneidade no discurso, ao solicitar a ajuda do Presidente Francês para proceder à condecoração dos homenageados, que são nomeados individualmente. No entanto a nomeação individualizada não se fica pelos que são condecorados. Como se verifica no excerto seguinte, o Presidente nomeia também duas classes profissionais envolvidas no socorro às vítimas e na informação, nos momentos posteriores ao atentado: os enfermeiros e os jornalistas portugueses e lusodescendentes:

É também com grande orgulho e emoção que saúdo as enfermeiras e enfermeiros portugueses e luso descendentes, que estando de serviço nesta trágica noite de novembro, acolheram e trataram as vítimas dos atentados. Agradeço também aos jornalistas Luso descendentes que nos transmitiram, desde os primeiros momentos, os acontecimentos que marcaram uma noite que tocou a Europa e o mundo.

A sua coragem, demonstraram-na permanecendo ao lado do povo francês, testemunhando definitivamente a amizade que une os dois países nos bons e nos momentos mais difíceis

Marcelo Rebelo de Sousa (Paris, 16 de junho de 2016)

De referir, no último parágrafo do excerto transcrito, o hipérbato, antepondo o complemento direto, para pôr em evidência a “coragem” demonstrada pelas duas classes profissionais anteriormente nomeadas. Refira-se ainda a antítese presente na última frase – “nos bons e nos momentos mais difíceis” - que, mais uma vez, reforça a amizade que une os dois países.

Todo este discurso é um discurso marcado pela emoção, não só do orador, mas também pela emoção que se pretende criar no auditório. Uma das estratégias utilizadas para esse fim é a coloquialidade, de que já falamos anteriormente, e que se verifica, novamente, quando Marcelo Rebelo de Sousa pede autorização ao Presidente francês para discursar em língua portuguesa:

- Le cœur a ses raisons que la raison ne connaît point - "Pensées, fragments et lettres de Blaise Pascal: publiés pour la première fois conformément aux manuscrits, originaux en grande partie inédits" - Volume 2, Página 472, Blaise Pascal, Prosper Faugère - Andrieux, 1814. in https://pt.wikiquote.org/wiki/Blaise_Pascal.

Seria engraçado que neste dia de Portugal não vos dissesse nem uma palavra, queridos compatriotas.

Marcelo Rebelo de Sousa (Paris, 16 de junho de 2016)

A passagem para este discurso em português, que se destaca dentro do discurso, é marcado pela saudação inicial “Queridos portugueses, queridos compatriotas”, uma saudação que também se aproxima da coloquialidade e que acaba por distinguir os imigrantes - “compatriotas” - de todos os portugueses.

Queridos Portugueses, queridos compatriotas,
É com grande emoção que aqui estou, com o Senhor Primeiro Ministro. A emoção de quem tem, costume dizer, a melhor parte da minha família, porque é o futuro, a viver fora do território físico de Portugal. Todos os meus netos vivem fora do território físico de Portugal. E, por isso, é com emoção que hoje penso neles, penso no seu presente e penso no seu futuro. E é com emoção que eu penso no vosso presente e no vosso futuro. Aqueles que aqui estão são dos melhores de todos nós.

Marcelo Rebelo de Sousa (Paris, 16 de junho de 2016)

Esta última parte do discurso é ainda mais emotiva, como se verifica desde logo pela construção anafórica “É com (grande) emoção” utilizada pelo Presidente para justificar não só a sua presença ali, como também a referência a elementos biográficos, nomeadamente à sua família. O Presidente coloca-se ao nível do auditório ali presente, referindo que também ele tem os netos “fora do território físico de Portugal”. Ao referir-se ao estrangeiro, utilizando esta perífrase, Marcelo Rebelo de Sousa procura salientar que apesar de se encontrarem fisicamente distantes, fora das fronteiras físicas do país, os portugueses continuam unidos. Note-se também a construção paralelística que se segue, - “E, por isso, é com emoção que hoje penso neles, penso no seu presente e penso no seu futuro. E é com emoção que eu penso no vosso presente e no vosso futuro” - onde apenas se altera o possessivo “seu” para “vosso”, mostrando que o Presidente tem pelos portugueses emigrados a mesma consideração que tem pelos familiares mais chegados.

O presidente constrói assim dois tipos de *ethè* enumerados por Charaudeau: o *ethos* de liderança” (uma construção de si para que o outro se identifique, adira e o siga), o *ethos* de solidariedade, (onde mostra que partilha das mesmas características e dificuldades dos membros do seu grupo).

Quantos portugueses, não saíram, faz agora 50 anos, numa situação de pobreza, de dificuldade, de penosidade, para partir para longe, para recomeçar a vida, sozinhos, as famílias chegaram depois, e pouco a pouco foram refazendo a sua vida, com trabalhos duros, muito duros, no começo daqueles anos 60, e durante os anos 60 e nos anos 70.

Marcelo Rebelo de Sousa (Paris, 16 de junho de 2016)

Para continuar a criar a unidade, não só com o auditório que está presente na sala, mas com todo o povo português, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa utiliza a distanciação histórica, referindo a emigração nos anos 60 e 70. Assim, o Presidente começa por enumerar, numa gradação ascendente, as razões que levaram os portugueses a emigrar - “pobreza, dificuldade e penosidade”- partindo depois para a constatação, através de um ato expressivo, marcado pela repetição do adjetivo “duro” e pela utilização do advérbio “muito”, que o sucesso foi fruto de muito trabalho.

A França não esquece, mas Portugal ainda esquece menos. A vossa coragem, a coragem dos vossos avós, dos vossos pais, que se transmita para os vossos filhos e os vossos netos. Vós sois dos melhores de todos nós. O Presidente da República Portuguesa, em nome de todas as portuguesas e de todos os portugueses, vos agradece o vosso exemplo. Bem hajam.
Vive Paris, Vive la France,
Viva Portugal.

Marcelo Rebelo de Sousa (Paris, 16 de junho de 2016)

A utilização reiterada do determinante “vossos”, que se repete oito vezes no parágrafo final do discurso, mostra como o Presidente procura terminar a sua intervenção com o enaltecimento da coragem da comunidade emigrante, enumerando gradualmente, do passado para o futuro, as diferentes gerações – “vossos avós, dos vossos pais, que se transmita para os vossos filhos e os vossos netos.” De notar também a modalidade apreciativa, marcada pelo ato expressivo “Vós sois dos melhores de todos nós”.

No final do discurso, o Presidente agradece em nome de todos os portugueses, o exemplo dos emigrantes, realçando, mais uma vez, o seu papel de representante de todos os portugueses.

O discurso termina de forma apoteótica com as expressões patrióticas “Vive Paris! Vive la France! Viva Portugal!”, sendo de notar o respeito escrupuloso pelas regras de cortesia, saudando primeiro a cidade onde se encontra, seguindo-se o país que acolheu, de forma calorosa, os portugueses e deixando para o final o nosso país.

3.Considerações finais - A construção de um *ethos* de cumplicidade

Nos discursos analisados, os Presidentes procuram propor caminhos que “cumpram os desígnios nacionais” (Marques, 2014a: 307). Os oradores começam por fazer um diagnóstico da situação política e social do país, diagnóstico que pode ser mais leve ou mais pormenorizado, para depois darem algumas orientações para o futuro e se comprometerem com essas mesmas orientações, assumindo assim um compromisso político.

Todos os discursos seguem uma estrutura semelhante, abordando os mesmos *topoi*, embora com relevâncias diferentes. Após a saudação inicial, os Presidentes referem-se ao lugar em que se encontram, referência esta marcada por elogios que justificam a escolha do local. No caso do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, o lugar, primeiro a Praça do Comércio, em Lisboa, e depois Paris, é pretexto para um elogio ao povo português, enaltecendo a sua coragem e determinação. A história de Nacional, nomeadamente a época áurea dos Descobrimentos, Camões e a Língua portuguesa são os outros tópicos abordados.

Nos discursos de comemoração analisados, os Presidentes mostram-se sempre solidários com o povo que sofre, procurando mostrar cumplicidade com os seus problemas. Esta solidariedade é mais demarcada no discurso de Ramalho Eanes (1977) e nos dois discursos de Marcelo Rebelo de Sousa, embora este último vá mais longe e elogie o povo, mostrando o seu papel determinante na formação e na garantia da independência de Portugal.

Após a análise dos seis discursos, concluímos que têm em comum uma tentativa de aproximação ao auditório, normalmente conseguida através da utilização do “nós” inclusivo, quer nos deícticos pessoais, quer nas formas verbais.

No entanto, há elementos distintivos entre os diferentes discursos. Assim, o discurso de Ramalho Eanes (1977), apesar de ter um carácter normativo marcado pela modalidade deôntica, é um discurso elogioso e motivador, tal como o discurso de Jorge Sampaio (1996), bastante marcado pela positividade.

Contrariamente, o discurso de Cavaco Silva (2006) tem um carácter mais autoritário, pois estrutura-se à volta da modalidade deôntica com valor de obrigação, expressa pelos verbos modais “dever”, “ter de” e “precisamos de”. O discurso distingue-se de todos os outros pelo facto de responsabilizar os portugueses pela situação do país e de criticar a sua passividade.

Em completo contraste com o seu antecessor, os discursos do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa (2016), principalmente o de Paris, são marcados pela espontaneidade e pela coloquialidade. São discursos emotivos, de exaltação, marcados pelos atos expressivos e pela modalidade apreciativa. Verificou-se que o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, ainda que não se afastando, em termos temáticos, do modelo seguido pelos seus antecessores, imprimiu um cunho mais pessoal ao seu discurso, construindo um *ethos* de cumplicidade e de solidariedade com o povo português. O locutor implicou-se, de forma comovida, apresentando aspetos biográficos, para construir um discurso marcado pela emoção.

De acordo com Charaudeau (2005a:88), para construir a imagem do sujeito falante, o auditório apoia-se naquilo que sabe do locutor e naquilo que retira do ato de linguagem propriamente dito. Nesta perspetiva, concluímos que a imagem que os portugueses tinham do Professor e comentador Marcelo Rebelo de Sousa, antes de ocupar o cargo de Chefe de Estado, aquilo que Amossy (2008) designa como *ethos* pré-discursivo, contribui para a criação de uma imagem de afetos e, conseqüentemente, para construir um *ethos* de cumplicidade e de liderança.

Concluindo, o que distingue os discursos do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa dos discursos dos seus antecessores são as escolhas lexicais e pragmáticas utilizadas para expressar os afetos. O Presidente escolhe sempre aspetos positivos, comuns ao auditório. Desta forma, constrói uma relação de proximidade, atenuando mesmo a fronteira entre a vida pública e a vida pessoal. Note-se que, no caso do Discurso de Paris, o Presidente recorreu à sua experiência pessoal, apresentado aspetos da sua vida familiar, num discurso emotivo na primeira pessoa, para se mostrar solidário com a comunidade emigrante. O Chefe de Estado, faz aqui prova da sua sinceridade e, enquanto representante do povo, constrói uma imagem mais pessoal, construindo assim um *ethos* de virtude.

Coincidentemente, a importância da análise dos discursos presidenciais do 10 de junho tornou-se tão ou mais relevante este ano de 2019, o que comprova a importância e atualidade do presente trabalho.

A celebração do 10 de junho do presente ano, realizada entre Portalegre e Cabo Verde, foi centro de elevada polémica devido ao facto do discurso do Presidente da República ser ultrapassado pelo discurso do Presidente das comemorações do dia 10 de junho, o jornalista

João Miguel Tavares. A polémica iniciou-se com a escolha do jornalista e adensou-se após as celebrações, fomentada pela velocidade com que se partilhou, nas redes sociais, o discurso “Deem-nos alguma coisa em que acreditar”. Curiosamente, uma das maiores polémicas assentou na utilização de dois pronomes: “nós” e “eles”:

Há o “eles” – os políticos, as instituições, as várias autoridades, muitas das quais (receio bem) se encontram hoje aqui presentes. E há o “nós” – eu, a minha família, os meus colegas, os meus amigos.

Entre o “nós” e o “eles” há uma distância atlântica, com raríssimas pontes pelo meio.

“Eles” não têm nada a ver connosco. “Nós” não temos nada a ver com eles.

João Miguel Tavares, Portalegre, 10 de junho de 2019

Por razões de ordem temporal, não foi possível aprofundar o que motivou esta polémica mas, em nosso entender, justifica a pertinência do estudo do discurso político, nomeadamente dos discursos presidenciais, para perceber como subsistem alguns subgéneros discursivos, como é o dos discursos de comemoração e de datas festivas (Mensagem de Ano Novo, 25 de abril, 10 de junho, 5 de outubro, ...). Estes discursos mereceriam estudos mais aprofundados, que evidenciassem a importância da construção da imagem presidencial, para maior proximidade ou maior distância do povo.

Bibliografia

AMOSSY, R. (2008). Dimension rationnelle et dimension affective de l'ethos, in RINN, Michael. (2008). *Émotions et Discours, L'usage des passions dans la langue*. Coll. Interférences, Rennes: PUR.

AMOSSY, R. (1999). *Images de Soi dans le Discours, La Construction de l'Ethos*, Lausanne: Delachaux et Niestlé.

AMOSSY, R. (2014) "L'ethos et ses doubles contemporains: perspectives disciplinaires". *Langage et Société* 149, pp. 13-30.

ARISTÓTELES. (1998). *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

ARAÚJO CARREIRA, M. H. (1995). Reflexões sobre déixis social na perspectiva do ensino/aprendizagem do português como língua estrangeira, in MARQUES, M.E., *Sociolinguística*, Lisboa, Universidade Aberta, pp.181- 186.

AUSTIN, J. (2008). *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.

BACOT, P., MARQUES, M. A., & MONTE, M. (2013). Un discours politique européen. *Mots. Les langages du politique*, (1) [acedido em 20 de abril de 2019. URL :<http://journals.openedition.org/mots/21093> ; DOI : 10.4000/mots.21093 , 5-11.].

BARDIN, L. (2000). *Análise do conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BELANGER, A.J (1995). *La communication politique ou le jeu du théâtre des arènes*, *Hermès*, 17/18, 127 -144.

BRAZ, A. C. (2017). *L'ironie dans le discours parlementaire portugais: degrés d'implicitation, indices linguistiques et stratégies discursives*, Thèse de doctorat, Paris, Université Paris 8.

CAMPOS H.C. e XAVIER, M.F. (1991). *Sintaxe e semântica do português*, Lisboa: Universidade Aberta.

CAMPOS H.C. (1998). *Dever e poder: um subsistema modal português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASANOVA, I. (1996). A força ilocutória dos atos diretivos, in FARIA, Isabel Hub, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte e Carlos A. M. Gouveia (orgs.) (1996): *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho. (co-autoria com Isabel H. Faria, Inês Duarte e Emília Pedro).

CHARAUDEAU, P., MAINGUENAU, D. (2002). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*, Paris, Éditions du Seuil.

CHARAUDEAU, P. (2002a). A quoi sert d'analyse le discours politique ? in *Análisi del discurs polític*, Barcelone IULA-UPF, [Acedido em 7 de Janeiro 2018 no sítio de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications. URL:<http://www.patrick-charaudeau.com/A-quoi-sert-d-analyse-le-discours.html>]

CHARAUDEAU, P. (2005a). *Le discours politique: les masques du pouvoir*, Paris, Vuibert.

CHARAUDEAU, P. (2005b). Quand l'argumentation n'est que visée persuasive, in BURGER, M. e Martel GUYLAINE (Dir) (2005) *Argumentation et Communication dans les Médias*, Québec, Editions Nota Bene, (pp29-49).

CHARAUDEAU, P. (2009). Identité sociale et identité discursive. Un jeu de miroir fondateur de l'activité langagière In: P. CHARAUDEAU (Org.), *Identités sociales et discursives du sujet parlant*. Paris: L'Harmattan. [acedido em, 08 mai 2018 sur le Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications. URL: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identite-sociale-et-identite.html>].

CHARAUDEAU, P. (2013). *La conquête du pouvoir: Opinion, persuasion, valeur.-Les discours d'une nouvelle donne politique*. Paris, Editions L'Harmattan.

CHARAUDEAU, P. (2014). « L'art de mentir en politique », *revue Sciences Humaines* n° 256, [acedido em 13 février 2018 sur le site de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications. URL: <http://www.patrick-charaudeau.com/L-art-de-mentir-en-politique.html>].

CHARAUDEAU, P. (2015). « Le charisme comme condition du leadership politique », *Revue Française des Sciences de l'Information et de la Communication*, n°7, 2015. [accedido em 13 février 2018 sur le site de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications. URL: <http://www.patrick-charaudeau.com/Le-charisme-comme-condition-du.html>].

CHARAUDEAU, P. (2016a). *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo, Contexto.

CHARAUDEAU, P. (2016b). Entretien: « Le discours doit être analysé en rapport avec les dispositifs de mise en scène », *Revue Mots* n° 111, juillet 2016, p.131-145. [accedido em 13 février 2018 sur le site de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications. URL: <http://www.patrick-charaudeau.com/Entretien-Le-discours-doit-etre.html>].

DANBLON, E. (2005). *La fonction persuasive - Antropologie du discours rhétorique: origines et actualité*, Paris: Armand Colin.

DOURY M. (2016). *Argumentation, Analyser textes et Discours*, Paris: Armand Collin.

DUCROT, O. (2004). Argumentation rhétorique et argumentation linguistique, in DOURY, M. et MOIRAND, S. (2004) *L'Argumentation aujourd'hui*, Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, pp 17-34.

ESCANDELL VIDAL M. V. (1996). *Introducción a la Pragmática*, Barcelona: Editorial Ariel.

FONSECA, F.I. (1994). *Gramática e Pragmática Estudos de linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Coleção Linguística, Porto: Porto Editora.

GRIZE, J. B. (2004). *Le point de vue de la logique naturelle*, in DOURY Marianne et Moirand Sophie (2004) *L'Argumentation aujourd'hui*, Paris: Presses Sorbonne Nouvelle.

GOUVEIA, Carlos A. M. (1996). "Pragmática". In: *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Organização de Isabel Hub Faria, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte e Carlos A. M. Gouveia. Ed. Caminho, Lisboa, pp. 383-419

LE BART, C. (1998). *Le discours politique*, Collection *Que sais je*, Paris: PUF.

- LIMA, J. P. (2006). *Pragmática linguística*, Lisboa: Caminho.
- LUÍS, F. (2017). *Presidentes que mudaram Portugal, A vida, as histórias e as polémicas*, Lisboa: Edições desassossego.
- KERBART _ ORECCHIONI C. e M. MOUILLAUD (ed) (1984). *Le Discours Politique*. Paris: PUF.
- KERBART _ ORECCHIONI C. (2002). Système linguistique et ethos communicatif. *Cahiers de Praxématique*, N. 38, 35-57.
- KERBART _ ORECCHIONI C. (2008). *Les actes de langage dans le discours, Théorie et fonctionnement* Paris: Armand Colin.
- KERBART _ ORECCHIONI C. (2008). *L'énonciation*, Paris: Armand Colin.
- MARCHAND, P., (1998). *L'Analyse du Discours Assisté par Ordinateur*, Paris: Armand Colin.
- MAINGUENEAU, D. (2005). *As categorias da análise do discurso*, trad Maria Antónia Coutinho, *Análise do Discurso, Atas do seminário internacional de Análise do Discurso realizado pelo centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa*; Lisboa: Hugin.
- MAINGUENEAU, D. (2014). *Discours et Analyse du Discours*, Paris: Armand Collin.
- MARQUES, M.A. (2000). Funcionamento do Discurso Político Parlamentar – a organização enunciativa no Debate da Interpeção ao Governo, (coleção Poliedro), CEHUM – Universidade do Minho.
- MARQUES, M. A. (2006). Modalização/modalidade: (in)definições da área. In MARQUES, M. A., RAMOS, R., TEIXEIRA, J., PEREIRA, M. E. & ERMIDA, I. (Eds), *Processos discursivos de Modalização. Actas do III Encontro internacional de Análise Linguística do Discurso*. (pp.149-162). Braga: Universidade do Minho/CEHUM.
- MARQUES, M. A. (2014a). Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril, *Forma Breve* n.11, pp.297-311

MARQUES, M. A. (2014b). Cortesia, formas de tratamento e géneros discursivos - condições de ocorrência e de uso. In Seara, I. (Org.), *Cortesia: Olhares e reinvenções* (pp.145-172). Lisboa: Chiado Editora.

MARQUES, M. A. (2016). Discours présidentiels au Portugal. Un regard pluridisciplinaire. *Mots. Les langages du politique*, 112 (Discours présidentiels et de présidentielles), 125- 132. <http://mots.revues.org/22534>.

MARQUES, M -A. (2017). Approximation, force argumentative et deixis personnelle dans les discours politiques de commémoration. In M. H. Carreira & A. Teletin (Ed.), *Travaux et documents* 62 (La deixis et son expression dans les langues romanes) (pp.67-80). Paris: Université Paris 8.

MARQUES, M. A. DUARTE, I.M e SEARA, I: R. (2019) (no prelo) Argumentação ad hominem, formas de tratamento e protesto político. In *redis, revista de estudos do discurso*.

OLIVEIRA, F. (2003). Modalidade e modo. In M.H.Mira Mateus et al, *Gramática da língua portuguesa*, 5ª edição revista e aumentada, Lisboa: Caminho (pp 245-247).

PALRILHA, S. M. R. (2009), *Contributos para uma Análise dos Actos Ilocutórios Expressivos em Português*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Disponível em: <http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/dissertacoes/dissertacoesdemestrado/silveriamariaramospalrilha> [consultado a 7 de fevereiro de 2019].

PLANTIN, C. (2002), “Topos” in CHARAUDEAU, P., MAINGUENAU, D. (2002). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*, Paris, Éditions du Seuil.

PLANTIN, C. (2004). Situation des études argumentation in DOURY, M. et MOIRAND, S. (2004). *L'Argumentation aujourd'hui*, Paris: Presses Sorbonne No.

PLANTIN, C. (2016). *Dictionnaire de L'argumentation, Une introduction aux études D'argumentation*, Lyon: ENS Éditions.

PITA, S. e PINTO, R. (2014). Construção dos ethè em discursos políticos em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo, *in redis: revista de estudos do discurso*, nº 3, pp. 126-154.

PITA, S. (2016). *Ethos textual em intervenções políticas: estudo contrastivo de mensagens de final de ano portuguesas e brasileiras*. Tese de doutoramento em Linguística. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/19833>

ROBRIEUX, J-J. (2007). *Rhétorique et Argumentation*, 2^{ème} édition, Paris: Armand Collin.

SARFATI, G. (1997). *Éléments d'analyse du discours*, Paris: Editions Nathan.

SEARA, I.R. (2006). *Da Epistola à mensagem eletrónica metamorfoses das rotinas verbais*, Tese de doutoramento em Linguística, Lisboa, Universidade Aberta.

SEARA, I.R. (2017). Deixis Sociale: contraintes et processus de figuration dans des environnements digitaux. *In* M. H. Carreira & A. Teletin (Ed.), *Travaux et documents 62* (La deixis et son expression dans les langues romanes) (pp.67-80). Paris: Université Paris 8.

SEARA, I. R. (2019 (no prelo) “O presidente é o fusível de segurança do sistema”. Discurso de comemoração de mandato presidencial e diálogo subsequente. Construção do *ethos* de proximidade e de autoridade. *In Linguagens e Poder*. Braga: Universidade do Minho.

SEARLE, J. R. (1979). *Expression and meaning, Studies in Theory of Speech Acts*, Cambridge: Cambridge University Press.

SEARLE, J. R. (1996). *Les actes de langage*, Paris: Hermann.

Anexos

Anexo 1 – Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1977, proferido pelo Presidente da República

Presidente:	General Ramalho Eanes
Data:	10 de Junho de 1977
Local:	Guarda
Acesso:	http://biblioteca.presidencia.pt/pdfs/intervencoes/pdf/re/1977/re1977050.pdf

Portugueses

Celebramos hoje o dia de Camões, que a tradição consagrou como o dia de Portugal e que este ano distingue especialmente a coesão das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Camões não é apenas um dos escritores maiores da língua em que se exprime uma grande parcela da humanidade. A sua vida e a sua obra são a síntese admirável das vicissitudes, da grandeza, do génio com que nos afirmámos como nação, e o exemplo da aventura e do desprendimento com que nos lançámos na tarefa de abrir, aos povos da terra, os caminhos do seu mútuo conhecimento.

Nascemos do entrecruzar de vários povos e de civilizações diversas e disso herdamos este nosso jeito de nos fundirmos com outras gentes, sem ambições coletivas e duradoiras de domínio.

Cedo afirmámos, na europa dos velhos impérios, a nossa determinação de sermos pátria e com razão nos orgulhamos de ter mantido através da história a nossa identidade primitiva. Da europa partimos à procura do mundo guiados por ideais que perduraram para além dos interesses efémeros que os acompanhavam. Nem o atraso com que em África respondemos ao sentido da história, nem as conseqüentes precipitações e erros que lhe somámos, comprometeram irremediavelmente o património que partilhamos com os povos que na mesma língua exprimem os valores duma longa vida comum.

O nosso regresso aos limites da pátria originária não poderia realizar-se sem a crise de identidade que atravessamos e sem os sacrifícios, por vezes dramáticos, no quotidiano dos

desalojados e dos desempregados. A comemoração de Camões neste dia é por isso um convite à meditação sobre o nosso passado, um passado que nos glorifica e compromete, que nos estimula e responsabiliza.

Não é por acaso que as celebrações das comunidades portuguesas, que em todas as partes do mundo hoje se realizam, têm o seu ponto central nesta histórica cidade da guarda. Os erros de conceção, política, a falta de visão sobre os destinos do mundo moderno e a consequente insuficiência do ritmo de desenvolvimento no nosso país, lançaram nos caminhos da emigração, nas últimas décadas, mais de um milhão dos nossos compatriotas. Este facto, se outros não houvesse, bastaria para condenar o regime que governou o país até abril de 1974.

Grande parte dos que se exilaram da sua própria terra saíram deste e de outros distritos do interior, sem apoios nem proteção verdadeiros exilados políticos, sentiam na carne o desespero e a exploração, mas mantiveram os seus laços com Portugal e ajudam hoje os que ficaram ou os que voltaram para participar na reconstrução da pátria.

A escolha desta cidade para sede das comemorações nacionais é por isso uma homenagem todos quantos persistem em manter raízes e investir esperanças na terra que os viu nascer.

Com o regresso à Europa cumpriu-se um ciclo importante da vida portuguesa. Não faltam os que só encontram nesse passado motivos de condenação, como também não faltam os que vêm no encerrar de um império, mais sonhado que feito, o ocaso duma pátria quase milenária.

O balanço deste período haveremos de fazê-lo quando o tempo propiciar a serenidade e o rigor que o crepitar das paixões não consente.

Temos, contudo, que assumir essa herança, repositório do esforço e do sacrifício, grandeza e também dos erros das gerações que nos legaram a pátria que somos. Não é legítimo dissociar as páginas de grandeza das linhas do passivo. Julgar os factos de um tempo histórico fora da sua realidade envolvente, ou querer impedir, nome dos valores desse passado, a marcha do homem para a sua libertação, seria atraiçoar por igual o passado e o futuro. Sobejam-nos razões para nos revermos nessa herança sem preconceitos e sem complexos.

Deixámos nas mãos dos povos com quem convivemos instrumentos de progresso. Mantemos a capacidade e o interesse em ter com eles a relação fraterna que constitui o traço mais marcante da nossa maneira de estar no mundo.

Vivemos o raro privilégio de começar uma nova era e as dificuldades do momento presente não nos podem isentar das responsabilidades que assumimos de extrair de tudo o que acaba um novo princípio.

Celebramos em Camões os valores perenes da nossa identidade e da nossa vocação universal; nas comunidades portuguesas que pelo mundo labutam consagramos o esforço, o sacrifício e a capacidade de criar do nosso povo.

Estes são motivos bastantes para encetarmos o caminho da reconciliação nacional em torno dos valores que, sendo de ontem, são de sempre, e que, sendo património de gerações, estão depositados na consciência de cada português.

Libertos da angústia coletiva que as grandes fraturas da história geram no inconsciente dos povos, redefiniremos na base das comunidades lusíadas um novo conceito de povo e de pátria. São os homens e não só os territórios que definem os povos. É a Cultura e o empenho comum de construir um futuro solidário que em cada momento fazem as pátrias.

A recuperação da identidade nacional e o relançamento de um projeto universalista de um povo que ultrapassa os limites do seu próprio território pressupõem naturalmente a superação dos problemas e das dificuldades com que nos debatemos.

Temos de nos convencer definitivamente que é nos portugueses que assenta a recuperação do país.

O reforço da nossa identidade num mundo caracterizado por uma forte interdependência económica depende da nossa capacidade de produção e da viabilidade do projeto económico global, assente nas nossas potencialidades na nossa experiência e na qualidade universalista das nossas relações.

Esta é uma verdade de que temos andado esquecidos: precisamos de produzir mais!

Precisamos de produzir melhor!

Para atingir estes objetivos será necessário trabalhar sem hesitações, realizar novos projetos sem esperar proteções artificiais, investir com decisão nas novas oportunidades abertas e desenvolver as nossas especializações naturais.

Os portugueses que mourejam o seu dia a dia noutros países e que patrioticamente têm posto as suas poupanças ao serviço da recuperação económica de Portugal têm uma autoridade indiscutível para nos exigir um acréscimo de esforço.

Acréscimo de esforço que terá de refletir-se no aumento da produção e no empenhamento conjugado de todos os trabalhadores sejam dirigentes quadros ou operários.

Os trabalhadores estão cada vez mais cientes de que a indisciplina nas relações de produção e a baixa produtividade comprometem não só a garantia de benefícios já adquiridos, mas ainda a possibilidade de melhoria real das suas condições de vida. Mas não basta produzir mais. É preciso reorganizar a produção para produzir melhor.

A esta responsabilidade histórica não podem furtar-se, particularmente, os quadros e dirigentes das empresas públicas e privadas e da administração estadual. Na sua capacidade de inovar e organizar reside uma das condições essenciais ao êxito do novo projeto económico.

Nesta perspetivada, competência, o mérito, a criatividade, a descoberta, o risco, são valores a premiar, do mesmo modo que se deve por termo à camuflagem da incapacidade com artificios partidários e ideológicos ou com protecionismos injustos e retrógrados.

O reforço da identidade nacional passa também pela revitalização e atualização do nosso património cultural e técnico.

Temos de aprender a aplicar à economia de valores culturais acumulados em oito séculos de história.

O nosso país teve o raro privilégio de se construir no diálogo com a humanidade. Nada do que é humano foi estranho aos portugueses; pelo contrário, à nossa personalidade cultural,

como unidade orgânica, é o produto do intercâmbio e do confronto com outros povos e outras culturas.

Este conjunto de valores, ao qual devemos o que somos, deverá ser prosseguido pelo contínuo aproveitamento da riqueza cultural resultante do fluir da vida nos campos, nas fábricas, nos lugares de meditação e de convívio.

A plena valorização destas fontes naturais do saber não pode dispensar, no entanto, o estudo sistemático e a investigação orientada que às universidades compete promover e sintetizar a fim de que o nosso lugar na idade do homem seja digno das bases científicas da nossa epopeia de quinhentos.

O desafio que enfrentamos não se vencerá sem "calejar as mãos" dos que trabalham. É um erro supor que as nações se constroem com grandes discursos políticos. Pelo contrário, a luta que empreendemos será estéril se a criação cultural não permitir ao país repensar constantemente:

- a sua capacidade de planear e prever,
- a viabilidade do seu projeto,
- o seu poder de invenção de realizações necessárias e insubstituíveis,
- a sua aptidão para competir com estruturas produtivas cada vez mais agressivas e mais sofisticadas.

A emigração teve o mérito de demonstrar que possuímos a condição mais importante para a edificação de uma economia próspera. Muitos dos trabalhadores Portugueses que passaram a fronteira venceram em meses decénios de estagnação técnico-cultural. O repto contido neste facto histórico deveria mobilizar toda a nação.

Portugueses

Não quero alongar-me sobre os problemas que enfrentamos e cuja permanência esvazia de sentido os ideais que deram razão de ser à revolução de abril.

Celebrar Portugal comemorando Camões e as comunidades portuguesas é chamar a atenção para valores que ultrapassam o tempo e que transcendem o espaço.

Para além do tempo, para além do espaço, há razões profundas pelas quais nos sentimos portugueses.

É em torno dessas razões e com o objetivo de conseguir em liberdade uma sociedade mais justa que se nos impõe a reconciliação nacional.

A inexperiência resultante de um longo afastamento dos cidadãos da vida política conduziria naturalmente a excessos que se traduziram numa certa intolerância na convivência cívica.

Mas não seria legítimo que a querela partidária e ideológica, natural num estado democrático, pudesse ameaçar a realização de tarefas coletivas indispensáveis à concretização do projeto nacional.

Vivemos a prova real da nossa vocação histórica. O nosso futuro não depende agora das questões menores da conjuntura e da especulação políticas, mas sim do poder de realização do projeto universalista que foi o dos nossos antepassados e que há-de continuar a ser o nosso, no quadro de relações que em quinhentos sonhamos estabelecer com todo o mundo.

A coesão das comunidades portuguesas à volta dos valores da nossa cultura e dos objetivos que constituem o nosso projeto de sociedade, há de permitir-nos encontrar a solução dos problemas que urge resolver.

Não nos faltam razões para nos sentirmos solidários na tarefa de reconstruir Portugal.

Porque o futuro é de todos, Portugal precisa do esforço de todos os portugueses.

Anexo 2 – Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1986, proferido pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares

Presidente:	Mário Soares
Data:	10 de junho de 1986
Local:	Évora
Acesso:	Soares, Mário (1987) <i>Intervenções</i> , Vol.I., Imprensa Nacional casa da Moeda, Lisboa.

1 — CELEBRAR PORTUGAL NA EVOCAÇÃO DE CAMÕES *

Celebrar o Dia de Portugal não deve ser uma exibição retorcida de glórias passadas, nem um ato repetitivo de rituais sem alma. Tem de constituir muito mais do que isso: a afirmação consciente do orgulho de ser português e da perenidade da Pátria — do seu passado e da sua história, do seu futuro e da sua esperança. Não perdendo de vista que nos cabe a todos nós, Portugueses desta hora, ser a memória desse passado e a vontade desse futuro.

Celebramos Portugal na evocação de Camões. Este singular destino que une uma pátria ao seu maior poeta faz-nos pensar na cultura que nos identifica e na língua que nos exprime. Nos nossos maiores e nos nossos valores.

Ao homenagearmos Luís de Camões, honramos todos aqueles que *por obras valorosas se foram da lei da morte libertando*, em qualquer tempo, e são os traços do rosto em que nos reconhecemos Portugueses universais. Universais porque em todo o lado onde bate um coração português há o testemunho vivo do nosso modo de ser e de estar no Mundo. As comunidades portuguesas, que hoje solidariamente lembramos, longe da terra, estão irmanadas connosco no mesmo abraço que a todos une.

Pátria pelo mundo repartida, neste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, como que nos detemos para melhor nos olharmos e redescobrirmos como País e como Povo.

Somos hoje uma Pátria livre, tolerante, pacífica, em busca do desenvolvimento e da modernidade. O 25 de Abril permitiu-nos o reencontro com o melhor da nossa tradição

democrática, que tanto influenciou a nossa história desde os seus alvares, como ensinou Jaime Cortesão. Deu-nos ainda a possibilidade de retomarmos orgulhosamente a nossa dupla condição, portuguesa e europeia. Reconciliou-nos com a nossa própria história, com o que de melhor fomos e somos.

Está agora nas nossas mãos fazer de Portugal um país moderno e justo, onde dê gosto viver, trabalhar, criar, onde todos caibam sem discriminações e aceitando com naturalidade o que nos diferencia e singulariza, na unidade nacional. A responsabilidade pertence a todos, sem exceção.

Temos uma cultura multissecular que levou a Europa ao vasto Mundo e que, nos últimos anos, se vem afirmando, em todos os domínios, com uma pujança e uma vitalidade de que nem sempre nos damos conta, mas que responsáveis estrangeiros sublinham com interesse e admiração. Na literatura, nas artes plásticas, no cinema, nas ciências, nas modernas tecnologias, no desporto.

Somos hoje uma comunidade linguística que conta cerca de 150 milhões de seres humanos, prevendo-se, à entrada do ano 2000, que esse número se eleve acima dos 200 milhões, realidade que nos confere um peso no concerto das nações que nos trará decerto benefícios e também novas responsabilidades.

Nesta histórica cidade de Évora, património artístico incomparável, que não nos pertence só a nós, Portugueses, mas à Humanidade, no Dia de Portugal e nesta hora de esperança, é chegado o momento de sacudir o desânimo e a descrença, de afastar definitivamente o pessimismo nacional, que há tantas décadas nos acompanha. Portugueses de hoje, temos o dever de encarar o futuro com confiança e determinação, conscientes do que nos cumpre fazer, das imensas potencialidades de Portugal.

Demos a palavra às novas gerações e incitemo-las a entregar à Pátria, livremente, a criatividade da sua juventude. Saibamos estar à altura do melhor da nossa história e da nossa cultura. Em solidariedade, ergamos o nome de Portugal no Mundo, com feitos e obras valorosas, ao serviço do homem, da nossa terra e da paz.

*** Discurso proferido em Évora, em 10 de Junho de 1986, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas**

Anexo 3 - Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1996, proferido pelo Presidente da República Dr. Jorge Sampaio

Presidente:	Jorge Sampaio
Data:	10 de junho de 1996
Local:	Lagos
Acesso:	http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/main.html

Celebramos o 10 de Junho em Lagos, cidade de tão ilustres e antigas memórias ligadas à aventura dos descobrimentos portugueses, que estamos a comemorar até ao fim do século. Festejamos o Dia de Portugal sob a evocação de Camões e em comunhão com as comunidades portuguesas e de lusodescendentes dispersas pelos cinco continentes. Essas comunidades estão presentes no nosso afeto, quaisquer que sejam as terras, próximas ou longínquas, onde vivam e trabalhem, prestigiando o nome de Portugal.

Neste dia, saudamos também fraternalmente todos os povos que falam a língua que nos é comum e que a enriquecem com as suas experiências plurais e com as visões do mundo que lhes são próprias: Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e o povo de Timor-Leste, que tem resistido heroicamente à opressão e à violência. Temos a responsabilidade de defender em todas as circunstâncias, não abrandando a nossa voz, o seu direito inalienável à autodeterminação, à liberdade e à identidade cultural e religiosa.

Todos esses povos são nossos irmãos pela história, pelo convívio secular, pelo afecto e pelo entendimento, são nossos irmãos pela língua, vamos constituir agora a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que contará com 200 milhões de seres humanos, e que temos a obrigação de considerar como um desígnio estratégico fundamental, tornando-a realidade viva de cooperação e força activa dos mais sérios desafios pois essa é uma exigência de afirmação. Esse será no futuro um dos mais sérios desafios que temos, o qual terá de ser ganho, pois essa é uma exigência fundamental dos nossos povos.

Portugal está sempre pronto a prestar a sua colaboração, quando desejada, em todos os actos e processos que visem a paz, a democracia e o desenvolvimento dos países irmãos. Pela nossa parte, entendemos ter o dever de fazê-lo com isenção e sem complexos, que já não têm

razão de ser, na solidariedade e no respeito pela vontade soberana de cada povo. Torna-se imperioso valorizar o muito que temos em comum, independentemente das opções livres de cada Estado. Sabemos que a língua é o mais forte e perene traço de união, constituindo o fundamento da comunidade que vamos instituir e o grande instrumento da sua projecção no Mundo.

O prémio Camões que entregamos a Eduardo Lourenço é um símbolo dessa comunidade e da língua em que o grande ensaísta tem dado voz às mais fundas questões postas pelos homens neste século, procurando respostas, logo a seguir transformadas em novas perguntas. Também é nesta língua que Eduardo Lourenço vem sondando, sem descanso, a nossa história, a nossa cultura, a nossa mitologia, com uma inteligência criadora excepcional. Graças a ele conhecemos melhor o que somos como homens deste tempo e como portugueses herdeiros dos vários tempos da história.

Pátria que fez da viagem, da procura, da descoberta, do encontro de culturas e de civilizações a substância da sua identidade, Camões simboliza-a e simboliza-nos. O seu Poema constitui a referência maior da nossa biografia colectiva. Em cada época, tem sido possível lê-lo com actualidade renovada. No nosso tempo, essa leitura surpreende-nos, mais do que nunca, pela força intacta e pela validade da sua mensagem.

Talvez isso aconteça porque Camões viveu num tempo de crise que, como o nosso, estava submetido às pressões contraditórias de uma era que findava e de outra que nascia. Como hoje, tinha sido abalada a imagem que os homens possuíam da sua condição e do seu destino. O nascimento da ciência experimental moderna e a descoberta de «novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos; e o que mais é, novo céu e novas estrelas», como disse de forma tão bela Pedro Nunes, teve fundas repercussões no pensamento e na vida.

Portugal esteve na origem do movimento de consciência e da atitude de progresso que é o melhor da cultura europeia.

Camões, com o seu génio, experimentou e captou esse clima de mudança, hesitação, dúvida, conflito interior. Nele, como em poucos, cruzam-se a herança recebida do passado e o apelo visionário do futuro. Compreendeu que «todo o mundo é composto de mudança» e que «continuamente vemos novidades». N' *Os Lusíadas* está o mundo e está Portugal que deu a conhecer o mundo a esse mundo. Mas *Os Lusíadas* não são apenas uma epopeia glorificadora, são também um manual de sinais e de advertências para os perigos e as consequências dos erros humanos.

A memória das glórias do passado nunca pode ser refúgio para as decepções ou a insatisfação do presente. Os povos que assim procedem perdem energia e alma, ficam prisioneiros de si mesmo. Nós queremos, justamente, lembrar os grandes exemplos do passado, de modo a neles colher ânimo para olharmos o futuro. No caso de Camões, retemos a lúcida coragem de pensar o novo e o diferente. É dela que precisamos para enfrentarmos as novas faces de um tempo, cujas características maiores são a complexidade e a imprevisibilidade

A nossa época — que é a época da globalização, do espaço, da comunicação, da Internet — exige uma atitude que os Portugueses estão em boas condições de compreender. Exige sentido do universal, consciência da unidade do Mundo e de que tudo está ligado a tudo, capacidade de pressentir o que vai aparecer, coragem de correr riscos.

Os Portugueses deram historicamente provas desses atributos, com desassombro e perspicácia para vencer dificuldades, curiosidade pelo novo e adaptabilidade ao diferente e ao mutável.

A afectividade da nossa maneira de ser é também um valor muito importante num mundo que precisa ser re-humanizado.

A democracia procura, hoje, novas formas de participação nas decisões e novos meios de aproximação entre os eleitores e os seus representantes, estes objectivos passam pela maior abertura das instituições e por uma mais autêntica e consequente ligação às pessoas, à vida quotidiana e aos problemas concretos. As qualidades humanistas que sempre evidenciámos de proximidade afectiva e abertura cultural podem, nesse sentido, ter um carácter vivificador exemplar. Devemos fazer delas a marca criadora da nossa intervenção cívica e política.

Porque sabemos que esses são poderosos trunfos que possuímos e que temos de saber valorizar, devemos também evitar, combatendo-os, aqueles motivos que nos provocaram, no passado, períodos de decadência. Temos de ser sempre mais exigentes na prática quotidiana da democracia, aperfeiçoando as instituições e as relações de tolerância entre os cidadãos que devem participar e fazer ouvir a sua voz. Devemos ser mais exigentes connosco próprios, com o que somos e o que fazemos, com o contributo que damos à comunidade. A nossa história ensina-nos que, nos períodos de progresso, fomos sempre capazes de integrar, sem conflitos, o trabalho e o valor individuais no esforço e na acção colectiva, valorizando-os mutuamente.

Temos de ser mais perseverantes no alcançar dos objectivos, mais combativos nos desafios a vencer, mais organizados e firmes na execução dos projectos, mais ambiciosos nos desejos

e aspirações. Devemos cultivar o que sabemos ter de bom e corrigir o que não nos satisfaz, devemos afirmar os valores da nossa identidade secular e não ter medo de assumir um novo patriotismo, atento à lição da história, dinâmico e mobilizador, com raízes no passado e voltado para o futuro.

Orgulhamo-nos legitimamente de pertencer a uma nação secular, com uma cultura riquíssima, uma grande história e que é hoje uma terra livre de mulheres e homens livres.

A nossa relação com Portugal não é apenas consubstanciada numa ideia. É também um instinto e um sentimento forte, vivo e mobilizador.

Afirmarmos esse sentimento não é uma proclamação retórica, é um compromisso reafirmado que significa assumirmos um sentido de responsabilidade activa e de partilha solidária. Esse compromisso traduz-se em não aceitarmos nem a discriminação nem a exclusão de ninguém, em prestarmos apoio e atenção aos que mais precisam. Significa que cada um sente como seu o destino de todos, lutando contra o egoísmo que alheia, contra a passividade que desresponsabiliza, contra o fatalismo que faz desistir. É combater pela liberdade, pela justiça, pela solidariedade. É defender a nossa identidade, a coesão nacional, a língua, a cultura, bens preciosos que temos de enriquecer, acrescentar e afirmar no mundo.

O novo patriotismo de que vos falo assenta na força da coesão nacional e no dinamismo social com consciência de que a acção individual se continua e enriquece na relação com os outros, visando o bem do País. Este patriotismo não é fechado nem incompatível com a nossa participação activa nos projectos e organizações internacionais a que pertencemos e às quais queremos dar o nosso contributo original.

Gostaria que os Portugueses não encarassem a celebração deste dia como um ritual vazio que se repete ou uma formalidade oficial que se cumpre. Gostaria que todos e cada um de nós fizéssemos uma pausa para pensar nos deveres que temos para com Portugal, qualquer que seja o nosso lugar na sociedade, pois somos todos portugueses. Gostaria que este dia de Portugal fosse sentido pelos Portugueses como o seu dia e o dia de todos. Desejo que estas celebrações contribuam para estreitar os laços que nos unem e nos tornam uma comunidade em movimento, coesa e forte.

Nós não fomos e não somos uma nação porque estamos juntos ou porque o destino nos juntou. Somos uma nação porque nos quisemos e nos queremos juntos, coesos e solidários, para construir alguma coisa que valha a pena e que, por ela, as gerações futuras guardem

memórias de nós, como nós conservamos memória dos que nos antecederam e fizeram Portugal.

Somos uma nação, porque temos uma vontade colectiva, confiança em nós próprios, nas nossas capacidades e na nossa ambição de fazer mais e melhor.

Sabemos que há dificuldades, atrasos, injustiças e problemas graves. Conhecemos a situação de alguns dos nossos concidadãos. Eu não os esqueço. Sabemos que a Europa atravessa um período de definição. Temos consciência de que se exige de nós um grande esforço, que é fundamental para o futuro. Por tudo isso, precisamos de afirmar o que nos une, reforçar o que somos, fazer ouvir a nossa voz, valorizar as pessoas e, em especial, os jovens, não desperdiçar energias e recursos, defender os nossos interesses, assegurar a estabilidade e a paz cívica. Não queremos ficar na defensiva, à espera, queremos participar, ajudar a construir o Portugal, a Europa e o mundo do próximo milénio.

Neste tempo, uma das responsabilidades dos que recebem dos seus concidadãos o mandato e o encargo de os representar é a procura de consensos amplos e dinâmicos, em torno de princípios e objetivos essenciais. Só deste modo se evita a tentação de tudo voltar sempre a pôr em causa, recomeçando de trás.

É através dos consensos responsáveis e sólidos que é possível a definição de acordos e formas estáveis de entendimento e concertação, a partir das quais se pode progredir com segurança.

A experiência dos vinte e dois anos vividos em democracia dá-nos esta lição: quando alcançámos consensos, duradouros, que não foram postos em causa, conseguimos reforçar as instituições, aprofundar as reformas, prestigiar a política e consolidar o próprio regime democrático. Importa ter presente essa lição.

Como Presidente da República, eleito pelos Portugueses com o compromisso de deles estar próximo e de em seu nome falar, tudo farei para mobilizar o País em defesa dos grandes princípios e em torno dos objectivos que nos unem e fazem avançar.

Neste dia de tão grande significado, aqui, em Lagos, junto ao mar que nos fez grandes, reafirmemos, com confiança no futuro, a nossa vontade de engrandecermos Portugal e de servirmos o povo português.

Anexo 4 - Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 2006, proferido pelo Presidente da República, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva.

Presidente:	Cavaco Silva
Data:	10 de junho de 2006
Local:	Porto
Acesso:	http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/diadeportugal2006/?id_categoria=9&id_item=91&action=7

Neste Dia de Portugal saúdo todos os Portugueses.

Esta é uma data festiva, em que Portugal se reencontra consigo mesmo para celebrar a memória do seu Poeta maior e para saudar as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Não é preciso explicar o motivo pelo qual foi escolhido o Porto como cidade anfitriã das primeiras comemorações do 10 de Junho do meu mandato presidencial. Daqui houve nome Portugal. E daqui sempre houve o que de melhor existe na portugalidade: uma vontade granítica de triunfar, uma frontalidade orgulhosa e leal, a indomável ambição de ser maior. Aqui, nesta cidade do Porto, na alma livre das suas gentes de trabalho e de palavra, residem os valores mais perenes do País que hoje celebramos.

O 10 de Junho é a ocasião mais propícia para Portugal se pensar como futuro. Não comemoemos esta efeméride como um ritual passadista em que se exaltam nacionalismos que perderam sentido no nosso tempo. E também não vejamos no 10 de Junho o mero pretexto para uma comemoração que, de tão repetida, corre o risco de se esvaziar de sentido.

Temos de assinalar o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas com uma perspectiva do passado e uma visão para o futuro. Recebemos a herança de um passado ilustre. Mas temos de estar conscientes de que a melhor forma de evocar a História é enfrentando os desafios que o País tem hoje pela frente.

A obra de Camões traduz esse misto de orgulho pelo passado e de preocupação pelo amanhã que deve presidir às opções que temos continuamente de fazer. No Dia de Portugal e de Camões celebramos o Portugal que não se conforma com a falta de ambição e que conhece

o êxito em muitos sectores onde quis e soube afirmar-se. O Portugal que quer olhar o futuro com determinação, coragem e vontade de vencer.

Celebramos, também, o inestimável património que é a língua portuguesa, partilhada por outros sete Estados que a têm por língua oficial e que a utilizam na sua prática política, jurídica e administrativa, na comunicação técnica e científica, na criação literária e artística.

Neste dia 10 de Junho, quero interpelar directamente os Portugueses, todos e cada um, exortando-os a reflectir sobre o que desejam e o que se dispõem a fazer pelo seu País. Entre os Portugueses de ontem e os Portugueses de amanhã, que papel está reservado aos Portugueses de hoje?

Na vida pessoal, na família, no trabalho, no comportamento cívico, na atitude para com os outros, no pleno aproveitamento dos recursos de que dispomos, temos estado à altura das nossas responsabilidades e das gerações que nos precederam?

Ambicionamos um País mais rico e mais justo, uma sociedade que não seja atravessada por tantas assimetrias e desigualdades, um território mais equilibrado no desenvolvimento de todas as suas parcelas. Desejamos um Portugal com recursos humanos mais qualificados, com empresas mais competitivas, com serviços públicos de qualidade.

Precisamos de um sistema de justiça eficiente e acessível, a que os cidadãos possam recorrer com confiança na celeridade e eficácia das decisões. Desejamos, enfim, um Portugal que se reveja no melhor do seu património histórico e cultural e que saiba não só preservá-lo, mas também promovê-lo e torná-lo maior, na riqueza e criatividade das suas manifestações.

A insatisfação colectiva, que nos levou por mares tão longínquos, é um dos traços mais salientes do nosso destino comum. Mas também o é a coragem para enfrentar dificuldades. Sem ela, teríamos ficado reféns da resignação. Sabemos bem, e a história demonstra-o: Portugal será essencialmente o que dele fizermos. Ninguém o fará por nós.

Quero, pois, neste 10 de Junho, fazer um apelo aos Portugueses a que não se resignem e a que não se deixem vencer pelo desânimo ou pelo cepticismo. Isso seria indigno do nosso passado, um desperdício do nosso presente e o adiar do nosso futuro.

Devemos comemorar o dia 10 de Junho com confiança nas nossas capacidades como pessoas e como Povo, na certeza de um futuro com mais progresso e bem-estar social.

Portugueses

Há uma certa tendência para atribuir aos outros muito daquilo que nos acontece. Damos a impressão de que não nos conformamos com as coisas e, no entanto, esmorecemos na vontade de as mudar.

Acreditámos que as riquezas da Índia, do Brasil ou da África ou que os fundos da União Europeia seriam suficientes para trazer o progresso por que ansiávamos. Não nos iludamos. No mundo cada vez mais interdependente, globalizado e competitivo, vivemos cada vez mais dependentes de nós próprios, do nosso trabalho, da capacidade para defendermos os nossos interesses no plano externo. As condicionantes que enfrentamos colocam-nos novas exigências, mas não nos impedem de realizar as nossas justas ambições. Portugal será, essencialmente, o que quisermos que ele seja. Nem mais, nem menos; nem melhor, nem pior. É por isso que somos uma nação livre, soberana e independente.

Ser independente é ser responsável. E a responsabilidade implica ter uma noção clara e exigente dos direitos, mas também dos deveres, colectivos e individuais, sem o que a exigência e as críticas não serão respeitadas como devem ser.

É, por isso, necessário fazer o balanço não só do que gostaríamos de ver feito mas também do modo como a acção de cada um pode contribuir para que o resultado colectivo nos contente.

Foi-se instalando na mentalidade colectiva a ideia de que o Estado é, para o bem e para o mal, a raiz e a solução de todos os nossos problemas. Daí nasce a relação nem sempre amadurecida e responsável que os Portugueses têm com o Estado.

Quando, por exemplo, nos alarmamos com o insucesso escolar dos nossos filhos, o impulso é atribuir todas as culpas ao sistema de ensino, aos responsáveis políticos, aos professores... Só raramente nos lembramos de que a educação é uma tarefa da escola mas é também um dever da família, que não pode demitir-se do seu papel essencial na educação dos filhos e na

transmissão dos valores que os devem guiar pela vida fora, como cidadãos e como pessoas completas e íntegras.

Queixamo-nos muitas vezes de que os serviços de saúde são insuficientes para dar resposta às necessidades da população com os padrões de qualidade que outros países já alcançaram. Mas ainda não se valoriza suficientemente o forte contributo que podemos dar se os hábitos de consumo forem mais moderados e se reduzirmos os níveis preocupantes de alcoolismo, de tabagismo ou de obesidade, que persistem mesmo entre as camadas mais jovens da população.

O acesso a mais bens materiais não significa mais qualidade de vida se não for acompanhado da adopção de hábitos saudáveis e de estilos de vida que previnam os efeitos nocivos que nenhum sistema de saúde pode resolver. Temos que cuidar melhor da nossa saúde para que o sistema de saúde possa cuidar melhor de nós.

Quando olhamos indignados para as estatísticas da sinistralidade rodoviária, que nos envergonham se comparadas às dos restantes membros da União Europeia, exigimos do Estado estradas seguras, forças policiais bem equipadas e campanhas de prevenção.

Esquecemos que tudo isso jamais será suficiente se o comportamento dos condutores não for prudente e não tiver respeito pelas regras estabelecidas e pelos outros. Não tenho receio de o afirmar: a atitude dos Portugueses nas estradas é um exemplo do País que não devemos ser.

Envergonhamo-nos por persistirem, no Portugal do século XXI, situações gritantes de injustiça e pelo facto de a desigualdade na distribuição de rendimento ser a maior entre os países da União Europeia. Mas a indignação contra tal situação devia ser acompanhada pelo rigoroso cumprimento das obrigações fiscais e de responsabilidade solidária que cabem a cada um de nós.

Lamentamos ainda situações de degradação ambiental visíveis em muitas zonas do nosso País. Mas não seremos todos também responsáveis, por acção ou omissão, pela poluição que invade os rios, pelo lixo que suja as praias, pela destruição do nosso património histórico e paisagístico?

Nestes, como noutros exemplos, esquece-se a capacidade de acção individual e alguns dos mais importantes deveres de cidadania. São gestos simples, que estão ao alcance de todos, e que podem melhorar muito aquilo de que hoje nos queixamos.

Como afirmei no meu discurso de tomada de posse, "todos somos responsáveis pelo nosso futuro colectivo".

Portugueses

Acabámos de assinalar os trinta anos da Constituição da República. A nossa Lei Fundamental contempla um conjunto muito vasto e diversificado de direitos, seja no plano das liberdades e garantias seja no plano dos direitos económicos, sociais e culturais. Temos que assumir que a concretização desses direitos e liberdades, nomeadamente dos direitos sociais, tem um custo. E que o Estado só pode suportar esse custo se contar com o contributo e a iniciativa de todos e de cada um dos cidadãos. O Estado somos nós.

É urgente interiorizar esta pedagogia republicana dos deveres cívicos. Se olharmos à nossa volta, encontraremos bons exemplos de como uma forte cultura cívica é um recurso insubstituível que, só por si, pode determinar a diferença no sucesso e no desenvolvimento dos países. Olhemos, a este propósito, a Diáspora portuguesa. As comunidades da Diáspora construíram no estrangeiro o Portugal que aqui não encontraram. Os emigrantes portugueses são o exemplo vivo do inconformismo e da necessidade de adaptação que nos deve estimular em tempo de incertezas e encruzilhadas.

Temos, além disso, o dever de acolher e integrar os que, no respeito das leis do País, nos procuram como nova fonte de esperança e oportunidade, os imigrantes que chegam de outros países dispostos a lutar por uma vida melhor. Temos de pensar a República como uma comunidade de destino e de futuro, feita de cidadãos livres e responsáveis. Temos de fazer da ética da responsabilidade uma marca integrante do espírito de todos os Portugueses, sem a qual esforço, trabalho e riqueza serão desperdiçados.

Dirijo-me especialmente aos jovens, que já vivem com a noção do mundo global, que convivem e comunicam sem fronteiras, e que por isso têm conhecimento pleno de como é importante assumir e esperar dos outros uma cultura de direitos e deveres.

Nos jovens, há um capital de esperança e um ímpeto generoso e exigente que não deve ser frustrado, antes estimulado e enaltecido, com bons exemplos em todos os sectores da vida nacional.

Neste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, desafio os Portugueses a pensar no País que queremos e na responsabilidade de cada um. Todos queremos deixar às gerações futuras a herança de um país social, cultural e economicamente mais rico, um Portugal melhor.

A comemoração do passado, num dia como o 10 de Junho, só tem um sentido pleno se trouxer consigo a promessa de um futuro diferente.

Neste dia de Camões, desafio os Portugueses a responder com ambição às perguntas com que um outro poeta, Jorge de Sena, nos inquietou:

"Que Portugal se espera em Portugal?
Que gente há-de ainda erguer-se desta gente?"

Sei que podemos responder. Portugal será o que fizermos dele. Disse.

Anexo 5 - Discurso comemorativo do 10 de junho de 2016 proferido pelo Presidente da República Professor Marcelo Rebelo de Sousa

Presidente:	Marcelo Rebelo de Sousa
Data:	10 de junho de 2016
Local:	Terreiro do Paço, Lisboa
Acesso:	http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=108920

Intervenção na Cerimónia militar comemorativa no Terreiro do Paço

10 de junho de 2016

Militares de Portugal, antigos combatentes,
Portugueses,

Celebramos hoje o dia das Forças Armadas e não seria justo celebrá-lo num outro dia que não no dia de Portugal. Aqui estamos, pois, com as nossas Forças Armadas, garantes da nossa independência e da nossa constituição democrática e social.

Celebramos também o dia das comunidades. Hoje mesmo estaremos com os nossos compatriotas em França, para lhes darmos sinal da nossa gratidão pela pátria que todos os dias engrandecem. Em França e por todo o mundo, com o orgulho vivido de serem portugueses ou luso-descendentes.

Celebramos ainda Camões, poeta máximo das nossas epopeias passadas, exemplo maior de português de sempre e para sempre.

Reunindo as três celebrações num só dia, celebramos a quinta-essência do 10 de junho, Portugal.

E Portugal é o seu povo, ele não vacila, não trai, não se conforma, não desiste. A sabedoria, hoje, como há nove séculos, reside no povo, e Portugal avançou e cresceu sempre que as elites, interpretando a vontade popular, os seus desígnios, as suas aspirações o guiaram em comunhão plena. Assim, ao longo dos séculos, se foi construindo e consolidando a identidade nacional. E nos momentos de crise, quando a pátria é posta à prova, é sempre o povo quem assume o papel determinante.

Foi o povo, o povo armado, os soldados de Portugal, e o povo não armado, quem nos deu a possibilidade de aqui estarmos hoje a celebrar Portugal. Foi o seu sangue que mais correu desde a conquista do território, com Afonso Henriques, e ao longo de toda a sua História.

Foi o povo, a arraia miúda, quem valeu ao Mestre de Avis.

Foi o povo quem não se vergou durante 60 anos até chegar o primeiro de dezembro de 1640.

Foi o povo, soldados e não soldados, quem também fez frente às invasões do princípio século XIX.

Foi o povo quem, na instauração da República, sonhou, lutou e persistiu na busca de um país melhor. Foram os soldados de Portugal que resgataram com o povo, para nós a honra e deram sentido à palavra Liberdade.

Foi o povo quem, nos momentos de crise, soube compreender os sacrifícios e privações em favor de um futuro mais digno e mais justo. O povo, sempre o povo, a lutar por Portugal. Mesmo quando algumas elites - ou melhor, as que como tal se julgavam - nos falharam, em troca de prebendas vantajosas, de títulos pomposos, de meros ouropéis luzidios, de autocontemplações deslumbradas ou simplesmente tiveram medo de ver a realidade e de decidir com visão e sem preconceitos.

Esse mesmo povo que hoje é garante do nosso desenvolvimento económico, da justiça social, do progresso na educação da cultura e na ciência na reconfiguração de Portugal como país de economia europeia, de raiz multicultural, expressão da língua portuguesa, plataforma entre continentes, culturas e civilizações, é esse povo que hoje, aqui e em França, queremos celebrar".

Aqui em Lisboa, seguro de estar a interpretar a vontade popular, condecoro militares cujos pundonor e percurso no passado ou no presente são exemplo para todos nós.

Mais tarde em Paris condecorarei, em nome de todos nós, alguns portugueses que durante os recentes atentados não hesitaram, por um instante, em dar abrigo e salvar quem fugia da destruição e da morte. Também eles são um exemplo de solidariedade e de humanismo, que devem ser realçados, mostrando assim que estamos atentos e gratos a todos esses portugueses que, ainda que longe, nos honram e nos orgulham, fazendo-nos vibrar por pertencermos à pátria que somos.

Este espaço, onde nos encontramos, concentra em si os factos mais significantes da história de Portugal desde antes do tempo das descobertas.

Podemos dizer que devemos aos acontecimentos ocorridos neste espaço o que somos hoje e o que fomos sendo desde o século XV. Aqui se misturaram gentes, culturas e produtos, vindos por terra ou trazidos por naus e caravelas, dos lugares mais longínquos que fomos descobrindo. O nosso cosmopolitismo, para não dizer o nosso universalismo, começou aqui. E foi aqui que a nossa independência foi perdida e foi recuperada por mais de uma vez e por isso a liberdade lhe está associada.

E neste exato espaço, a praça que aqui existia, os palácios que a contornavam, casario e ruelas, tudo desapareceu com o terramoto. Mas foi aqui também que demos prova de que somos capazes. Novamente a partir do nada, planeámos, reconstruímos, reerguemo-nos, Lisboa renasceu e a esta nova praça tornou-se uma das mais belas da Europa. Mostrámos ao mundo de então de que fibra somos feitos e do que somos capazes".

Hoje, em 10 de junho de 2016, desta mesma praça, que é símbolo maior do nosso imaginário coletivo, partimos, uma vez mais, rumo ao futuro. Somos portugueses, como sempre, triunfaremos.

Anexo 6 - Discurso da sessão Solene do dia 10 de Junho de 2016, em Paris, proferido pelo Presidente da República

Presidente:	Professor Marcelo Rebelo de Sousa
Data:	10 de junho de 2016
Local:	Paris, Câmara de Paris (<i>Hôtel de Ville</i>)
Acesso:	http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=109046

Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas em Paris

Je veux tout d'abord remercier la présence de monsieur le président François Hollande, dans cette cérémonie - c'est un honneur, c'est un grand plaisir - ainsi que l'accueil de madame la maire de Paris, Madame Anne Hidalgo, qui une fois de plus est l'expression de l'attachement de la France et des français à la communauté de portugais luso descendants qui résident en France depuis de décades.

Ce geste, monsieur le président, est la preuve de cette inoubliable amitié luso française qui se renforce au cours des années, notamment dans le cadre de nos relations bilatérale mais aussi dans le contexte européen.

Au nom du Portugal, je vous remercie chaleureusement votre présence.

D'ailleurs, je vous attends, en juillet, chez nous. C'est une façon de vous montrer comme nous vous aimons et aimons la France.

Aujourd'hui c'est la première fois, monsieur le premier ministre l'a remarqué, que les cérémonies de la fête de Portugal, qui est au même temps de Camões, le grand poète portugais, et des communautés portugaises, - c'est vous, c'est vous – ont lieu hors du territoire Portugais. De cette façon on a voulu mettre à l'honneur le rôle remarquable de nos communautés dans l'affirmation du Portugal dans les différentes régions du monde. En choisissant Paris, pour la célébration de ce jour, une option qui a été immédiatement accueilli par les autorités françaises, j'ai voulu aussi souligner que la capitale de la France est d'une certaine perspective, une capitale du Portugal, tenant considération l'importance de cette communauté portugaise qui réside et travaille à Paris et qui est pleinement intégrer dans la société qui l'a accueilli.

Le Portugal est présent à Paris à différents niveaux et je voudrais souligner l’empreinte de la culture portugaise dans cette ville qui s’exprime tout d’abord dans les expositions de peinture et d’architecture, mais avant tout le Portugal est présente à Paris à travers son peuple. En préservant son identité fidèle à ses origines, les portugais et luso français sont aujourd’hui un élément essentiel de la société française, une société démocratique, libre, ouverte et plural, marquée par la tolérance et la convivialité entre les deux. La communauté portugaise s’identifie avec les valeurs européennes, qui nous caractérisent depuis plusieurs siècles. Mais nous partageons le même chemin dans les principes la liberté, la fraternité, l’égalité, la démocratie, la loyauté à la République et à l’état de droit, l’état social de droit. Dans notre mémoire en même temps, existent encore les attentats barbares dont cette ville a été victime. Là aussi, quand Paris a été frappé par le terrorisme et par la barbarie, les portugais ont laissé leurs empreintes, l’empreinte de leur courage, de leur compassion vers les autres. Ça a été avec un grand honneur que le jour de la fête du Portugal j’ai décidé de décorer quatre portugais qui habitent ici, en France, à Paris, quatre portugais que d’ailleurs avaient été déjà distingués par vous, madame la maire, en reconnaissance de leur action héroïque, la nuit où Paris a été blessé par le terrorisme et par la violence radicale. La réponse à ce phénomène, a dit monsieur le premier ministre et très bien dit, doit être ferme, énergique, mais au radicalisme et la violence nous ne devons pas répliquée avec un radicalisme différent. Si cela aurait lieu, l’extrémisme serait victorieux en mettant en cause le principes et les valeurs de la tolérance, de la liberté qui nous définissent en tant que pays européen. La réponse des quatre portugais était remarquable, parce qu’elle a lié le courage au sens humanitaire. Elle n’a pas répondu à la violence avec plus de violence. Elle n’a pas pris le chemin du radicalisme ou de la xénophobie. Elle a été une réponse spontanée immédiate et issue du cœur, qui a des raisons que la raison ne connaît pas. Quatre portugais ont accueilli et ont prêté secours, sans hésitation, aux blessés et aux victimes des attentats du 13 novembre 2015. Cela a été avec beaucoup d’émotion qu’aujourd’hui je vais vous inviter Monsieur le Président, et là, je vais changer les règles des autos honorifiques portugaises, qui ne permettent pas à un chef d’état étranger de décorer les portugais. Vous allés, vous-même, m’aider à décorer deux des quatre portugais avec les insignes de Dame et chevalier de l’ordre de la liberté: Madame Manuela et Monsieur José Gonçalves, Madame Margarida dos Santos Sousa, Madame Natália Teixeira. Au nom du Portugal, je vous remercie infiniment. Parmi les victimes des attentats, nous avons aussi des portugais. Je me permets de saluer de façon

très affectueuse les blessés et les familles des deux victimes mortelles: Monsieur Manuel Colaço Dias, ressortissant portugais, et Precilia Jessica Aurea, une luso descendante.

C'est aussi avec beaucoup de fierté et émotion que je salue les infirmières et les infirmiers portugais et luso descendants, qui étant en service dans cette tragique nuit de novembre, ont accueilli et soigné les victimes des attentats. Je remercie aussi les journalistes luso descendants, qui nous ont transmis, dès les premiers moments, les événements qui ont marqué une nuit qui a touché l'Europe et le monde.

Leur courage, ont fait preuve en restant au côté des peuples français, témoignant de manière définitive l'amitié qui unit les deux pays dans les bons et dans les moments les plus difficiles. Aujourd'hui c'est un bon moment, le jour où nous fêtons notre jour national. C'est un jour de fête et de joie et c'est pourquoi je vais demander la permission à Monsieur le Président de la République Française, pour vous adresser, finalement, en portugais. Ce serait drôle que ce jour de Portugal je ne dirai pas même un mot à vous, chères compatriotes.

(A partir dos 07min.35sec.)

Queridos Portugueses, queridos compatriotas,

É com grande emoção que aqui estou, com o Senhor Primeiro Ministro. A emoção de quem tem, costumo dizer, a melhor parte da minha família, porque é o futuro, a viver fora do território físico de Portugal. Todos os meus netos vivem fora do território físico de Portugal. E, por isso, é com emoção que hoje penso neles, penso no seu presente e penso no seu futuro. E é com emoção que eu penso no vosso presente e no vosso futuro. Aqueles que aqui estão são dos melhores de todos nós. Quantos portugueses, não saíram, faz agora 50 anos, numa situação de pobreza, de dificuldade, de penosidade, para partir para longe, para recomeçar a vida, sozinhos, as famílias chegaram depois, e pouco a pouco foram refazendo a sua vida, com trabalhos duros, muito duros, no começo daqueles anos 60, e durante os anos 60 e nos anos 70.

A França não esquece, mas Portugal ainda esquece menos. A vossa coragem, a coragem dos vossos avós, dos vossos pais, que se transmita para os vossos filhos e os vossos netos. Vós sois dos melhores de todos nós. O Presidente da República Portuguesa, em nome de todas as portuguesas e de todos os portugueses, vos agradece o vosso exemplo. Bem hajam.

Vive Paris, Vive la France,

Viva Portugal.

Tradução ³⁴

Em primeiro lugar, quero agradecer a presença do Sr. Presidente François Hollande, nesta cerimónia - é uma honra, é um grande prazer - bem como o acolhimento da Senhora Presidente da Câmara de Paris, Anne Hidalgo, que mais uma vez é a expressão da ligação da França e dos franceses à comunidade de luso-descendentes portugueses que residem em França há décadas.

Este gesto, Senhor Presidente, é a prova desta inesquecível amizade luso francesa, que se fortaleceu ao longo dos anos, particularmente no contexto das nossas relações bilaterais, mas também no contexto europeu.

Em nome de Portugal, agradeço calorosamente por estar aqui.

A propósito, espero-vos em julho, em Portugal. É uma maneira de vos mostrar como vos amamos e amamos a França.

Hoje é a primeira vez, o primeiro ministro salientou-o, que as cerimónias do Dia de Portugal, que é ao mesmo tempo de Camões, o grande poeta português, e das comunidades portuguesas – sois vós, sois vós - ocorrem fora do território português. Desta forma, quisemos destacar o notável papel das nossas comunidades na afirmação de Portugal em diferentes regiões do mundo. Ao escolher Paris para a celebração deste dia, uma opção que foi imediatamente acolhida pelas autoridades francesas, quisemos também enfatizar que a capital da França é, numa certa perspetiva, a capital de Portugal, tendo em conta a importância desta comunidade portuguesa que reside e trabalha em Paris e está totalmente integrada na sociedade que a acolheu.

Portugal está presente em Paris em diferentes níveis e gostaria de destacar a marca da cultura portuguesa nesta cidade, que se expressa primeiro em exposições de pintura e arquitetura mas, acima de tudo, Portugal está presente em Paris através de seu povo. Preservando a sua identidade e fidelidade às suas origens, Portugueses e Luso franceses são agora uma parte essencial da sociedade francesa, uma sociedade democrática, livre, aberta e plural, marcada pela tolerância e convivência entre os dois. A comunidade portuguesa identifica-se com os valores europeus, que nos caracterizam desde há séculos. Mas nós partilhamos o mesmo

³⁴ Tradução nossa.

caminho nos princípios de liberdade, fraternidade, igualdade, democracia, lealdade à República e o estado de direito, o estado social do direito.

Na nossa memória, simultaneamente, ainda existem os ataques bárbaros de que esta cidade foi vítima. Mais uma vez, quando Paris foi atingida pelo terrorismo e pela barbárie, os portugueses deixaram as suas marcas, a marca da sua coragem, da sua compaixão pelos outros. Foi com grande honra que na festa de Portugal decidi condecorar quatro portugueses que aqui vivem, em França, em Paris, quatro portugueses que já foram distinguidos por si, Senhora Presidente da Câmara, em reconhecimento pela sua ação heroica, na noite em que Paris foi ferida pelo terrorismo e pela violência radical. A resposta a esse fenómeno, disse o primeiro-ministro e muito bem dito, deve ser firme, enérgica, mas para o radicalismo e a violência não devemos ser replicados com uma noite de diferença radical. Se isso acontecesse, o extremismo seria vitorioso, questionando os princípios e valores de tolerância, de liberdade que nos definem como um país europeu.

A resposta dos quatro portugueses foi marcante, porque uniu coragem com sentido humanitário. Ela não respondeu à violência com mais violência. Ela não seguiu o caminho do radicalismo ou da xenofobia. Foi uma resposta espontânea imediata, do coração, que tem razões que a razão não conhece. Quatro portugueses acolheram e prestaram socorro, sem hesitação, aos feridos e vítimas dos atentados de 13 de novembro de 2015. Foi com grande emoção que hoje vos convido, Senhor Presidente, e aí, vou mudar as regras do protocolo de Honras portuguesas, que não permitem que um chefe de Estado estrangeiro condecure os portugueses. Vai, o Senhor Presidente mesmo, ajudar-me a condecorar dois dos quatro Portugueses com a insígnia de Dama e Cavaleiro da Ordem da Liberdade: a senhora Manuela e o senhor José Gonçalves, a senhora Margarida dos Santos Sousa, a senhora Natália Teixeira. Em nome de Portugal, agradeço infinitamente. Entre as vítimas dos ataques, também tivemos Portugueses. Permitam-me saudar uma forma muito carinhosa os feridos e as famílias das duas vítimas mortais: Sr. Manuel Colaço Dias, cidadão Português, e Precilia Jéssica Aurea, uma luso descendente.

É também com grande orgulho e emoção que saúdo as enfermeiras e enfermeiros portugueses e luso descendentes, que estando de serviço nesta trágica noite de novembro, acolheram e trataram as vítimas dos atentados. Agradeço também aos jornalistas Luso descendentes que nos transmitiram, desde os primeiros momentos, os acontecimentos que marcaram uma noite que tocou a Europa e o mundo.

A sua coragem, demonstraram-na permanecendo ao lado do povo francês, testemunhando definitivamente a amizade que une os dois países nos bons e nos momentos mais difíceis. Hoje é um bom momento, o dia em que celebramos o nosso dia nacional. É um dia de festa e alegria e é por isso que pedirei a permissão do Presidente da República Francesa, para me dirigir a vós, finalmente, em português. Seria engraçado que neste dia de Portugal não vos dissesse nem uma palavra, queridos compatriotas.